



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – Uniceub
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO FERREIRA
ÁREA: ASSESSORIA DE IMPRENSA

O silêncio como estratégia

Os efeitos do gerenciamento de crise da deputada federal Jaqueline Roriz

**Natalia Ferreira Rabelo
RA:20759198**

**Professor orientador
Luiz Cláudio Ferreira**

Brasília/DF, Junho de 2011

Natalia Ferreira Rabelo

O silêncio como estratégia

Os efeitos do gerenciamento de crise da deputada federal Jaqueline Roriz

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Prof. orientador - Luiz Cláudio Ferreira.

Brasília /DF, Junho de 2011

Natalia Ferreira Rabelo

O silêncio como estratégia

Os efeitos do gerenciamento de crise da deputada federal Jaqueline Roriz

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Prof. orientador - Luiz Cláudio Ferreira.

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio
Orientador

Examinadora

Examinadora

Brasília / DF, Junho de 2011

Dedico esta monografia aos meus pais, que sempre me deram total apoio na escolha da minha profissão. É graças a vocês que, hoje, sou uma pessoa feliz e realizada. Virgílio Rabelo e Dorismar Rabelo são por vocês que me comprometo a levar minha profissão com seriedade e dignidade.

Agradecimento

Agradeço em primeiro lugar aquele que me deu força e capacidade de concluir este trabalho, Deus. É graças a ele que consegui alcançar o maior dos meus sonhos, me tornar uma jornalista.

Agradeço também aos meus pais. Eles que, mesmo diante de tantas dificuldades, batalharam para pagar meus estudos e me proporcionaram a conquista da profissão que tanto sonhei.

À minha mãe, que nos momentos de aflição, de dificuldade, de insegurança e de dúvida me confortou e me deu força para seguir em frente e não fraquejar.

Ao meu pai. Meu super herói, que me fez manter sempre o equilíbrio e a qualquer hora e em qualquer momento estava a postos para me ajudar no que fosse preciso.

E neste momento tão especial não posso esquecer-me do meu companheiro, meu amigo, meu parceiro, meu cúmplice, meu namorado. Aquele que esteve comigo nos momentos bons e ruins. Que calmamente me ajudou a superar as dificuldades e, com toda paciência, me acompanhou em cada etapa dessa conquista. A você Theo Arruda, um eterno obrigado.

A todos os meus familiares. Irmã, tios, primos, avós. É graças à força e o carinho de vocês que estou aqui em mais uma vitória.

Também não vou me esquecer dos amigos de farra, amigos de ACC, amigos do Grupo Comunidade, e dos companheiros de UniCEUB. A todos vocês, obrigada pelos momentos de alegria e de descontração. Aos meus chefes pelos ensinamentos, levarei cada um deles para o meu futuro profissional e pessoal. Também não posso esquecer-me de agradecer à minha companheira de faculdade, Aline Roriz. Àquela que esteve comigo desde as horas de crise, de desespero, de aperto, de cansaço, até nos inúmeros e inesquecíveis momentos de alegria. E mesmo que a distância chegue lembrarei sempre com carinho do nosso dia a dia e da nossa imbatível parceria.

Um muito obrigado mais que especial para o meu orientador, Luiz Cláudio. Um exemplo de profissional. Professor e orientador que poucos merecem ter.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o gerenciamento de crise realizado pela assessoria de comunicação da deputada federal Jaqueline Roriz, acusada de envolvimento em um esquema de corrupção. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se a metodologia de análise de conteúdo. Serão analisados os onze dias em que a parlamentar fica em silêncio diante das acusações. A pesquisa será baseada nas reportagens feitas pelos dois principais veículos de comunicação impresso do Distrito Federal, o Jornal de Brasília e o Correio Braziliense. A pesquisa se propõe a mostrar se a estratégia de ficar em silêncio foi acertada.

Palavras-chave: Jaqueline Roriz, gerenciamento de crise, silêncio, Jornal de Brasília, Correio Braziliense

Sumário

1. Introdução	7
1.1 Metodologia	8
1.2 Os jornais em questão	9
2. Assessoria de Imprensa	11
2.1 Ferramentas da Assessoria de Imprensa.....	13
3. Crise imagem.....	16
3.1 Gerenciamento de crise	19
3.2 Tentativas de regramento.....	20
3.3 O que não fazer.....	22
4. O caso em questão.....	23
4.1 O não dito de Jaqueline Roriz	24
5. O conteúdo em números.....	36
6. Conclusão.....	39
7. Bibliografia	41
8. Anexos.....	44

1. Introdução

A imagem denuncia. Um maço de notas de dinheiro. Das mãos para a bolsa. Dinheiro seria propina no Distrito Federal para uma deputada. São cerca de 110 segundos de imagem. O suficiente para gerar uma crise que coloca o cargo da representante pública em jogo. O presente trabalho foca em um aspecto da estratégia de comunicação da deputada Jaqueline Roriz: o silêncio como ação ou a inação e todas as suas consequências. Mais sobre o caso será tratado à frente. Apresenta-se, pois, um tema ocorrido no ano em que foi realizada a pesquisa, mas que gera dúvidas sempre que uma fonte aposta em não falar. Seria uma estratégia válida, já que os jornalistas acostumaram-se a escândalos e uma história substitui a outra?

O objetivo desse trabalho é o de avaliar eficácia do silêncio da fonte no caso específico a partir de reportagens publicadas nos dois jornais de maior circulação do Distrito Federal (Correio Braziliense e Jornal de Brasília) durante 11 dias de cobertura, incluindo-se o período carnavalesco, em que a deputada textualmente pediu que se comunicasse à imprensa que só falaria sobre denúncias no retorno das festas de Momo.

Antes de qualquer coisa, contextualiza-se que cabe à assessoria de imprensa a responsabilidade em cuidar da imagem do assessorado e garantir sua credibilidade frente ao público. Seja por escândalos políticos, queda de avião, por sonegação de impostos, greves, entre outros, crise nas empresas é cada vez mais freqüente e pode ter consequência devastadora se não for gerenciada com eficiência.

Considera-se, de antemão, que o trabalho exercido por uma assessoria de imprensa é imprescindível para setores governamentais, principalmente. Em momentos de crise a atuação se torna bastante peculiar.

Para a construção da ideia, levou-se em conta conceitos como de Mário Rosa (2003, p.223) "...a tecnologia cada vez mais sofisticada, capaz de ampliar o alcance da difusão, das informações, confere a escândalos um impacto instantâneo e potencialmente devastador".

O gerenciamento de crise, pano de fundo dessa discussão, busca minimizar os impactos causados por situações que prejudiquem a imagem

do assessorado. E os profissionais de comunicação são responsáveis por realizar ações de comunicação com o público.

“A crise de imagem pode acabar com a reputação de uma pessoa, mas pode ser evitada ou então gerenciada. A reputação de uma pessoa é como a credibilidade de uma organização, o seu maior patrimônio” (CHINEM, 2203, p.85).

1.1 - Metodologia

Esta pesquisa constitui-se em uma análise de conteúdo ao aferir e mensurar os efeitos do silêncio da deputada Jaqueline Roriz, quando alvo de denúncias nos dois jornais de Brasília de maior circulação, conforme será descrito. Portanto, são estudadas, de forma paralela, as notícias e o “gerenciamento” realizado.

O método foi escolhido baseado na pergunta problema e nos objetivos do trabalho que é avaliar o trabalho da assessoria de imprensa de Jaqueline Roriz e também quais os efeitos dessa estratégia utilizada para gerenciar o escândalo vivenciado pela deputada federal.

A realização da pesquisa será com base nas notícias coletadas dos jornais e referências bibliográficas.

Para o desenvolvimento deste trabalho será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.31) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem. P. Henry e S. Moscovici afirmam que “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (*apud* BARDIN, 1977, p.33).

Com base nisso, este trabalho fará uma análise do que foi feito pela assessoria de imprensa e a deputada Jaqueline Roriz e de que maneira reagiram os dois principais jornais da capital federal como resultado da estratégia utilizada.

O desenvolvimento da pesquisa será baseada em matérias publicadas pelo Correio Braziliense e Jornal de Brasília desde a publicação da primeira matéria sobre o escândalo, em 5 de março, até a publicação em que a deputada acaba com o silêncio e decide pronunciar-se, somente dez dias depois, 15 de março.

Os veículos foram os escolhidos para fazer parte da avaliação por serem os dois principais jornais da cidade e com o maior número de circulação. Ambos acompanharam cada passo dado pela assessoria de imprensa e Jaqueline Roriz após o surgimento do escândalo.

Para cada reportagem, serão elencadas avaliações com base em questionamentos:

- a) A reportagem traz a denúncia no primeiro parágrafo?
- b) Cita-se que a deputada não quis falar?
- c) São utilizadas fontes que acusam a deputada?
- d) Busca-se colocar sob suspeita o caráter do vídeo?
- e) O título acusa a deputada?

A partir das respostas a essas perguntas, será quantificado o espaço destinado à denúncia e às explicações da denunciada de forma que se possa evidenciar a validade do silêncio no período estudado.

1.2. Os jornais em questão

O presente trabalho tem a pretensão de se aproximar do conteúdo de dois veículos de comunicação de Brasília durante os dias em que Jaqueline Roriz não se manifesta à sobre a acusação de envolvimento em um esquema de corrupção. Os jornais escolhidos foram o Correio Braziliense e o Jornal de Brasília. Informações sobre os veículos foram retirados dos seus sítios na internet.

Na posição de jornal com maior circulação do Distrito Federal, o Correio Braziliense (IVC, 2010), pertencente ao Grupo Diários Associados, é um jornal impresso diário com tiragem de aproximadamente 50 mil exemplares

durante a semana, 65 mil aos sábados e 105 mil exemplares aos domingos. O jornal tem o formato o formato standard e é dividido em editorias como política, cidades, economia, diversão e cultura, entre outras.

O jornal de Brasília é um tablóide com tiragem diário de 25 mil exemplares. O veículo é dividido em editorias como política, cidades, esporte, cultura, e outras.

O Jornal de Brasília é um veículo de grande alcance, que atinge um público extenso, de alto poder aquisitivo, com muita disposição para comprar, e um dos maiores índices de afinidade do Distrito Federal. Possui a mais completa cobertura da cidade, o melhor dos esportes, da cultura e do lazer, além de tudo o que acontece na política, no Brasil e no mundo (site do Jornal de Brasília acessado em maio de 2010)

De acordo com pesquisa feita pelo Instituto Ipsos Marplan, consolidado em 2009, dos 168 mil leitores do Jornal de Brasília, 63% pertencem às classes AB. Entre esses, 85% concordam que o veículo jornal tem força na opinião pública.

2. Assessoria de Imprensa

Para aprimorar o fluxo de informações com o público, as instituições públicas e particulares utilizam os serviços de uma assessoria de Comunicação Social. Para entender o trabalho de uma assessoria de imprensa é preciso compreender o ramo institucional no qual ela se encaixa: A Assessoria de Comunicação.

De acordo com Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferrareto, a assessoria de comunicação social presta um serviço especializado, coordenando atividades de comunicação de um assessorado com seus públicos e estabelecendo políticas e estratégias que englobam iniciativas nas áreas de Jornalismo, com assessoria de imprensa, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

São freqüentes as confusões criadas pelos assessorados e até por profissionais da área de comunicação social- quais sejam jornalistas, relações públicas e publicitários, que não fazem distinção entre as atividades de uns e outros. Isso só ocorre em duas circunstâncias: por desconhecimento das características de cada profissão ou por deliberada intenção de fazê-lo(...) Uma adequada política de comunicação social permite não apenas a coordenação dos setores nela envolvidos (AI, RP,PP) mas elimina desperdícios e superposições, invasões e conflitos de competência, erradicando desgastes improdutivos” (KOPPLIN, Elisa e Ferrareto, 2001, p.12)

A modernização e o surgimento dos diversos meios de comunicação trouxeram ao ser humano a necessidade de obter cada vez mais informação. Com isso as organizações a cada dia preocupam-se com os meios de comunicações e o possível espaço que podem ter em cada um deles.

...essa situação, por sua vez, também fez com que indivíduos e organizações passassem a vislumbrar no noticiário transmitido por jornais, revistas, emissoras de rádio, de televisão e na rede mundial de computadores a sua grande possibilidade de divulgar fatos e opiniões para a sociedade. Para intermediar e aprimorar esse processo, surgiu a Assessoria de Imprensa que, apesar de o nome sugerir, não está a serviço da imprensa mas faz contato a partir da empresa e se relaciona permanentemente com ela (CHINEM, 2003, p.7)

“Assessoria de Imprensa é o setor de uma companhia que trabalha com a comunicação empresarial, ou comunicação corporativa, ou ainda comunicação organizacional [...]” (CHINEM, 2003, p. 7).

Antigamente o trabalho exercido por uma assessoria de imprensa não era visto com tanta importância como atualmente. Hoje, grandes empresas já organizam sua própria assessoria de comunicação. As que não têm, contratam serviços terceirizados de assessorias de imprensa para tomar conta da relação com a mídia.

Atualmente, tanto no governo quanto no setor privado, nada se faz sem o trabalho eficiente de uma assessoria de imprensa. Esta tem como objetivo coordenar as atividades de comunicação de um assessorado com seus públicos. Assessoria de imprensa compreende o serviço de administrar as informações jornalísticas e o fluxo das fontes para os veículos de comunicação e vice-versa.

Gerenciar as informações e manter a comunicação com a sociedade é imprescindível para as instituições, tanto do setor público, quanto privado. No entanto, manter a relação com a mídia não é uma tarefa fácil.

Segundo a Federação Nacional do Jornalista as assessorias de comunicação são hoje um dos principais espaços de atuação no mercado de trabalho para jornalistas. A assessoria de imprensa é o serviço que gerencia possíveis informações que possam ser interessantes de serem divulgadas nos meios de comunicação.

De acordo com o livro Elisa Kopplin e Luiz Artur Ferrareto, o trabalho da assessoria de imprensa pode ser definido como: relacionamento com os veículos de Comunicação Social; controle e arquivo de informações sobre o assessorado divulgadas nos meios de comunicação, bem como avaliação de dados provenientes do exterior da organização e que possam interessar aos seus dirigentes; organização e constante atualização de um *mailing-list*; edição dos periódicos destinados aos públicos externa e interno como boletins, revistas ou jornais; elaboração de produtos jornalísticos como fotografias, vídeos, programas de rádio ou televisão e, principalmente, participação na definição de estratégias de comunicação.

Rivaldo Chinem (2003, p.13). ressalta que “apesar do nome sugerir, não está a serviço da imprensa, mas faz o contato a partir da empresa e se relaciona permanentemente com ela”.

A atividade jornalística exercida pelo assessor de imprensa é oferecer informações e divulgar notícias sobre o seu assessorado. Seja divulgar alguma

novidade ou para melhorar a imagem da instituição, o papel do assessor de imprensa é intermediar as informações disponíveis para o público e que interessa a organização. A comunicação deve ser vista como principal intermediação entre a instituição e o público e não deve agir com intuito de promover alguém, mas sim com o objetivo de informar ao público o que é relevante e deixá-lo a par dos projetos da instituição.

De acordo com Rivaldo Chinem (2003, p.13). "... o assessor de imprensa é um profissional que mantém contato regular com as redações, conhecendo os jornalistas, seus interesses e a rotina de seus trabalhos"

2.1 Ferramentas da Assessoria de Imprensa

Assessoria de imprensa dispõe de diversas ferramentas para realizar da melhor maneira o seu trabalho. Embora a divulgação seja a atuação mais habitual do assessor de imprensa, é possível identificar uma série de atribuições para o profissional. Como muitas outras profissões o jornalista assessor de imprensa precisa de um planejamento de suas ações para alcançar suas metas.

Um importante trabalho é o chamado *check- list*. Este é um efetivo controle do processo informativo da instituição que pode ser feito com verificações diárias, semanais ou mensais. O *check- list* é a relação detalhada de providências a serem tomadas para o acompanhamento das atividades do cliente, contendo as principais ações a serem tomadas.

"A entrevista coletiva é aquela em que a personalidade atende à imprensa em conjunto, respondendo às perguntas de repórteres de diversos veículos de comunicação" (KOPPLIN, 2001, p.104). Para Kopplin, a coletiva de imprensa é um recurso importante que possibilita a divulgação de fatos relacionados ao cliente de uma forma dinâmica e com resultados abrangentes.

Para preparar a coletiva de imprensa o assessor deve estar atento e respeitar questões de horários, escolha do dia e deve ter o cuidado de convocar todos os veículos que possam se interessar pelo assunto. É papel do assessor apresentar as regras de como serão feitas as perguntas, duração e aspectos que possam gerar conflitos.

É importante para isso que o assessor esteja interado do contato das linhas editoriais dos veículos de comunicação. O mailing é a lista de jornalistas e veículos de interesse da assessoria. “O mailing deve ter avaliação e atualização permanente para manter a eficiência... Para manter a atualização não há necessidade de importunar os jornalistas, basta acompanhar o veículo e acompanhar o expediente ”(DUARTE, 2002, p.246).

Outra ferramenta importante que pode auxiliar a coletiva de imprensa é o *press-kit*.

Conjunto de material, geralmente reunido em uma pasta ou envelope, enviado à redação ou distribuído aos jornalistas durante uma cobertura, lançamento, coletiva, visita, que busca informar a respeito de determinado assunto. Em geral, fornece subsídio em abundância para motivar e ajudar em seu trabalho (DUARTE, 2002, p.251)

Para anunciar a entrevista o assessor usa o *release ou press release*, material distribuído a imprensa para sugestão de pauta ou veiculação gratuita. Para Duarte o release é o instrumento mais usual e tradicional em uma assessoria de imprensa. Seu objetivo nada mais é que informar ou chamar a atenção do jornalista para um assunto que possa tornar-se notícia. Utiliza técnicas jornalísticas na forma com que é redigido para apresentar um assunto de interesse que se supõe público, só que mostra o ponto de vista somente do assessorado.

Nem todo entrevista terá habilidade na hora de responder aos jornalistas. Muitos ficam nervosos e acabam metendo os pés pelas mãos revelando ou se expressando de maneira errada. O assessorado deve estar preparado para responder todas as perguntas feitas pelos jornalistas. O jornalista de assessoria de imprensa é também o responsável pela preparação do seu assessorado antes de dar início à entrevista. A ferramenta é chamada *media training*.

Entrevistas simuladas, exercícios em laboratórios, orientações sobre peculiaridades da imprensa local, análise conjunta dos resultados obtidos em entrevistas ajudam a capacitar as fontes e, conseqüentemente melhoram o atendimento a imprensa. (DUARTE, 2002, p.253)

O clipping também é trabalho importante executado pela assessoria de imprensa. Após a coletiva de imprensa o assessor deve ir atrás dos jornais,

revistas e meios de comunicação em geral para verificar os resultados de sua estratégia.

O clipping é uma das atividades mais típicas de uma assessoria de imprensa. Consiste em identificar rotineiramente na imprensa as citações sobre a organização ou temas previamente determinados, organizá-las e encaminhá-las para conhecimento dos interessados. (DUARTE, 2002, p.243)

Independente de ser uma coletiva de imprensa cabe ao assessor fazer o acompanhamento de entrevistas cedidas pelo assessorado ou representantes da organização para o qual trabalha. É sempre bom estar próximo para ficar a par de tudo o que foi dito ao longo da entrevista. É importante também que o jornalista não interfira ao longo da entrevista.

O atendimento a imprensa é sempre feito pelo assessor de imprensa. O profissional é preparado para lidar com a mídia garantindo um atendimento adequado às características do jornalismo.

Por último, a ferramenta usada pela assessoria de imprensa é a nota oficial, “documento distribuído à imprensa, muitas vezes também veiculado de forma paga, como declaração, posicionamento oficial ou esclarecimento sobre assunto relevante, urgente e de grande interesse público” (DUARTE, 2002, p.248).

3. Crise de Imagem: mais do que episódios isolados

Não basta ser uma empresa e só oferecer produtos de ótima qualidade. Não basta ser um atleta que tenha somente excelente rendimento nos campeonatos. Não adianta ser só uma companhia aérea com qualidade no atendimento. Tudo isso não é nada se a imagem que passa para o público não for impecável. Em um episódio, tudo pode ser perdido. A imagem será sempre atribuída à qualidade, que não são necessariamente verificados pelo público. “A imagem, portanto, deixou de ser um quadrado. Passou a ser um poliedro, com suas múltiplas facetas” (2003, *apud*, ROSA, p.17).

O jogador de futebol, Ronaldo, por exemplo, sempre foi referência no que diz respeito à superação e sucesso profissional como jogador de futebol. Campeão do mundo e considerado, por duas vezes, o melhor jogador, Ronaldo teve problemas em relação a sua imagem perante o público. Envolvido em escândalos, o jogador não deixou de ser alvo de críticas mesmo provando o bom rendimento dentro dos campos. Fazer gols e garantir dezenas de vitórias aos times que representava não foi o suficiente para escapar das críticas e das várias crises de imagem ao longo de sua carreira.

As crises de imagem acontecem com frequência no Brasil. Seja com pessoas, empresas particulares ou instituições públicas, as crises estão sempre presentes no nosso cotidiano. Para Forni nenhuma empresa, por mais sólida, admirada e moderna que seja, está imune à crise. Qualquer situação que escape ao controle da empresa e que ganhe visibilidade pública pode ser considerada uma crise. Acidentes, denúncias, fraudes, desvios de verbas, processos jurídicos, reclamações entre outros.

Crise de imagem é um risco pelo qual qualquer instituição ou pessoa pode correr. Por menor que seja o motivo, qualquer coisa negativa que escape do controle da empresa e que ganhe visibilidade do público pode tomar proporções inimagináveis e ser devastadora para a imagem. Ter a reputação manchada é algo muitas vezes inevitável, mas que se gerenciada de maneira correta pode chegar ao fim sem a perda da credibilidade e da confiabilidade do seu público.

Diversos acontecimentos podem ser considerados críticos e desencadear em uma crise: escândalos políticos, vazamento de petróleo, incêndio, brigas, investigações, sonegação de impostos, subornos, entre outros.

Diferente de um problema, a crise é algo que acarretará em possíveis prejuízos para instituição e muitas vezes não pode ser evitada. O Minidicionário da Língua portuguesa (p. 529) define como problema “proposta para ser solucionada, dúvida, obstáculo, aquilo que é difícil de explicar ou resolver”. A crise é uma situação que pode ser gerenciada.

Este trabalho irá estudar o gerenciamento de uma crise causada por um escândalo político. O livro *A era do Escândalo* aponta três conseqüências graves em escândalos políticos. A primeira é a transferência de poder para um lado ou para outro do sistema político (2003, p. 225) “...escândalo significa que um ramo da atividade política sofreu perda de credibilidade, perda de poder simbólico- o que torna outros segmentos proporcionalmente mais fortes”. A segunda é a depuração das instituições e conseqüentemente maior controle pelo cidadão comum das práticas adotadas pelos dirigentes (2003, p.225): “... a ocorrência de escândalos políticos leva ao conhecimento público ações intoleráveis, disso resultando uma pressão para que a classe política contenha seus vícios no ambiente público”. A terceira é riscos de que atributos importantes sejam pouco lembrados:

Na medida em que os políticos são cada vez mais julgados pela opinião pública por seus atributos pessoais, por sua capacidade ou habilidade de vender uma imagem positiva, há o risco de que outros atributos importantes fiquem em segundo plano, como a eficiência desses mesmos líderes em promover avanços sociais ou sua competência para gerir o poder em busca de benefícios concretos e palpáveis (ROSA, 2003, p. 225)

O presente trabalho analisará se as conseqüências citadas acima puderam ser evitadas com o gerenciamento realizado pela assessoria de imprensa da deputada Jaqueline Roriz.

3.1- Gerenciamento de crise: ações integradas

O maior desafio das assessorias é mostrar o seu serviço e principalmente o bom resultado. Em momentos de crise o trabalho da assessoria de imprensa é posta como uma das principais ferramentas. Um bom trabalho realizado pode resultar em um gerenciamento satisfatório. Fazer um plano gerencial e estipular ações pode acabar em sucesso.

Há muitas empresas de assessorias de imprensa que colocam o item gerenciamento de crise como um de seus serviços específicos. O profissional especializado nesse trabalho é cada vez mais requisitado no mercado de trabalho. De acordo com Chinem (2203, p.87) “...hoje, tanto no governo quanto no setor privado, nada se faz sem um bom trabalho de assessoria de imprensa”.

Jornalista adora argumentar que é um especialista em crise- e, efetivamente, é mesmo. Por que crise é como notícia, nunca tem hora para acontecer e pega a todos desprevenidos. Como uma chama, começa pequena, mas logo cresce e ganhar proporção nunca imaginada e toma conta de tudo rapidamente. Depois que acontece a tragédia vêm as explicações, mas se não houver preparo para lidar com a crise o resultado pode ser ainda pior (CHINEM, 2003, p.86)

O papel da assessoria de imprensa é fundamental para que a crise em um governo não tome proporções maiores e não prejudique ainda mais a imagem do representante público. Os responsáveis pelo gerenciamento devem estar sempre atentos até aos pequenos e insignificantes fatos que, se deixados de lado, podem tomar proporções bem maiores.

A maioria das crises de imagem, se bem administradas, podem ser superadas sem grandes prejuízos. Para Forni mesmo a ocorrência ou divulgação de problema grave não caracteriza, necessariamente, uma crise. Existem princípios, normas de conduta, ações corporativas que poderão reverter situações críticas e difíceis.

O grande desafio das assessorias é se antecipar à crise e tentar amenizar os estragos causados. Não ser pego de surpresa por um escândalo pode ser a primeira saída para um gerenciamento de sucesso.

Mario Rosa (2003 p.70) ressalta que a principal premissa da administração de crise é a de que esse tipo de evento segue um padrão “com

maior ou menor nível de precisão, é possível prever os desdobramentos de uma crise e fazer um planejamento para situações extremas (...) a palavra-chave de gerenciamento de crises, portanto, é prevenção”. Forni lembra que existem ameaças à imagem que são previsíveis.

Um exemplo citado por Forni foi em 2002, quando a Construtora Mendes Júnior se antecipou e publicou nota nos jornais denunciando ex-funcionário que estaria chantageando a empresa e oferecendo dossiê à imprensa, por conta de uma investigação que a própria Mendes Jr. Havia iniciado.

3.2- Tentativas de regramento

Além da prevenção, outros fatores citados por especialistas na área fazem a diferença ao longo do gerenciamento de crise. O ideal é que não se tenha crise, mas já que o fato não pode ser evitado, é preciso ter em mãos um Plano de Gerenciamento da Crise. Para compor o plano Mario Rosa propõe seis pontos básicos.

- 1- Avaliar as crises mais prováveis: Segundo o autor é preciso se antecipar e procurar mapear possíveis crises dentro de uma organização. Casos que envolvam crimes, de natureza econômica, de informação, desastres industriais e naturais, falhas em equipamentos e construções, de natureza legal, relações humanas, risco de vida e regulatórias são sempre possíveis de atingir uma empresa. É preciso estar preparado. O caso de Jaqueline Roriz poderia ter sido mapeado por sua assessoria de imprensa, pois é de natureza criminosa e econômica.
- 2- É preciso ter o comando da situação. Para que a empresa funcione normalmente durante a crise e não se perca durante uma crise, é fundamental que se definam líderes que vão criar a cultura da organização para enfrentar o processo.

- 3- O plano deve ter como desafio estratégico definir a forma como a organização irá se comportar em cada situação de crise, quais ações e pessoas deverão ser acionadas.
- 4- Base de dados: É importante ter desde a preparação prévia de documentos de informação e a reunião de dados aparentemente simples daqueles que precisarão ser acionados em caso de necessidade. A base de dados também poderá conter pesquisas de opinião e discursos previamente definidos para cada tipo de crise prevista.
- 5- O porta-voz é figura chave em acontecimentos que exijam várias exposições, portanto deve ser definido quem responderá oficialmente.
- 6- Auditorias de crise: Consistem em auditar permanentemente a organização tentando descobrir potenciais focos de crise.

Forni (2002 p.368) defende que em casos de crise, a primeira reação é assumir o controle. “se a empresa não conseguiu intervir antes da divulgação de ocorrências desabonadoras, apurar tudo, rapidamente, para formular, junto com a área de comunicação uma versão plausível e convincente à imprensa” .

Caponigro enumera os principais mandamentos da comunicação durante o gerenciamento de crise:

Identifique todos os públicos que podem ser afetados pela crise; prove que você identificou o problema e está fazendo algo sobre ele; comunique um pequeno número de mensagens-chaves ao público apropriado; não minta; não comente situações hipotéticas, mantenha-se acessível e comunicativo; seja conclusivo, mantenha a calma; nunca diga “sem comentários”; comunique todas as más notícias de uma única vez; propicie oportunidades de *feedback*; mantenha registros de todas as ações; monitore e avalie a situação e não pare de se comunicar” (2000, *apud*, FRONI, p..370)

Mário Rosa (2003 p.91) destaca alguns mandamentos fundamentais para a gestão de uma crise: o primeiro é antecipar-se à imprensa e aos inimigos. “Não se deve fugir dos acontecimentos ou por panos brancos na situação. Fazer o público e a imprensa de bobo é a pior das estratégias. É melhor falar, já que a bomba vai estourar de qualquer maneira”.

O segundo ponto defendido pelo autor é não brigar com os fatos, a notícia ruim irá sair de qualquer maneira. Não é de bom tom tentar evitar que

uma matéria saia na imprensa “não podemos ter a pretensão de achar que a imprensa vai ficar do lado do protagonista de um caso de repercussão nacional. Os jornalistas são sempre do contra” (ROSA, 2003, p.91). Mario Rosa também aconselha que o pivô da crise não processe ninguém no auge da situação. É importante que se concentre primeiro na sua defesa e não em atacar os outros.

3. 3 - Consagrações do “o que não fazer”

Quando se trata da gestão da crise de imagem vivenciada pela deputada federal Jaqueline Roriz, alguns princípios básicos não foram respeitados. Parte-se do pré- suposto que a fonte tem que participar e nunca adotar como estratégia o silêncio. Mario Rosa (2003 p.83) aponta como a regra número um em gerenciamento de crise “não mentir”: “falar na hora certa e não mentir são dois princípios básicos que deverão nortear toda a administração de uma crise”.

“O político está a serviço da população, que lhe delegou poderes para tal. Assim, é inadmissível que uma informação seja sonegada à grande imprensa e, por conseqüência, aos cidadãos” (KOPPLIN, Eliza e Ferrareto, Artur, 2001, p.44). Ao contrário, Jaqueline não oferece informação para esclarecer os fatos e espera que o período de festas acabe para declarar algo a respeito das imagens que comprometem sua carreira política.

No que diz respeito à administração de uma crise, há uma série de ações que não devem ser tomadas como: deixar o jornalista sem retorno, mesmo que este esteja atrás de informações para uma matéria negativa, omitir-se quando existe uma crise instalada e ignorar uma pauta. “Esconder informação é um erro. Um ‘sem comentários’ ou um silêncio misterioso só acende a imaginação. Se a crise envolver o público, é função da mídia descobrir tudo o que puder, com ou sem sua cooperação” (2000, *apud*, FORNI, p.371).

4- O caso em questão

Adianta-se para o fato que o relato no capítulo é resultado e breve resumo da observação do noticiário nos dois maiores jornais de Brasília (Correio Braziliense e Jornal de Brasília), em período que o fato esteve exposto no noticiário.

No dia 27 de novembro de 2009, a Polícia Federal deu início às investigações em uma das maiores e mais grave crise enfrentada pelo Governo do Distrito Federal com a “Operação Caixa de Pandora”. O que foi considerado “escândalo” pela imprensa é resultado da suspeita de um suposto esquema de distribuição ilegal de recursos públicos envolvendo parlamentares do Distrito Federal. Conhecido como mensalão do DEM, o esquema seria comandado pelo então governador, José Roberto Arruda.

A operação teve como delator o então secretário de Relações Institucionais do GDF, Durval Barbosa. O escândalo tomou proporções mundiais, principalmente depois que imagens foram dispostas na internet com políticos sendo flagrados recebendo maços com enormes quantias de dinheiro e escondendo em bolsas, malas e até dentro da meia.

Durval Barbosa, conforme foi divulgado pela polícia operava o esquema de corrupção desde 2002, no governo de Joaquim Roriz.

Ele apresentou como prova 30 vídeos que flagram o momento em que os envolvidos no esquema recebem maços de dinheiro, escondem e até rezam em agradecimento. Durval gravava em sigilo tudo o que acontecia em seu gabinete.

Alvo de diversos processos, Durval faz o acordo de delação premiada em setembro de 2009 e passa a ajudar a polícia nas investigações. Até então, Durval Barbosa só havia delatado parlamentares do governo Arruda, mas sempre deixava transparecer que havia muitos outros políticos importantes envolvidos no esquema de corrupção.

O mensalão do DEM (democratas) era uma espécie de pedágio, cobrado para que empresas prestadoras de serviços conseguissem contrato com o governo. De acordo com a Polícia Federal, o dinheiro arrecadado era dividido entre o governador Arruda, o vice Paulo Octávio, secretários e administradores do DF.

Durante as investigações, mais R\$ 700 mil foram apreendidos em gabinetes e nas casas dos envolvidos.

No primeiro momento, houve indícios de que Joaquim Roriz estava envolvido no esquema de corrupção. A ex- secretária de educação do governo de Joaquim Roriz, Eurides Brito, foi uma das que aparecem em um dos vídeos recebendo um maço de dinheiro e guardando as notas recebidas na bolsa. Ela afirmou que o dinheiro seria pego a mando de Roriz para pagar dívidas de campanha.

Sobre o episódio, Jaqueline Roriz resolve se manifestar e sai em defesa do pai. A deputada acusa Eurides Brito de ser “uma grande cara de pau” e completa dizendo que a acusação mostra a falta de caráter da distrital.

4.1 – O não-dito de Jaqueline Roriz

Durante a investigação realizada no ano de 2010, não havia, no noticiário, qualquer registro de acusação à deputada distrital Jaqueline Roriz. Nenhuma gravação mostrando a parlamentar havia sido entregue por Durval Barbosa. Jaqueline Roriz candidatou-se às eleições de 2010 e foi eleita como deputada federal (PMN).

Em março deste ano, período em que o país vivencia sua festa mais popular e tradicional, o carnaval, no Distrito Federal vem à tona e é palco, mais uma vez, de um episódio de corrupção.

Mais um vídeo foi apresentado por Durval Barbosa para denunciar uma representante do governo e figura conhecida na capital do país como uma das envolvidas no esquema de corrupção, o Mensalão do DEM. Jaqueline Roriz é a parlamentar da vez.

A Deputada Federal recém eleita e filha do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) é flagrada em um vídeo, com duração de dois minutos e cinquenta segundos, recebendo um maço de dinheiro do pivô do escândalo, Durval Barbosa

Gravado em 2006, o vídeo, entregue pelo relator do escândalo, foi divulgado somente no dia 4 de março, sexta-feira véspera de carnaval. Nas

imagens, a deputada é vista, ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo uma quantia de dinheiro do ex-secretário, avaliada em aproximadamente R\$ 50 mil.

A verba seria destinada à campanha eleitoral da deputada. Em uma conversa, ela e o marido negociam apoio eleitoral e cargos.

Jaqueline Roriz—Você ia nos dar alguma coisa de estrutura, não era? E aí?

Durval Barbosa—Não. Qual é estrutura que você queria?

Jaqueline Roriz—Cargos.

Durval Barbosa—Não está dentro disso aqui não?

Manoel Neto—Não estamos (...) não

Durval Barbosa—Vamos fazer o seguinte. Em vez de conseguir cargo com a empresa, eu conseguiria o dinheiro, separaria o cargo. E conseguiria dinheiro para aquelas pessoas que você queria (...) você faz pagamento mensal, né?

Jaqueline Roriz—Eu não tenho ninguém (...) ainda.

Durval Barbosa—Não tem ninguém? Então, você começa a pagar com esse dinheiro. (Correio Braziliense)

Sempre negando participação dela e do pai no esquema de corrupção, Jaqueline Roriz, no momento em que o escândalo surge, não forneceu declarações sobre o ocorrido e traçou como estratégia ficar em silêncio, além de não aparecer em público, sendo esta, inclusive, a premissa para esta análise.

No presente capítulo, é feito uma análise das edições do dia 5 de março ao dia 15 de março, dia em que o escândalo surge e os jornais passam a divulgar o caso até o momento em que a parlamentar, finalmente, concorda em posicionar-se sobre o fato.

1º dia (05- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - “Vídeo compromete Jaqueline Roriz e Jornal de Brasília- “Tem Roriz no bloco da propina”

Uma “bomba” cai sobre o governo do Distrito Federal. Desde o fim de 2009 que o GDF não vivia momentos de tranquilidade. Vários parlamentares já haviam substituído o ex-governador José Roberto Arruda em um mesmo governo. Depois das eleições de 2010, tudo parecia voltar ao normal.

Os flagrantes tiveram o peso de tirar do cenário político seus protagonistas à época, o deputado do dinheiro nas meias, a distrital da bolsa e o da oração da propina. Pilhada nas mesmas circunstâncias, Jaqueline vai enfrentar um calvário na Justiça e no Congresso Nacional. Deve ser denunciada por improbidade e alvo de um processo de investigação por quebra de decoro parlamentar na Câmara dos Deputados. OPMN, partido pelo qual Jaqueline foi eleita, diz que não vai encobrir os atos da deputada e a Ordem dos Advogados do Brasil/ seção DF (OAB-DF) se pronunciou cobrando ações enérgicas sobre o caso. O vídeo que expõe os métodos comprometedores de arrecadação de Jaqueline Roriz pode causar uma reviravolta nas investigações da Caixa de Pandora”. (Correio Braziliense, Vídeo compromete Jaqueline Roriz, 2011)

As duas matérias explicam detalhadamente o que foi o caso e ressaltam a participação da deputada ao receber dinheiro de Durval Barbosa. O título de ambas denuncia a deputada. No momento, os jornais não trazem declarações da deputada e nem citam que a envolvida não quer dar declarações do caso.

A conversa gravada entre Jaqueline, Manoel Neto e Durval Barbosa também foram traduzidas nas matérias que deixam claro o envolvimento da deputada federal. O jornal de Brasília relembra ainda a declaração de Jaqueline contra Eurides Brito no momento em que acusava Joaquim Roriz de envolvimento no esquema chamando-a de “uma grande cara de pau”.

Em nenhum momento a reportagem coloca sob suspeita o caráter do vídeo. Para os veículos o que importa é somente o fato e a imagem de Jaqueline Roriz e o marido negociando propina.

O Correio Braziliense destaca ainda comentários de internautas que acompanham o caso e se mostram revoltados com a participação de Jaqueline Roriz na esquema de corrupção.

Jaqueline posou de honesta e agora foi definitivamente desmascarada. Não há nada oculto que não venha a ser manifesto. Por que Durval demorou tanto para soltar esse vídeo? Teria sido por engano? De qualquer forma, Brasília agradece. José Laranjeira
Triste política brasileira, não é cassando o mandato destes ladrões do dinheiro público que resolveremos esta situação. Temos mesmo é que colocá-los na cadeia e sentenciá-los à Pena máxima. Somente assim poderemos resolver esta situação. Mustafá Machado

A matéria do Correio Braziliense traz como fonte para as matérias o partido de Jaqueline Roriz, PMN, declarando que não vai encobrir os atos da acusada. Traz também declarações da Ordem dos Advogados do Brasil cobrando ações enérgicas sobre o caso. A matéria começa com uma

comparação de Jaqueline com o pai Joaquim Roriz, por, possivelmente, não poder completar o mandato.

No Jornal de Brasília, tanto o título quanto o primeiro parágrafo da matéria, acusam Jaqueline de envolvimento do esquema de corrupção.

Uma fita de vídeo inédita, em análise no Ministério Público, mostra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), junto com o marido, Manoel Neto, recebendo um maço de dinheiro das mãos do ex-secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa. Com duração de dois minutos e 50 segundos, o vídeo foi gravado na campanha eleitoral de 2006, na sala de Barbosa, delator do escândalo de corrupção desmantelado pela operação Caixa de Pandora, que derrubou o governador José Roberto Arruda. (Jornal de Brasília, Tem Roriz no bloco da propina, 2011)

2º dia (06-03) Baseado nas matérias - Correio Braziliense- *“Investigação vai chegar ao Supremo”* e *“Má vontade política”* Jornal de Brasília- *“O tormento não acabou”*

Os dois principais jornais de capital federal trazem o caso da deputada Federal Jaqueline Roriz com destaque, sendo a principal manchete do dia. O teor dos jornais induz ao entendimento que o caso fará com que se mantenha “o caos administrativo” na nova gestão. O jornal de Brasília sugere que o vídeo traz à tona o “Caixa de Pandora 2” (alusivo à operação batizada pela Polícia Federal que incriminou o então governador).

Em entrevista ao jornal de Brasília, o cientista político João Paulo Peixoto, da Universidade de Brasília (UNB), afirma que “Essa instabilidade política é inimiga da eficiência e do desenvolvimento das políticas, o que torna o trabalho do governo em organizar os problemas, mais difícil” (O tormento não acabou, 2011).

O Correio Braziliense trás duas reportagens sobre o caso de Jaqueline. Uma no caderno de cidades “Investigação vai chegar ao Supremo” e outra no caderno de Política “Má vontade política”. Os títulos das matérias não trazem o nome nem acusam diretamente a deputada. O jornal traz a denúncia no primeiro parágrafo ressaltando que Jaqueline foi flagrada recebendo propina de Durval Barbosa. O procurador Geral da República, Roberto Gurgel é citado na reportagem alegando que as imagens “são fortíssimas” e garantindo que irá pedir abertura de inquérito. A reportagem mostra novamente alguns trechos da

conversa entre Jaqueline Roriz e Durval no momento em que a deputada negocia apoio para a campanha.

Como na reportagem do primeiro dia, o Correio Braziliense mostra trechos da conversa entre Jaqueline Roriz e Durval Barbosa na negociação de apoio para a campanha.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil também é ouvido na matéria e pede que a Câmara também apure a conduta da deputada classificando como “lamentável” o ocorrido.

Ambos destacam as prováveis consequências que a acusada deverá enfrentar. Jaqueline pode responder por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e até formação de quadrilha. Em nenhum momento coloca-se sob suspeita o caráter do vídeo.

O Correio Braziliense levanta a questão de colegas de Jaqueline Roriz não demonstrarem interesse em explicações da deputada com relação ao caso. Eles alegam que o vídeo é de antes de ela se eleger ao atual cargo.

Despreocupados com o desgaste da imagem e fechados no corporativismo que tomou conta do Congresso Nacional desde o escândalo do mensalão, deputados federais demonstram má vontade em avançar num eventual processo de quebra de decoro contra Jaqueline Roriz (PMN). A tese levantada pelos colegas da parlamentar baseia-se no fato de o vídeo em que ela e o marido, Manoel Neto, aparecem recebendo dinheiro de Durval Barbosa ser de 2006, anterior, portanto, ao atual mandato. E a depender do presidente da Comissão de Reforma Política, Almeida Lima (PMDB-SE), a filha do ex-governador Joaquim Roriz continuará participando das discussões sobre qual a melhor forma de financiar uma campanha política (Correio Braziliense, Má vontade política, 2011)

O líder do DEM na Câmara dos Deputados, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA) é citado como defensor da apuração do vídeo.

No mesmo dia, o Correio Braziliense trouxe uma retrospectiva de casos suspeitos no qual o marido de Jaqueline Roriz, Manoel Neto, está envolvido. Entre eles uma morte no Lago Paranoá e ilegalidades do *Super Bingão dos Importados*, no qual era um dos sócios. Mais um agravante para a imagem da deputada federal. Em momento algum é citado que a deputada não quer falar.

3º dia (07-03)- Baseado nas reportagens - Correio Braziliense “*Os destinos possíveis de Jaqueline*”, Jornal de Brasília- “*É a pá de cal nos Roriz*”

Mais uma vez os dois jornais trazem o caso de Jaqueline Roriz com destaque. O Correio Braziliense noticia sobre os possíveis destinos de Jaqueline. Punição criminal, renúncia, expulsão, infidelidade partidária, suplência, perda do mandato ou até não ter consequência alguma.

Já o jornal de Brasília apresenta uma matéria no qual coloca em risco a continuidade às pretensões políticas da família Roriz. Em entrevista ao Jornal de Brasília, cientistas políticos colocam o escândalo protagonizado por Jaqueline como um risco ao “futuro político do clã”.

Ao longo da reportagem é lembrada a derrota da candidata Weslian Roriz (PSC) para Agnelo Queiroz (PT)¹, nas eleições de 2010, e o momento em que a mãe de Jaqueline promete perdoar dívidas do IPVA para quem a elegeisse. Além de uma sequência de erros cometidos pela família Roriz ao longo dos anos.

O desgaste do clã começou em 2007, quando Roriz renunciou ao cargo de senador para fugir de processo de cassação após ter sido denunciado pela Operação Aquarela, da Polícia Civil, por receber R\$ 2,2 milhões do então presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Tarcísio Franklin. Na época, justificou que o cheque recebido seria utilizado para a compra de uma bezerra e para ajudar financeiramente um primo. Em 2010, para fugir de uma possível inelegibilidade prevista pela Lei da Ficha Limpa, com base no processo aberto em 2007, Roriz indicou a mulher Weslian para disputar o GDF, mesmo sem experiência política. Apesar do despreparo, Weslian conseguiu levar a disputa com Agnelo para o segundo turno” (Jornal de Brasília, É a pá de cal nos Roriz, 2011)

Pela primeira vez as reportagens não trazem a denúncia logo no primeiro parágrafo. Em ambas, também não foram ouvidas fontes que acusam a deputada Jaqueline Roriz de envolvimento no esquema de corrupção ou que se manifestam contra a deputada. O Jornal de Brasília traz cientistas políticos que fazem avaliações da trajetória política da família Roriz, mas cita brevemente o escândalo.

Até agora não há nenhuma manifestação de Jaqueline Roriz. Em momento algum a acusada parece para mais esclarecimentos sobre o caso.

4º dia (08- 03) Baseado nas matérias- Correio Braziliense - *“Corregedor diz que será rigoroso”* Jornal de Brasília- *“Jaqueline- cassação clara”*

¹ Referente à eleição ao Governo do DF no ano de 2010

Jaqueline Roriz se mantém calada e sem declarar nada sobre o caso. O corregedor da Câmara, deputado Eduardo Ponte (PP- PE), quebra o silêncio e divulga em nota que o órgão será rigoroso no caso no que diz respeito ao processo por quebra de decoro.

O corregedor, que quebrou o silêncio desde a última sexta- feira, disse ontem que tomará as providências quando formalmente provocado e assim que estiver de posse de todas as informações a respeito do caso (Correio Braziliense, Corregedor diz que será rigoroso, 2011)

O jornal de Brasília traz na publicação de 8 de março a declaração do Presidente da seccional DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Francisco Caputo, garantindo que acompanhará de perto o processo instaurado contra Jacqueline Roriz. “O importante é exterminarmos da vida pública essas pessoas que traíram a confiança do povo” (Francisco Cauto em entrevista ao Jornal de Brasília, 8 de março).

O presidente da OAB não coloca sob suspeita a validade do vídeo e pede que a acusada seja punida devidamente, assim como todos os parlamentares envolvidos em esquema de corrupção

Nas reportagens dos dois veículos volta-se a falar logo no primeiro parágrafo que Jacqueline Roriz é acusada de esquema de corrupção. O jornal de Brasília traz logo no título o nome de Jacqueline de Roriz chamando atenção para sua cassação.

5º dia (09- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense *“Emenda pode afetar Jacqueline”* Jornal de Brasília- *“Jacqueline: Cerco se fecha”*

Quarta- feira de cinzas, o carnaval chega ao fim. Como todos os outros dias o Correio Braziliense traz com destaque uma matéria sobre o escândalo protagonizado por Jacqueline Roriz. Na publicação do dia 9 de março um diário do escândalo mostra os desdobramentos dos últimos cinco dias.

O nome de Jacqueline de Roriz aparece com destaque nos títulos das matérias dos dois jornais. O lead de ambas também deixa claro que Jacqueline

Roriz enfrenta acusações por ter sido flagrada em um vídeo recebendo dinheiro.

A representação do PSol que pedirá à Corregedoria da Câmara dos Deputados abertura de processo contra Jaqueline Roriz (PMN) por quebra de decoro parlamentar não será a única iniciativa com potencial de gerar uma punição política para a deputada flagrada em vídeo ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo dinheiro das mãos de Durval Barbosa. (Correio Braziliense)

O futuro da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), flagrada num vídeo recebendo dinheiro do esquema de corrupção do Distrito Federal, começa a ser definido nos campos político e jurídico (Jornal de Brasília)

O jornal de Brasília destaca o procurador da República, Roberto Gurgel, informando que pretende requerer ao Supremo Tribunal de Federal (STF) a abertura de um inquérito contra a deputada Federal, Jaqueline Roriz.

6º dia (10-03) Baseado nas matérias - Correio Braziliense- “Jaqueline Roriz se afasta de comissão” e “Câmara promete apuração” Jornal de Brasília- “Jaqueline abandona comissão” e “Mais duas ações para Jaqueline”

Em silêncio desde o surgimento do vídeo em que aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa ao lado do marido, por meio uma carta, sem citar o episódio da gravação, Jaqueline Roriz se manifesta pela primeira vez no dia 9 de março e anuncia que abrirá mão de integrar a Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados:

Quando pleiteei uma vaga para o Partido da Mobilização Nacional, na Comissão Especial da Reforma Política, no colégio de líderes da Câmara dos Deputados, o fiz com a convicção de que o nosso PMN e seus militantes têm uma valorosa contribuição a dar a essa comissão. A reforma política é necessária e essencial para o avanço da democracia no Brasil, para o seu aperfeiçoamento e para toda a classe política. O atual modelo é falho e precisa ser revisto com a maior brevidade possível. Apreendi que os interesses da sociedade, de um grupo político, devem prevalecer acima de qualquer interesse individual ou vontade pessoal e, neste contexto, solicito a minha substituição na Comissão Especial representando o PMN. Continuarei contribuindo com propostas que façam com que o país encontre mecanismos eleitorais ainda mais democráticos, que ajudem a minimizar as injustiças sociais do nosso Brasil. (Correio Braziliense)

A carta é endereçada à secretária geral do partido, Telma Guedes dos Santos, anunciando que abre mão de integrar a Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados. A direção também resolveu se pronunciar:

Ao convidarmos, em 2009, a então deputada distrital para ingressar em nossas fileiras, o fizemos baseados nas informações então colhidas de se tratar de uma pessoa de boa índole e fácil trato, filha zelosa, mãe dedicada, esposa amantíssima, estimada pela população, com estabilidade financeira, interessada no exercício da ação política, permitindo-nos visualizar um futuro promissor e uma carreira em ascensão. Lamentamos profundamente que com esse perfil— por moto próprio ou induzida por terceiros —tenha se deixado envolver ingênua e desnecessariamente numa prática nefasta, própria de agentes políticos de pequena expressão, com tibieza ética, moral e intelectual, sem horizontes e carreira curta. Por fim, não pretendendo invadir a competência dos órgãos a que a matéria está e estará submetida, reserva-se esta direção, sem prejuízo das providências internas que achar conveniente adotar, aguardar o desenrolar dos acontecimentos. (Correio Braziliense)

7 dia (11- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - “Caso Jaqueline chega ao Supremo” e Jornal de Brasília- “Bancada do DF quer Jaqueline”

O jornal Correio Braziliense traz como destaque a notícia de que o Procurador- Geral da República, Roberto Gurgel, protocolou no Supremo Tribunal Federal um pedido de abertura do inquérito contra a parlamentar Jaqueline Roriz. Durante a reportagem é ressaltado que é praxe da Suprema Corte que os pedidos de abertura ou arquivamento de inquérito apresentados pelo procurador-geral da república sejam irrecusáveis. “Para se ter ideia, jamais houve negativa por parte dos integrantes do STF em requerimentos apresentados por Gurgel para iniciar investigação contra autoridades com prerrogativa de foro, como é o caso de Jaqueline”, (Correio Braziliense). A matéria é finalizada com a opinião de internautas à respeito do caso.

Até agora parece que as autoridades estão atentas e ágeis. Vamos ficar de olho para não deixar que tudo se transforme em pizza. Dimas Moreira

É muita cara de pau dessa Jaqueline Roriz em se dizer ingênua diante das imagens dela recebendo dinheiro e achando pouco os R\$ 50 mil repassados por Durval. Marcus Cardoso

O jornal de Brasília traz na página a palavra “FORA” com grande destaque. A reportagem relata a vontade de lideranças partidárias e da

bancada da Câmara dos Deputados com relação à saída de Jaqueline Roriz do parlamento.

Se depender de lideranças partidárias e da bancada do DF na Câmara, a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) está com os dias contados no parlamento. Ontem, o senador Randolphe Rodrigues (PSOL-AP) e o ex-candidato ao GDF, Toninho do PSOL, protocolaram, na presidência da Casa, o requerimento para a cassação de mandato da parlamentar (Jornal de Brasília)

8º dia (12- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - “Novo processo no STF contra Jaqueline” e Jornal de Brasília- “Jaqueline é caso de justiça”

Do outro lado mundo uma tragédia é anunciada. O Japão sofre com fortes terremotos que devastam cidades e causam milhares de mortes. Nas capas dos jornais Jaqueline Roriz tem menor destaque.

Enquanto isso é anunciado que Jaqueline enfrentará outro problema. O Correio Braziliense avisa que dentro de alguns dias a parlamentar responderá pelo crime de falsidade ideológica quando era sócia da Agropecuária Palma.

Ex- funcionários da fazenda processaram a agropecuária por conta de problemas de acertos trabalhistas na rescisão contratual. A alegação é de que teriam sido usados documentos falsos, assinados em branco.No Processo n.º 026031-9, a Justiça pede o enquadramento de Jaqueline e do engenheiro Waldo de Araújo Meireles nos artigos 304 (uso de documento falso) e 299 (falsidade ideológica) do Código Penal.Ambos são considerados como crimes contra a fé pública e podem ser punidos com reclusão de uma cinco anos e multa. (Correio Braziliense)

O Jornal de Brasília traz declarações do atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT) sobre o caso de Jaqueline Roriz.

Aí eu acho que tem que ser a Justiça, não é? (Ela) que tem que prosseguir fazer a investigação. É isso que tem que ser feito (Agnelo Queiroz)

Claro, claro. Caiu por terra, absolutamente. A Justiça tem que prosseguir, o Ministério Público, (tem que) tomar todas as providências, não é? Acho que o povo do Distrito Federal tomou sua providência ao derrotar essa visão, esse projeto anterior. O povo já disse ‘não’. Foi muito importante. E agora cabe, obviamente, à Justiça completar essas investigações (Agnelo Queiroz)

9º dia (13- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - “Os riscos de Jaqueline” e Jornal de Brasília- “Dois pesos, duas medidas”

Sem muitas novidades sobre o caso e sem declarações da deputada, os dois veículos trazem matérias avaliando os riscos de Jaqueline frente aos processos que irá enfrentar. Correio Braziliense faz um levantamento do que pode acontecer com a parlamentar. Jornal de Brasília cita a discussão sobre a alteração do código de ética.

10º dia (14- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - *“Semana decisiva para o futuro de Jaqueline”* e Jornal de Brasília- *“Pressão de todos os lados”*

Na segunda-feira, 14 de março, o ministro do Supremo Tribunal Federal e relator do caso, Joaquim Barbosa, começou a analisar o pedido de abertura de inquérito contra a parlamentar, feito pela procuradoria-geral da república.

O futuro das investigações sobre o vídeo em que a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa começa a se definir ao longo desta semana. Ainda hoje o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do caso, Joaquim Barbosa, começa a analisar o pedido para abertura de um inquérito contra a parlamentar, feito pela Procuradoria- Geral da República (PGR) na quinta-feira passada. A tendência é de que ele autoriza a PGR a dar largada no processo (Correio Braziliense)

Preocupados com o caos política que a capital enfrenta, representantes do Congresso Nacional se reúnem e dão início às discussões sobre postura ética de parlamentares. O Jornal de Brasília noticia a reunião de parlamentares locais para a discussão do caso de Jaqueline Roriz.

Em meio a uma nova crise política no Distrito Federal, protagonizada pela deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), a bancada da cidade no Congresso Nacional começa a se mobilizar. A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), os deputados Reguffe (PDT-DF), Roberto Policarpo (PT-DF) e o senador Buarque (PDT-DF) convocaram para hoje uma reunião com o objetivo de discutir a postura ética dos parlamentares e os rumos que o cenário político deve seguir em meio ao caos. Principalmente porque o Ministério Público Federal já confirmou ter em seu poder outros vídeos. Jaqueline Roriz continua como tema central da pauta, mas o encontro não deve se resumir a isso. Segundo Erika Kokay, o momento será para discutir a gravidade do assunto e o que ainda está por vir (Jornal de Brasília)

11º dia (15- 03)- Baseado nas matérias - Correio Braziliense - *“Sinal verde para investigar Jaqueline”, “Deputada admite caixa dois e se licencia”* e Jornal de Brasília- *“Jaqueline levou ainda mais grana”*

O Supremo Tribunal Federal autoriza o início das investigações contra a deputada federal, Jaqueline Roriz. A bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, no dia anterior, pede investigação sobre a acusação de caixa dois contra Jaqueline Roriz, mas evita defender a cassação do mandato.

Sem ter mais para onde correr, Jaqueline manifesta-se pela primeira vez sobre o caso. Dez dias após a divulgação do vídeo, a parlamentar confessa que o valor recebido de Durval Barbosa, era para referente à caixa dois. Em nota, a deputada Federal declara:

Durante a campanha eleitoral de 2006, estive algumas vezes no escritório do senhor Durval Barbosa, a pedido dele, para receber recursos financeiros para a campanha distrital, que não foram devidamente contabilizados na prestação de contas. Aguardo a resposta do Supremo Tribunal Federal sobre o pedido dos meus advogados para tomar conhecimento completo do teor do vídeo. Por recomendação médica, estou entrando de licença médica na Câmara dos Deputados por cinco dias. **Deputada federal Jaqueline Roriz** Presidente do PMN do Distrito Federal. (Correio Braziliense)

Os dois veículos trazem a confissão de Jaqueline Roriz na suspeita de caixa dois e o início das investigações contra a parlamentar. Tanto o início das investigações, quanto a confissão de Jaqueline Roriz.

A Deputada pede afastamento por cinco dias da Câmara dos Deputados. Apresentando à casa um atestado médico para justificar seu afastamento. O Jornal de Brasília mostra uma cópia do atestado apresentado por Jaqueline Roriz.

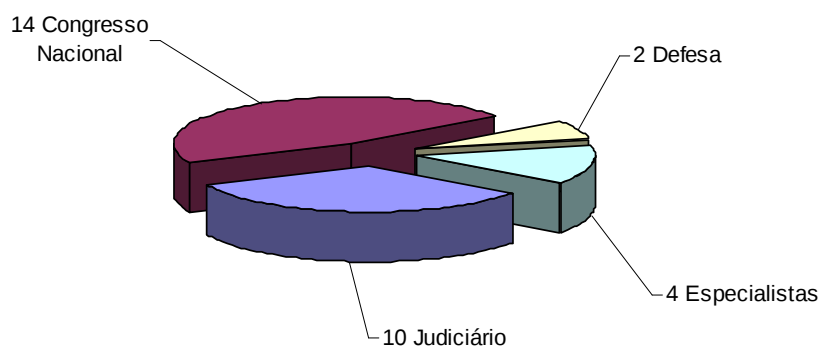
O Correio Braziliense diz na reportagem que a confissão de Jaqueline seja uma das estratégias utilizadas por sua defesa.

Admitir o caixa dois faz parte da estratégia de defesa de Jaqueline e do marido, Manoel Neto, que também aparece na gravação de Durval. Não há previsão da irregularidade no Código Penal e, mesmo na legislação eleitoral, a fraude não é explícita. O artigo nº 350 do Código Eleitoral proíbe omitir em documento público ou particular declaração que deveria constar toda a movimentação financeira durante a campanha. O candidato que burlar essa norma fica vulnerável a pagamento de multa e pode pegar prisão de até cinco

anos. Mesmo que Jaqueline tente restringir seu erro ao caixa dois, dificilmente vai se livrar de uma possível responsabilização criminal (Correio Braziliense)

5.0- O conteúdo em números

Após a observação de cada reportagem com acusações de envolvimento em um esquema de corrupção à deputada Jaqueline Roriz, consolida-se que os materiais tiveram como fontes de informação 10 membros do Judiciário, 14 do Congresso Nacional, dois da defesa da parlamentar, sendo uma delas o próprio advogado e quatro cientistas políticos, que aparecem como especialistas no assunto.

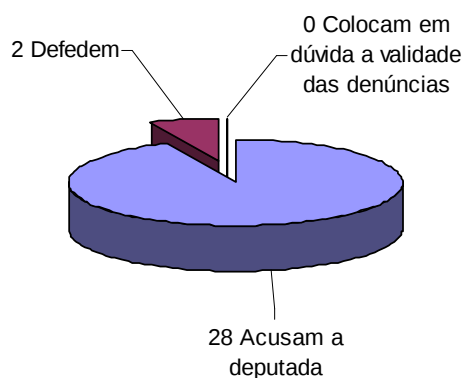


A maioria das fontes utilizadas pelos repórteres deixa claro juízo contra a parlamentar, o que demonstra o principal problema durante a crise: a atingida se manifesta de forma desproporcional em relação às acusações ou não se manifesta, como fica expresso nos números abaixo.

28 acusam a deputada

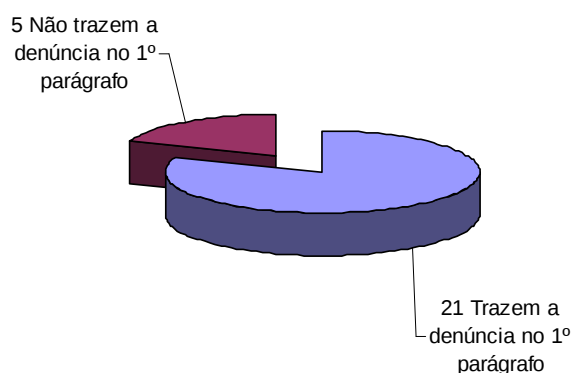
2 defendem

Não há ênfase para qualquer tipo de dúvida em relação à validade das denúncias



Dentro das 26 reportagens analisadas pode-se constatar que Jaqueline Roriz, ao não expressar-se, agia de maneira a prejudicar a própria imagem. Os jornais noticiavam diariamente o caso, ressaltando a todo o momento seu envolvimento tanto nos títulos quanto ao longo da matéria. No entanto, durante sua retirada sabática, deixou seu nome ser consumido por especulações e acusações baseadas no vídeo divulgado.

Foram ao todo, 21 reportagens trazendo com destaque, no primeiro parágrafo, a denúncia contra a parlamentar.

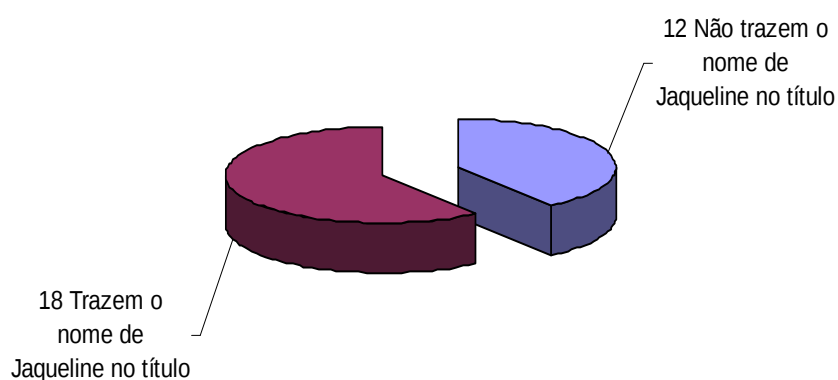


Em todas as matérias são utilizadas fontes que acusam a deputada, ou que acreditam ser necessária uma investigação sobre o suposto envolvimento

de Jaqueline no esquema de corrupção. E em momento algum busca-se colocar sob suspeita o caráter do vídeo.

Ressalta-se aqui que, contrariando-se a ideia de pluralidade de fontes, ao longo das reportagens não é citado que a deputada federal não quer falar, em que pese a ausência de respostas e esclarecimentos.

Dentre as 26 reportagens, 18 trazem com destaque, no título, o nome da deputada ligando-a à acusação de participação no esquema de corrupção.



6- Conclusão

Desde o começo do gerenciamento da crise de imagem da deputada federal, Jaqueline Roriz foram notadas falhas no trabalho realizado para pela assessoria de comunicação ao tentar preservar a imagem da parlamentar. Pelo contrário, a ausência de um representante público confunde não só os jornalistas, mas a sociedade também.

Ao escolher o tema, esperava-se concluir que o trabalho realizado pela assessoria de imprensa de Jaqueline Roriz, havia optado por estratégia não adequada para gerenciar a crise de imagem da parlamentar. A ausência de explicações somada ao silêncio considerado premeditado colocou a deputada em uma fogueira em que sua imagem foi sendo consumida a cada publicação.

É fato que escândalos são temas para manchetes diariamente. Os noticiários substituem a cada estação os casos de integrantes do congresso acusados de quebra de decoro ou então empresas renomadas que desrespeitam o consumidor, entre muitos outros casos de crise de imagem. No entanto, quanto mais a informação se difunde, menor é a chance de uma história ser esquecida, como podem apostar representantes públicos e até o senso comum.

No caso de Jaqueline, irá ficar marcado o silêncio da parlamentar. Imagem é como um jardim é preciso cultivar e mantê-lo sempre vivo. São as expressões que sedimentam uma imagem.

De posse dos resultados do presente trabalho, é possível concluir que o silêncio, como estratégia, não foi uma maneira adequada de preservar ou cuidar da imagem de Jaqueline Roriz.

É comum aprender nas aulas de assessoria de imprensa que o silêncio é um grande pecado quando se vê diante de uma crise. Como visto no capítulo 3, parte-se do pré-suposto que a fonte tem que participar e nunca adotar como estratégia a própria ausência. “O político está a serviço da população, que lhe delegou poderes para tal. Assim, é inadmissível que uma informação seja sonogada à grande imprensa e, por consequência, aos cidadãos” (KOPPLIN, Eliza e Ferrareto, Artur, 2001, p.44)

Mário Rosa destaca alguns mandamentos fundamentais para a gestão de uma crise: antecipar-se à imprensa e aos inimigos. Não se deve fugir dos acontecimentos ou por panos brancos na situação. Fazer o público e a imprensa de bobo é a pior das estratégias. É melhor falar, já que a bomba vai estourar de qualquer maneira.

Em termos de comunicação a equipe de assessoria de imprensa de Jaqueline Roriz errou, visto que, mesmo em silêncio, as acusações não pararam. Após o olho do furacão, a estratégia da parlamentar que se manteve intocada na Câmara (esta monografia foi concluída em maio de 2011), apegou-se à falta de jurisprudência para acusar parlamentar por irregularidade anterior ao mandato.

Os dois principais veículos de comunicação do Distrito Federal, Jornal de Brasília e Correio Braziliense, durante os onze dias em que Jaqueline manteve-se em silêncio, noticiaram o possível envolvimento da deputada no esquema do mensalão do DEM.

Durante o período, integrantes do Congresso Nacional declaravam acusações à parlamentar. Nas reportagens também foram ouvidos integrantes do poder judiciário que pediam investigação rigorosa e abertura de inquérito contra Jaqueline.

É importante ressaltar que Jaqueline Roriz não perdeu o mandato depois de a crise ter começado, porém, este trabalho coloca em questão a imagem que ficou da parlamentar perante as acusações de envolvimento em um esquema de corrupção no governo do DF.

Ao apostar no silêncio, o representante público não imagina o barulho que vai causar.

Bibliografia

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de imprensa. Como fazer*. São Paulo, Summus, 2003.

KOPPLIN, E. e FERRARETTO, L. *Assessoria de Imprensa. Teoria e Prática*. Porto Alegre: Sagra, 2000.

MAFEI, Maristela. *Assessoria de imprensa- como se relacionar com a mídia*. São Paulo. Editora Contexto, 2004

ROSA, Mário. *A síndrome de Aquiles*. São Paulo: Editora Gente, 2001.

ROSA, Mário. *A Era do Escândalo*. São Paulo: Editora: Geração Editorial, 2004.

DUARTE Jorge, BARROS Antônio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

MOREIRA, Rosa. ULHÔA, Eliane. *O Papel do Assessor*. Brasília: Fenaj, 1996.

DUARTE, Jorge. (Org.). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 2.ed São Paulo: Atlas, 2003

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977

BARBEIRO, Heródoto. *Midia Training*. Saraiva. São Paulo, 2008.

FORNI, João José. *Comunicação em tempo de crise*. In: DUARTE Jorge (organizador). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica*. São Paulo: Atlas, 2002.

BUENO, Wilson da Costa. *Medindo o retorno do trabalho de assessoria de imprensa*. In: DUARTE, Jorge. *Assessoria de imprensa e relacionamento com a*

mídia. São Paulo: Atlas, 2002.

Anexos (na ordem em que aparecem)

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 5 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 5 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 6 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 6 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 6 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 7 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 7 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 8 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 8 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 9 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 9 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 10 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 10 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 10 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 10 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 11 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 11 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 12 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 12 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 13 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 13 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 14 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 14 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 15 de março. 2011

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 15 de março. 2011

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília, 15 de março. 2011

8. Anexos

Cidades

+ política e economia no DF

É CARNAVAL

Eleitas as rainhas da bateria das escolas do Grupo Especial (foto), a festa está armada. Veja também esquema de funcionamento do comitê e a situação das estradas. **PÁGINAS 29, 30 E 34**



Carlos Veiros/Ep. GLOBA Press

SEM ESTRUTURA

Feiras populares do DF oferecem péssimas condições de atendimento. A situação mais grave é a de Sobradinho (foto). **PÁGINA 31**



Denise Ferreira/LOJETA Press

IMPOSTO NEGOCIADO

Pela internet, contribuinte que discordar do valor do IPTU poderá sugerir um preço que ele pareça adequado. Governo promete analisar as reivindicações. **PÁGINA 33**

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski.dfgdabr.com.br
Tels.: 3214-1139 • 3214-1180
Fax: 3214-1195
cidades.dfgdabr.com.br

Brasília, sábado, 5 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 23

CAIXA DE PANDORA/ Gravação feita pelo ex-secretário de Relações Institucionais do GDF Durval Barbosa, em 2006, mostra a deputada federal do PMN recebendo R\$ 50 mil. Dinheiro teria sido entregue para financiar campanha eleitoral

Vídeo compromete Jaqueline Roriz

■ LILIAN TAHAN
■ RICARDO TAFFNER
■ ANA MARIA CAMPOS

Eleita para o primeiro mandato de deputada federal, Jaqueline Roriz (PMN), a filha do meio do ex-governador **Manoel Neto** (PS), corre o risco de, a exemplo do pai, não completar o mandato parlamentar. Ela e o marido, Manoel Neto, foram filmados recebendo dinheiro de Durval Barbosa, que se tornou o pivô do escândalo da Caixa de Pandora após revelar uma série de vídeos nos quais ele próprio entrega dinheiro a deputados, candidatos e empresários do Distrito Federal. Os flagrantes tiveram o peso de tirar do cenário político seus protagonistas à época, o deputado do dinheiro nas meias, a distrital da bolsa e o da oração da prole. Filhada nas mesmas circunstâncias, Jaqueline vai enfrentar um cavalo na Justiça e no Congresso Nacional. Deve ser denunciada por improbidade e alvo de um processo de investigação por quebra de decoro parlamentar na Câmara dos Deputados. O PMN, partido pelo qual Jaqueline foi eleita, diz que não vai encobrir os atos da deputada e a Ordem dos Advogados do Brasil/seção DF (OAB-DF) se pronunciou cobrando ações enérgicas sobre o caso.

O vídeo estrelado por Jaqueline Roriz tem enredo muito parecido ao que provocou a queda do ex-governador José Roberto Arruda, a cassação da ex-distrital Eurides Brito (PMDB) e a renúncia dos ex-deputados Leonardo Prudente (sem partido) e Júnior Brunelli (sem partido). Na gravação de 2006, Jaqueline aparece ao lado do marido recebendo um maço de dinheiro, estimado em R\$ 50 mil. Manoel Neto é quem pega a quantia e guarda na mochila. As imagens foram feitas pelo próprio Durval e são de 2006, ano de campanha, quando a filha de Roriz se elegeu deputada distrital. Durante o encontro com Durval, Jaqueline e Manoel negociam apoio para a disputa eleitoral.

O marido da então candidata já entra na sala de Durval pedindo: "Agora que sou candidato, resolve isso pra mim, cara". Durval se dirige a um assistente e delega: "Depois você vê se consegue mais uns três a cinco por meu amigo aqui". Manoel reforça: "Não, eu preciso de cinco, por favor. Porque isso pra nós é muito complicado de fazer". Um pouco mais adiante, Jaqueline pede "estrutura" para Durval. E ele pergunta qual o tipo de estrutura que ela deseja. A candidata fala em cargos e Durval diz que em vez de conseguir os cargos "conseguiria o dinheiro para aquelas pessoas" que ela queria (veja trechos do vídeo). Jaqueline responde que ainda não tem ninguém e Durval dá a solução: "Então você começa a pagar com esse dinheiro".

Na conversa, Jaqueline desaba. Revela que tem cinco pessoas que a estão ajudando só na promessa. "Até agora nada ainda. Você é o único". E Manoel louva: "Graças a Deus". Há apro-

Carlos Moura/CEBRA Press



Recém-empogada na Câmara dos Deputados, a filha do ex-governador pode, a exemplo do pai, não concluir o mandato para o qual foi eleita

Partilha suspeita

Roriz foi flagrada em escutas da Operação Aquarela negociando a divisão de um cheque no valor de R\$ 2,2 milhões com empresário Nenê Constantino. O ex-governador disse que o dinheiro foi usado para a compra de uma fazenda. Para evitar a cassação, Joaquim Roriz renunciou ao mandato de senador.



Na gravação, Jaqueline diz a Durval que tem poucos colaboradores

ximadamente dois meses o vídeo está em poder da Procuradoria Geral da República (PGR) e do Ministério Público do Distrito Federal, que conduz a delação premiada de Durval Barbosa. Alvo de mais de 40 processos, Durval resolveu entregar as filmagens que fez ao longo de oito anos em troca de amenizar sua pena. Com o vazamento da fita contra Jaqueline Roriz, Durval mais uma vez se aproveita do instrumento do acordo com o Ministério Público para causar alvoroço na política candanga.

Reviravolta

O vídeo que expõe os métodos comprometidos de arrecadação de Jaqueline Roriz pode causar uma reviravolta nas investigações da Caixa de Pandora. Como Jaqueline é deputada federal e tem forte privilégio, o Inquérito que hoje tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode ser remetido para o Supremo Tribunal Federal (STF) ou até ser desmembrado em duas ações, o que dependeria de um pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A

PGR confirmou ter recebido um material recentemente, mas avisou que ainda vai analisá-lo.

Processo político

Antes mesmo dos desdobramentos judiciais, Jaqueline deve enfrentar um processo político. O PSol anunciou que vai entrar com uma representação contra a deputada por quebra de decoro. A ação, se aceita pela Mesa Diretora da Câmara, pode ser encaminhada ao Conselho de Ética. Entre as punições por quebra de decoro está a perda do mandato. A exemplo do que ocorreu com os outros citados na Caixa de Pandora, Jaqueline Roriz deve ser denunciada pelo MP por improbidade administrativa. Nesse caso, uma das primeiras providências é que o Ministério Público peça na Justiça a indisponibilidade de seus bens como precaução para que o erário seja resarcido caso fique comprovado que o dinheiro embolsado por Jaqueline é fruto de corrupção.

A ação por improbidade não invalida a hipótese do processo criminal e pode gerar punições como a perda do cargo, suspensão

dos direitos políticos, devolução do dinheiro para os cofres públicos. Ainda que não ocupe função pública, Manoel Neto também pode ser processado pelo mesmo remédio jurídico. O artigo 3º da Lei nº 8.429 de 1992 abrange particulares que se beneficiam de ato de improbidade.

Há uma semana, Jaqueline soube do vazamento da fita em que aparece recebendo dinheiro de Durval. Desde então, ela se recolheu. Pessoas próximas à deputada dizem que ela está na fazenda de Roriz, no município de Luziânia (GO). Ela prepara com assessores estratégia para manter seu mandato. Deve alegar que o dinheiro entregue por Durval teria sido doação de campanha. Além disso, vai trabalhar politicamente a tese de que os fatos ocorreram antes que ela fosse deputada, num período em que seu pai não era governador e, por se tratar de episódios pretéritos, a Câmara não teria competência para investigá-la na atual legislatura. Jaqueline não atendeu a telefonemas da reportagem.

» Leia mais na página 24

Comentários do internauta

Os leitores opinaram sobre o episódio envolvendo a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN):

José Laranjeira

"Jaqueline possui de honesta e agora foi definitivamente desmascarada. Não há nada oculto que não venha a ser manifestado. Por que Durval demorou tanto para soltar esse vídeo? Teria sido por engano? De qualquer forma, Brasília agradece."

Herica G

"Infelizmente, mais um caso de corrupção na nossa bela capital. Quando isso vai acabar? Acredito que somente no momento em que o povo, detentor da soberania, começar a ter mais consciência antes de votar. Amo Brasília e realmente lamento por toda essa corrupção que nos afeta e nos revolta. Até quando?"

Mustafa Machado

"Triste política brasileira, não é cassando o mandato destes ladrões do dinheiro público que resolveremos esta situação. Temos mesmo é que colocá-los na cadeia e sentenciá-los à pena máxima. Somente assim poderemos resolver esta situação."

Edia Lima

"O povo não aprende mesmo, adora se ludir com políticas assistencialistas desses milionários da política do DF."

Wilden Reis

"Que país é esse? Ninguém é preso nem devolve o dinheiro e fica por isso mesmo. Cadeia a justiça!"

Ana Mendes

"Este é o grandioso exemplo que a capital dá ao restante do país. Na verdade, corruptos não são apenas os candidatos, mas também os eleitores. Tenho vergonha de ser brasileira."

QR code



Para conferir o vídeo em que Jaqueline Roriz e seu marido, Manoel Neto, recebem dinheiro de Durval Barbosa, fotografe o QR code acima com o software leitor de código de barras do seu celular e envie o conteúdo para o e-mail: cidades.dfgdabr.com.br. O código QR para o número 50025. Você receberá um link para fazer o download gratuito do software. O custo do SMS é de R\$ 0,31 + impostos. Se é preciso baixar o software uma vez, o Correio não cobra nada pelo conteúdo, mas, a cada vez que você o acessar, estará navegando na internet e pagará pelo tráfego de dados à sua operadora.

Sábado, 5 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fábio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Tem Roriz no bloco da propina

■ **Vídeo inédito mostra Jaqueline e o marido recebendo dinheiro das mãos de Durval Barbosa**

Um fita de vídeo inédita, em análise no Ministério Público, mostra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), junto com o marido, Manoel Neto, recebendo um maço de dinheiro das mãos do ex-secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa. Com duração de dois minutos e 50 segundos, o vídeo foi gravado na campanha eleitoral de 2006, na sala de Barbosa, delator do escândalo de corrupção desmantelado pela operação Caixa de Pandora, que derrubou o governador José Roberto Arruda.

O jornal *O Estado de S. Paulo* teve acesso à fita e há uma semana e tentou falar com a deputada, que foi procurada no gabinete, em sua casa e por telefone. Avisada do teor do vídeo, a assessora da deputada disse que ela estava em viagem e não deu retorno.

Ela sempre negou com veemência qualquer envolvimento dela e do pai, o ex-governador Joaquim Roriz, no esquema. Em discurso, em abril passado, ela chamou de "cara de pau" a deputada Eurides Brito, cassada após a divulgação de vídeo em que aparece recebendo propina de Barbosa e enfiando o dinheiro numa bolsa de couro.

O vídeo, o 31º da "coleção da corrupção no DF", mostra o casal recebendo e enfiando um maço de R\$ 50 mil numa mochila, reclamando que o valor estava abaixo do combinado e negociando novas contribuições para a campanha de Jaqueline, que se elegeu deputada distrital naquele ano. "Rapaz, não é fácil ser candidato. Resolve isso para mim cara!", apela Neto, ao ser avisado de que a quantia ficaria entre três e cinco remessas e não seis.

Jaqueline e o marido demonstram satisfação quando veem Durval colocar o maço fornado de notas de R\$ 100 sobre a mesa. Mas, com arrogância, reclamaram do valor e tratam Barbosa um empregado relapso. "Como só cinco? Eu preciso de mais, por favor! Porque isso aí, para nós é muito complicado de fazer", queixa-se Neto.

"Tem possibilidade de você aumentar para mim?", indaga Jaqueline, explicando as dificuldades

da campanha. "Vamos ver", responde Durval.

"Tem cinco pessoas que estão já nos ajudando. Isso enquanto não começa. Não aconteceu nada ainda". Num diálogo entrecortado, ela conta que vários colaboradores, "como o Rogério, da CEB", prometeram ajuda, mas falharam. "Até agora, nada".

FIM DO SILÊNCIO

Durval Barbosa, que montou e operava o esquema de corrupção desde 2002, no governo Roriz, vinha preservando o antigo chefe e só havia delatado o governo Arruda, que o promovera a secretário para continuar operando a arrecadação de propina para o chamado mensalão do DEM.

Ex-delegado de polícia ligado à comunidade de informações e especialista em grameamento de conversas, Durval gravava tudo em áudio e vídeo, em sigilo. Alvo de dezenas de processos na Justiça, ele fez o acordo de delação premiada em setembro de 2009, quando passou a ajudar a polícia e o Ministério Público. Como o benefício da delação é proporcional à colaboração, agora Barbosa começou a entregar o lado poupado.

Jaqueline pode ser a primeira parlamentar processada na atual legislatura. O Ministério Público avaliava processar a deputada em duas frentes, uma delas é criminal e estará a cargo do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Mas já é certo que procuradores do DF e Territórios vão processá-la por improbidade na frente cível. O vídeo deve ser encaminhado nos próximos dias para perícia no Instituto de Criminalística da Polícia Federal.

SAIBA +

O ex-governador Joaquim Roriz nega que seja o mentor da organização do mensalão, mas se recusa a comentar o vídeo em que a filha aparece recebendo dinheiro de origem ilícita.

A advogada de Durval Barbosa, Margareth Almeida, informou que o processo da Caixa de Pandora, do qual seu cliente é réu colaborador, corre em segredo de justiça e que, por imposição legal, ele não fará comentários sobre os vídeos que venham a aparecer.



idades

+ política e economia no DF

FREVO DÁ A LARGADA

Cerca de 2 mil foliões caíram no frevo, embalados pelo som do Galinho de Brasília (foto). Na Esplanada, oito blocos animaram a festa.

PÁGINAS 28 E 29



Breno Fortes/CEB/DA Press

DESCANSO, SÓ DEPOIS

Carnaval é sinônimo de trabalho para setores essenciais como saúde, transporte e segurança. O motorista Cicero (foto) não teve folga.

PÁGINA 30



Elio Rizzo/Ep. CEB/DA Press

BOA FORMA

Passada a euforia das férias de verão e do carnaval, as academias de ginástica fazem grande esforço para preservar os alunos.

PÁGINA 32

CAIXA DE PANDORA / Procurador-geral da República diz que pedirá abertura de inquérito no STF contra Jaqueline Roriz

INVESTIGAÇÃO VAI CHEGAR AO SUPREMO

• LILIAN TAJIAN
• DIEGO ABREU
• MARIA PULJIZ

Flagrada recebendo dinheiro das mãos de Durval Barbosa, Jaqueline Roriz (PMN) será investigada pelo Ministério Público Federal. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ao *Correio* que vai pedir abertura de inquérito ao Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a conduta da deputada federal, filha do ex-governador Joaquim Roriz (PSC). Assim como outros políticos do Distrito Federal, Jaqueline foi filmada durante encontro com o ex-secretário de Relações Institucionais do GDF que, em 2006, entregou a ela e ao marido, Manoel Neto, maços de dinheiro estimados em R\$ 50 mil. "As cenas são fortíssimas", considerou Gurgel. Tão logo acabe o carnaval, o procurador-geral da República vai dar início ao processo de investigação com potencial de gerar uma ação penal contra a parlamentar. Entre os crimes previstos, Jaqueline pode responder por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e até formação de quadrilha. Numa gravação de 2'50", a filha de Roriz negocia apoio para a campanha dela. Na época, era candidata a deputada distrital. Durante encontro com Durval, que fez um acordo com o Ministério Público para entregar um engenho-esquema de corrupção em troca da redução de pena — ele responde a mais de 40 processos —, Jaqueline pede cargos. Durval oferece quantia em dinheiro. Jaqueline acha pouco: "Tem a possibilidade de você aumentar isso pra mim?". Enquanto isso, o marido guarda um pacote de dinheiro na mochila. "É uma situação extremamente grave. As imagens não deixam dúvida do estado da política no Distrito Federal", disse Gurgel, ao confirmar ao *Correio* que, na quinta, enviaria pedido de investigação ao Supremo.

Após a abertura de inquérito, o STF deverá emitir um relatório para o caso. A Procuradoria-Geral da República pode acionar a Polícia Federal para colher depoimentos de testemunhas, realizar perícias contábeis e cumprir mandados de busca e apreensão com a intenção de reunir provas e fundamentar eventual denúncia do Ministério Público Federal. Além de responder criminalmente, o escândalo pode custar a carreira política de Jaqueline Roriz, mas Roberto Gurgel preferiu não comentar essa possibilidade. "É um assunto interno que deverá ser resolvido pela Câmara dos Deputados." A exemplo do que ocorreu com os outros políticos filmados por Durval recebendo dinheiro, Jaqueline também deverá ser alvo de uma ação de improbidade administrativa apresentada pelo Ministério Público do DF. O processo pode gerar punições como a perda de cargo, suspensão dos direitos políticos e devolução do dinheiro aos cofres públicos.

Judiciário

Autoridades ligadas ao Poder Judiciário disseram ontem que irão cobrar do Ministério Público uma rápida investigação do caso.

Paulo de Fátima/CEB/DA Press - 30/6/10



Jaqueline foi flagrada recebendo dinheiro das mãos de Durval Barbosa

As imagens não deixam dúvida do estado da política no Distrito Federal

Roberto Gurgel,
procurador-geral da República

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, avisou que a entidade espera uma apuração "rigorosa" do flagrante de Jaqueline e Manoel Neto. Ophir classifica como "lamentável" o fato de uma deputada federal estar envolvida em mais um escândalo de suposta formação de caixa 2 para a campanha. Segundo ele, é fundamental que a Câmara também apure a conduta de Jaqueline. "É necessário que se faça uma investigação da conduta da deputada, até da vida pregressa, que também é

fator que pode resultar na perda do mandato", ressaltou. A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) também reagiu com indignação a mais um escândalo político no DF. "É evidente que se deve garantir o direito de defesa, mas a cena é muito forte. Posso dizer que a Ajufe, na condição de defensora do princípio republicano e do estado democrático de direito, entende que esse caso precisa ser apurado com seriedade", disse o presidente da entidade, Gabriel Wedy. A coordenadora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCCE), Jovita Rosa, lamentou a cena e disse esperar rapidez na atuação do Ministério Público. O MCCCE se reúne hoje para tratar, entre outros temas, do novo escândalo.

Ações diferentes

Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que pediu para não ter o nome identificado porque poderá ter de analisar um eventual processo contra a deputada, afirmou que, em tese, Jaqueline poderá ser alvo de três

diferentes ações: um processo administrativo parlamentar, por quebra de decoro; uma ação penal; e outra eleitoral. "Somente o procurador Roberto Gurgel tem legitimidade para propor qualquer denúncia contra a deputada. Nesse caso, todos os envolvidos terão de ser denunciados perante o Supremo e, partir daí, o relator pode ou não desmembrar o processo", explicou o ministro. Além das complicações na Justiça, o PSol promete entrar com representação na Câmara dos Deputados pedindo a cassação da deputada por quebra de decoro. Em 2007, Roriz foi obrigado a renunciar para evitar o mesmo tipo de processo. Na época, foi pego em escutas da Operação Aquilão negociando a partilha de um cheque do empresário Nenê Constantino no valor de R\$ 2,2 milhões com ex-presidente do BRB, Tarcísio Franklin de Moura. Roriz, deixou o cargo de senador e voltou ao cenário político em 2010, quando tentou ser candidato ao GDF mas foi barrado pela Justiça Eleitoral. Durante a campanha, chegou a comentar a Caixa de

Pandora em um de seus programas na TV, quando classificou o episódio como "vergonhoso" e "escandaloso". Num dos debates, disse que Durval era um homem de coragem. Tanto que colocou na fila a filha dele. Longe dos holofotes desde que soube do vazamento do vídeo, Jaqueline estava com uma viagem programada para a tarde de ontem. A informação foi passada pelos funcionários que trabalhavam na construção de um galpão e de duas casas — uma vermelha e outra amarela — na fazenda dela, no Incra 6, em Brasília. Eles não souberam dizer o destino da parlamentar. Marido de Jaqueline, Manoel Neto esconde na propriedade neste sábado para acompanhar o trabalho dos pedreiros. A deputada não foi localizada para comentar as denúncias, mas disse à sua assessoria que vai se pronunciar após o carnaval.

Colaborou Naira Trindade

» Leia mais na página 25

» Destinos possíveis

O que pode acontecer com Jaqueline Roriz, após ela ter sido flagrada em vídeo feto por Durval Barbosa:

Ação penal

» A deputada pode responder à ação penal no Supremo, caso a Corte aceite a denúncia a ser apresentada pelo procurador Roberto Gurgel. Ela pode ser enquadrada pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crime fiscal e formação de quadrilha. Caberá à PGR investigar as suspeitas contra a parlamentar, já que ela tem prerrogativa de foro, por ser deputada federal. O STF deverá abrir um inquérito. Após a conclusão das investigações, caberá a Gurgel apresentar ou não a denúncia, para então o Supremo decidir se abre uma ação penal. Caso essa seja a opção, Jaqueline passará a condição de ré em processo que será julgado pela Suprema Corte.

Ação eleitoral

» O Ministério Público poderá entrar com ação na Justiça Eleitoral contra a deputada por suposta formação de caixa 2 durante a campanha de 2006. Em princípio, porém, uma eventual ação não seria capaz de cassar o atual mandato, já que as supostas irregularidades não ocorreram durante a campanha de 2010. Em tese, um processo eleitoral poderia acarretar na condenação da parlamentar por caixa 2, crime que pode deixá-la inelegível.

Processo administrativo por quebra de decoro parlamentar

» A Câmara pode decidir pela abertura de um processo de quebra de decoro parlamentar, que evolui por meio de dois caminhos. Primeiro, a Corregedoria analisa se há indícios suficientes para dar prosseguimento ao inquérito. Se optar pela abertura, o procedimento passa a ser analisado pelo Conselho de Ética. Se um partido decidir representar contra um parlamentar, o processo é aberto no Conselho e não é necessário o escrutínio preliminar na Corregedoria. Para que a deputada perca o mandato e os direitos políticos por oito anos, o pedido precisa ser aprovado pelo plenário. A partir do momento em que o Conselho considera indicado o parlamentar, ele não pode mais renunciar para fugir da cassação. Vale lembrar que a Lei da Ficha Limpa também prevê que deputados e senadores que renunciaram fiquem inelegíveis por oito anos.

Ação cível

» Jaqueline Roriz pode responder à ação cível na Justiça, a exemplo do que ocorreu com os ex-deputados filmados por Durval recebendo dinheiro. A parlamentar poderá ser alvo de uma ação do Ministério Público do DF, por improbidade administrativa. Um eventual processo pode acarretar em punições como a perda do cargo de deputada federal, além de suspensão dos direitos políticos e devolução do dinheiro aos cofres públicos.

Política no DF

25 • Cidades • Brasília, domingo, 6 de março de 2011 • CORREIO BRASILENSE

CAIXA DE PANDORA

Má vontade política

Colegas de Jaqueline Roriz não demonstram intenção de cobrar explicações sobre o vídeo em que ela aparece recebendo maço de dinheiro

» TIAGO PARIZ
» LILIAN TAHAN

Despreocupados com o desgaste da imagem e fechados no corporativismo que tomou conta do Congresso Nacional desde o escândalo do mensalão, deputados federais demonstram má vontade em avançar num eventual processo de quebra de decoro contra Jaqueline Roriz (PMN). A tese levantada pelos colegas da parlamentar baseia-se no fato de o vídeo em que ela e o marido, Manoel Neto, aparecem recebendo dinheiro de Durval Barbosa ser de 2006, anterior, portanto, ao atual mandato. E a depender do presidente da Comissão de Reforma Política, Almeida Lima (PMDB-SE), a filha do ex-governador Joaquim Roriz continuará participando das discussões sobre qual a melhor forma de financiar uma campanha política.

O líder do DEM na Câmara, Antônio Carlos Magalhães Neto (BA), ex-corregedor da Casa, defendeu a apuração do vídeo, mas afirmou que fatos praticados antes do mandato não configuram quebra de decoro. "O ideal é que a Corregedoria possa apurar. Se a afirmar que existe jurisdição determinando que os fatos realizados anteriormente ao mandato não podem ser objetos de quebra

Não vou tomar atitude nenhuma. Não sou do Conselho de Ética nem da Mesa Diretora. Quem tem que tomar a decisão é o presidente da Câmara"

Almeida Lima, deputado federal (PMDB-SE), presidente da Comissão de Reforma Política

de decoro", afirma o parlamentar baiano. Políticos ouvidos pelo **Correio** usam termos fortes para falar da gravação, mas acabam ponderando que, politicamente, a parlamentar está livre. "A situação é grave, mas há um aspecto

de ordem legal porque ocorreu antes da diplomação. Pode-se fazer um julgamento moral e ético, mas não de ordem legal", cita o deputado Luciano Castro (PR-RR). Jovair Arantes (PTB-GO) faz a mesma avaliação. "Ela responde no Conselho de Ética por algum ilícito praticado no período em que é deputada."

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello reforça a tese dos parlamentares. "A quebra de decoro é a prática de ato no curso em si do mandato", afirma. "As consequências podem vir do campo penal. A situação não pode ser jogada para debaixo do tapete. Vamos esperar que as instituições cumpram os seus papéis", emenda Mello.

O deputado Almeida Lima disse que não cabe a ele excluir a deputada da Comissão de Reforma Política. "Não vou tomar atitude nenhuma. Não sou do Conselho de Ética nem da Mesa Diretora. Quem tem que tomar a decisão é o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS)", destaca o peemedebista. O deputado Ricardo Berzoini (SP), integrante da comissão, foi além e disse que discutir o caso de Jaqueline dentro do colegiado pode atrapalhar os trabalhos. "Já está em curso uma investigação. Se o delito foi praticado no mandato, a Câmara trata. Fora do

Foto de Arago/CEBRA Press - 10/2/11



ACM Neto, ex-corregedor da Casa, destaca que fatos ocorridos antes da diplomação não podem ser investigados

mandato, há instâncias competentes", afirma o petista. Os seguidos escândalos que afetaram o Congresso desde 2005 — quando o PT foi acusado de comprar parlamentares para

garantir a aprovação de projetos de interesse do governo — consolidaram a imagem de que deputados e senadores não cassam seus pares. No mensalão, apenas José Dirceu (PT-SP), Roberto Jefferson

(PTB-RJ) e Pedro Correa (PP-PE) tiveram os mandatos anulados. Desde então, o conselho instituído que a quebra de decoro só pode ser aplicada para fatos ocorridos no mandato em curso.

» Perfil/Manoel Neto

Um marido bem enrolado

» RENATO ALVES

Mineiro de origem humilde, o cinquentário Manoel Costa de Oliveira Neto nunca escondeu as sonhos de se tornar rico, poderoso e famoso, de ter o rosto e o nome em destaque na mídia. De certa forma, realizou todos os desejos. O primeiro, por meio de negócios nebulosos. O segundo, agindo como eminência parva nos bastidores da política brasileira. O terceiro, ao aparecer ao lado da mulher, a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), recebendo um maço de dinheiro na famosa sala de Durval Barbosa, em vídeo amplamente divulgado na última sexta-feira.

Neto começou a vida em Brasília intermediando a venda de carros usados, na década de 1980. Acendi-va de madrugada para comprar os primeiros jornais que chegavam nas bancas e encontrar as melhores oportunidades nas classificações. No começo da manhã, adquiria al- cunhos veiculares anunciados e, já à tarde, os revendia. Em meados dos

anos 1990, tornou-se sócio de um açougue na Asa Norte e do suspei- tíssimo Super Bêligo dos Importa- dos, esquema investigado pela Polícia Federal por não entregar a pri- meiros sortidos. Após o fim do bê- ligos, ele virou doleiro.

Quando ganhava a vida com o jogo, pouco aparecia. Mas, nesse meio, conheceu muita gente in- fluente e começou a fazer fortuna. O patrimônio e a rede de amigos enriqueceram aumentou com os negócios de venda e compra de moedas estrangeiras. Ele ainda man- tém a casa de câmbio no hotel Gar- rey, no Setor Hoteleiro Norte.

Manoel Neto decidiu entrar de- vez no mundo da política em 1998, quando candidatou-se a deputado distrital pelo PMDB. Na chapa de Joaquim Roriz. A época, ele teve uma das mais caras campanhas, mas não conseguiu a vaga na Câ- mara Legislativa. Apesar da derrota nas urnas, o ex-açougueiro foi com- pensado com a Presidência da So- ciedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), em janeiro de 1999.



Foto: Brasil/Ep. CEBRA Press - 23/06/09

Amigos

Na gestão de Neto, a estatal de ônibus da capital da República viveu a pior crise em 50 anos. Quando ele assumiu o cargo, a TCB era a quarta empresa do se- tor no DF, com 210 ônibus. Ele deixou a estatal três anos depois, com apenas 44 veículos em ope- ração, ocupando o oitavo lugar no ranking do transporte coleti- vo. Nesse período, ele transferiu, mas não conseguiu a vaga na Câ- mara Legislativa. Apesar da derrota nas urnas, o ex-açougueiro foi com- pensado com a Presidência da So- ciedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), em janeiro de 1999.

Enquanto mandava na TCB, além de Amaral, Neto tinha como amigos outras figuras poderosas no governo local e com extensa lista de processos na Justiça. Os mais co- nhecidos eram o também ex-senador Luiz Estevão e o ex-deputado federal Vigorito Turruço, o Wigito (PPB). De Estevão, ele tinha o apoio para se manter à frente da estatal. Neto não se cansava de dizer aos funcionários que queria chegar on- de chegava o amigo e fazia de tudo para se vestir e falar como Estevão. O senador acabou cassado por fraudar o painel do Senado. Foi processado e preso por causa do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Já com Wigito, a amizade e os negócios andavam juntos. Neto chegou a empregar a filha de Turruço na diretoria jurídica da TCB, além de, ao menos, outras 10 pes- soas de confiança do amigo. Em troca, Wigito emprestava alguns dos carros importados e de luxo para Neto passar aos fins de se- mana e ainda cedeu ao amigo um espaço na sua Rádio, a Atividade FM. Com a fama de chegar ao Senado, Neto apresentava o pro- grama Forró Atividade, transmi- tido aos domingos. Nele, sorteara todo tipo de brindes e bajulava amigos políticos e empresários. O ex-vendedor de carros, ex- açougueiro, ex-bingueiro e então

presidente de estatal e radialista, ritou ainda um empresário da noite. A casa de shows, montada em Samambá, o mais forte re- duto eleitoral de Joaquim Roriz e família, também só ficava forró. Tanto a boate quanto o programa de rádio tinham publicidade ga- rantida nos coletivos da TCB, com adesivos e cartazes fixados dentro e fora dos ônibus, uma ilegalida- de, segundo o Tribunal de Contas do DF. Mas, novamente, dessa vez filiado ao nanico PTC, ele perdeu a disputa, em 2002.

Morte no lago

As duas derrotas seguidas fize- ram Neto mudar de estratégia. Ele voltou a agir somente nos basti- dores para conseguir um outro cargo na segunda gestão seguida de Ri- z à frente do DE Áquila aluna, já trancada a casa simples, de um pa- ramento na Asa Norte, por uma lanchonete no Lago Norte. Também acumulava carros im- portados e novos na ampla gara- gem, além de lanchonetes. Os bens, no entanto, nunca foram de- clarados à Receita Federal. Fre- quentando as altas rodas do poder da capital, Neto teve muitas na- moradas. Acabou casando com a mais famosa delas, a então recên- temente eleita Jaqueline Roriz. Neto logo virou uma espécie de

deputado sem mandato. Ele dava ordens no gabinete da esposa e, em nome dela, negociava cargos e di- nhheiro para campanhas eleito- rais, como se vê no vídeo gravado por Durval. O ex-presidente da TCB é o homem que aparece colo- cando na mochila o pacote de no- tantes entregue pelo ex-secretário de Relações Institucionais do GDF na gestão de José Roberto Arruda. No mandato da mulher, Neto se en- volveu em outros escândalos. Uma das quatro filhas dele chegou a as- sumir cargo de confiança no gabi- nete da madrinha. Além disso, fun- cionários da mansão de Neto er- am pagos pelo gabinete de Jaque- line com dinheiro público.

Para completar, Manoel Neto acabou investigado pela Polícia Civil em uma morte ocorrida no Lago Paranoá, em 17 de janeiro de 2008. Ele estava em uma de suas lanchas, participando de uma fes- ta, quando o bonê de um dos con- vidados caiu na água. O homem já estaria embriagado e, ao mergi- lhar, não conseguiu voltar à tona. Afogou-se. As circunstâncias da morte nunca foram totalmente es- clarificadas pela polícia em virtude da falta de testemunhas e de dados precisos da perícia. No mesmo dia do suposto acidente, Neto pegou as quatro filhas e viajou para os Es- tados Unidos, onde Jaqueline se re- cupera de cirurgias estéticas.

» Análise da notícia

Chantagem sem fim

A divulgação de mais um vídeo do acervo aparentemente inesgotá- vel de Durval Barbosa causou no- vamente uma onda de perplexida- de e indignação. Por trás das ima- gens chocantes, porém, não se pode esquecer que está um especialista em operações clandestinas, com mais de 40 processos nas costas. Com o intuito de reduzir a sua pe- na pelos diversos crimes cometidos, ele entregou a Procuradoria- Geral da República e ao MPDFT as filmagens ilegais que ameslou ao longo de oito anos. O homem das filhas, portanto, se escora no me- rismo da delação premiada para continuar o que não cansou de fa- zer enquanto esteve livre para atu- ar: exercer a prática do chantagem.



Pense grande!

UNIEURO. Um Centro Universitário do tamanho dos seus sonhos.

Faça a sua matrícula

Alunos calouros (vestibulandos e graduados) que efetuarem a sua matrícula até o dia 12/03/2011 terão

35% de desconto.*

* Os descontos não são cumulativos e são concedidos exclusivamente para matrícula.

VESTIBULAR
INSCRIÇÕES ABERTAS!

3445 5888
www.unieuro.edu.br

UNIEURO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Domingo, 6 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

REPRODUÇÃO

CAIXA DE PANDORA

O tormento não acabou

■ **Vídeo de Jaqueline Roriz pegando dinheiro cria insegurança jurídica no DF**

● **Leandro Quirino**

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

O caos administrativo herdado pelo governador Agnelo Queiroz tem tudo para ficar mais complexo com o surgimento do vídeo no qual a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) aparece pegando dinheiro com Durval Barbosa, ex-secretário de Relações Institucionais do GDF. O novo lance do escândalo da Operação Caixa de Pandora joga a gestão da cidade naquilo que os especialistas chamam de "insegurança jurídica".

Segundo o cientista político João Paulo Peixoto, da Universidade de Brasília (UnB), a repetição desse cenário tende a

SAIBA +

Apesar da insegurança jurídica, o Poder Executivo não deve fazer pressões sobre a Câmara Legislativa se aparecerem distritais envolvidos com

esquema de propina.

O especialista Flávio Britto explica que a renovação na Câmara traz nomes que têm comprometimento com o resgate da moralidade e

das entidades públicas.

"A imprensa e a sociedade terão papéis importantes para que nenhum dos casos fiquem impunes", exortou Britto.

dificultar o desenvolvimento do governo.

"Essa instabilidade política é inimiga da eficiência e do desenvolvimento das políticas, o que torna o trabalho do governo em organizar os problemas mais difícil", destaca.

Peixoto afirma ainda que a possibilidade de haver vídeos de outras figuras públicas que estão ou estiveram na Câmara Legislativa pode arrastar ainda mais a imagem da Casa.

"Esses fatos, além de colaborar para arruinar a imagem da Câmara, só vêm confirmar a descrença da população com relação aos deputados".

Já para o cientista político David Fleisher, também da UnB, o renascimento de Caixa de Pandora pode colocar fora de cena parlamentares que hoje mantêm oposição ao governo de Agnelo Queiroz.

"Se a Caixa de Pandora 2 atingir entre sete a nove deputados aliados de Roriz, isso pode favorecer o governo, dependendo do tipo de critério que seja usado para ocupar as cadeiras dos cassados", observa. Embora a vaga pertença ao partido, conforme entendimento recente do Supremo Tribunal Federal, poderá assumir o posto o deputado suplente da coligação, em caso de renúncia ou cassação.

Fleisher avalia que esse problema poderia ter sido evitado caso o Ministério Público tivesse sido mais incisivo nas investigações. Ele diz ainda que a intervenção no DF, depois da cassação do ex-governador José Roberto Arruda, teria sido peça fundamental para que o interventor fosse capaz de organizar os problemas que hoje o governo Agnelo tenta resolver.

POSSÍVEL AFASTAMENTO

Apesar da incerteza sobre os novos envolvidos, o especialista em Direito Eleitoral Flávio Brit-

to acredita que a deputada federal Jaqueline Roriz deverá ser afastada das comissões de que participa na Câmara dos Deputados. E dependendo do resultado do processo aberto na Casa, poderá ter o mandato cassado, independentemente do momento a que se refira o vídeo divulgado sexta-feira.

Prova disso é que o próprio pai, o ex-governador Joaquim Roriz, foi levado à renúncia da cadeira no Senado por causa de um esquema de corrupção no Banco de Brasília (BRB), anterior à sua eleição para o Congresso. Para não correr o risco de ser condenado pelo Conselho de Ética do Senado, por causa de uma ação protocolada pelo PSOL, terminou por jogar a toalha.

"Ser deputado exige uma reputação séria e limpa. Quando o parlamentar fere esses princípios, tem sua conduta questionada para assumir qualquer trabalho na Câmara e até mesmo para representar o povo", enfatiza. Ele acredita na indicação de outro nome para as comissões pelo PMN.

Jaqueline pode seguir o mesmo caminho do pai, cujo episódio levou-o à renúncia da cadeira no Senado

00:35 01:04

Cidades

+ política e economia no DF

CARNAVAL
O tradicional e irreverente Pacote (foto) viu desfilar várias 'Jaquelines Roriz' entre os foliões que seguiram pela W3 na contramão.
PÁGINA 19



TURISMO
O Palácio do Planalto (foto) estava fechado, e os Centros de Atendimento ao Turista, sem telefone ou internet. Quem veio visitar a cidade lamentou a situação.
PÁGINA 24



CONSUMIDOR
Entre dezembro e janeiro, cresceu 23% o número de assinantes de TV a cabo. Quase no mesmo ritmo, aumentaram as reclamações contra as empresas.
PÁGINA 26

CAIXA DE PANDORA / A deputada federal flagrada recebendo dinheiro de Durval Barbosa será investigada pelo Ministério Público Federal e pode ser alvo de ação cível. Contam a seu favor a morosidade da Justiça e a falta de vontade dos colegas da Câmara em puni-la

Os destinos possíveis de Jaqueline

» LILIAN TAHAN
» DIEGO ABREU
» TIAGO PARIZ

Com o impedimento judicial de Joaquim Roriz (PSC) de disputar o governo e a derrota de Wesley nas urnas, as duas filhas do ex-governador tomaram-se as apostas do câmbio para manter-se no poder. Eleita deputada distrital, Liliane Roriz (PRB) é a representante do pai no cenário local e Jaqueline (PMN), um foco de sustentação do grupo no Congresso Nacional. Ela seria preparada para disputar o GDF em 2014. A revelação do vídeo em que a deputada é surpreendida pegando dinheiro com Durval Barbosa, no entanto, atrapalha as perspectivas políticas da família. A certeza, até agora, é de que Jaqueline será investigada.

No último sábado, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, confirmou com exclusividade ao Correio que vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito para apurar os atos suspeitos da parlamentar. Os desdobramentos da investigação apontam a trajetória política da filha do ex-governador do DF para um cenário nebuloso. Entre as perspectivas, ela poderá responder a processos penais e cíveis, sofrer ação por quebra de decoro, ter os bens indisponibilizados e ser expulsa do partido. Há, no entanto, duas circunstâncias que contam a favor da parlamentar: a morosidade da Justiça e a falta de vontade das colegas de Câmara para investigá-la.

O cenário judicial de Jaqueline começará na próxima quinta-feira, quando Roberto Gurgel informou que dará início ao processo de investigação. O Supremo tomará conhecimento da intenção da PGR em apurar o conteúdo do vídeo no qual ela e o marido, Manoel Neto, recebem R\$ 50 mil das mãos do ex-secretário de Relações Institucionais do GDE. Nesses casos, é de praxe que o STF autorize o início da investigação. Numa nova etapa, a Polícia Federal poderá ser acionada para apurar as perícias.

Depois da apuração, o procurador vai dizer se as provas são consistentes o suficiente para denunciar a parlamentar. Como se trata de uma deputada federal, o processo correrá no Supremo, pois Jaqueline tem a prerrogativa do foro privilegiado. Em entrevista ao Correio, Gurgel considerou as cenas estreadas por Jaqueline e o marido "fortíssimas". "É uma situação extremamente grave. As imagens não deixam dúvidas do estado da política no Distrito Federal".

Paralelamente ao processo penal, é quase certo que Jaqueline será alvo de uma ação de improbidade administrativa. Foi esse o remédio jurídico aplicado nos casos de outros políticos flagrados recebendo dinheiro de Durval Barbosa. E aí são previsíveis consequências como a indisponibilização dos bens.

São dos 10 deputados acusados de integrar o esquema de corrupção

Reza Feres/CEB/DA Press - 24/2/10



É uma situação extremamente grave. As imagens não deixam dúvidas do estado da política no Distrito Federal"

Roberto Gurgel, procurador-geral da República, ontem no Correio

» O suplente

Com 51.796 votos, Laerte Bessa ficou na primeira suplência da vaga de deputada federal ocupada por Jaqueline Roriz, que alcançou pouco mais de 100 mil votos em outubro. Ex-diretor da Polícia Civil durante a gestão de Joaquim Roriz, Bessa sempre foi considerado um aliado de primeira hora do ex-governador. Quando Roriz rompeu com o PMDB e se aliou ao PSC, Laerte Bessa o acompanhou. Mas há relatos de que os dois se afastaram com o fracasso nas urnas. Com uma eventual quebra de Jaqueline, é Bessa quem assume por direito.

revelado na Caixa de Pandora já estão submetidos a essa condição, sugerida pelo Ministério Público do DF e imposta pela Justiça local. Jaqueline declarou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ter patrimônio de R\$ 2,8 milhões. Outra pena possível em caso de condenação é a perda do cargo. Os caminhos jurídicos — tanto no caso da ação penal, quanto no da cível — que poderiam levá-la à perda do mandato, no entanto, são longos, com direito a uma série de recursos. Para ter uma ideia, o escândalo do mensalão do PT ocorreu há cinco anos e, até hoje, o caso não foi julgado no Supremo.

Renúncia

A possibilidade de Jaqueline Roriz renunciar ao mandato é remota. Até a legislatura passada, o expediente era usado por parlamentares que corriam o risco de cassação, como forma de escapar da inelegibilidade. Em 2007, Joaquim Roriz abriu mão do mandato de senador, após ser flagrado negociando a partilha de um cheque de R\$ 2,2 milhões do empresário Nenê Constantino, exatamente para não ficar impedido de concorrer nas eleições de 2010. Desde a publicação da Lei da Ficha Limpa, em junho do ano pas-

sado, porém, a renúncia deixou de ser um "bom negócio" para parlamentares escaparem de eventual cassação, pois a norma prevê a inelegibilidade de oito anos, contada a partir da data prevista para o fim do mandato, para aqueles que renunciarem nessas circunstâncias. A regra impedia inclusive que Roriz disputasse o GDF no ano passado.

Embora a Lei da Ficha Limpa crie barreiras legais, um processo político contra Jaqueline não teria muitos motivos para pensar em deixá-la o mandato, uma vez que há má vontade dos colegas da Câmara em abrir um processo de investigação para apurar fatos anteriores ao atual mandato. A avaliação nos bastidores do Congresso é de que somente a pressão da sociedade e da oposição poderia criar um ambiente para um eventual processo de cassação de mandato, o que poderia ser encurtado com a renúncia, assim como agiu Joaquim Roriz.

A depender da repercussão do caso, o partido de Jaqueline pode se ver obrigado a tomar a atitude do DEM e do PSC, que pressionaram pela saída de seus filiados envolvidos no escândalo de Pandora. Mesmo sendo um aliado da família Roriz, o vice-presidente do PMN no DF, Cleber Pires, optou por preservar a sigla. "O partido dará uma resposta à altura. As imagens são chocantes, fortes, exatamente contrárias do que se pratica internamente na legenda. Serão medidas enérgicas. O partido não vai se curvar e não vai cobrir erros dos filiados", afirmou Pires. Ele, no entanto, não acredita em expulsão sumária. Disse que Jaqueline terá direito de defesa. O comando nacional do PMN ainda não se posicionou sobre o caso. O governador Agnelo Queiroz (PT) foi abordado ontem à noite pelo Correio na sala Villalobos, do Teatro Nacional, e disse que não vai se pronunciar sobre as denúncias contra Jaqueline.

» Leia mais na página 18

Cenários nebulosos

Com a divulgação do vídeo em que Jaqueline Roriz recebe dinheiro suspeito de Durval Barbosa, as perspectivas da deputada federal não são as melhores. Ela será investigada pelo Ministério Público e é provável que seja alvo de ações na Justiça. Também pode sofrer um processo por quebra de decoro. Confira os desdobramentos que o flagrante do dinheiro na mochila podem provocar na carreira política da filha de Roriz.



Tudo pode acontecer...

Punição criminal

• A Procuradoria-Geral da República (PGR) anunciou que investigará Jaqueline em inquérito que vai tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF), já que ela tem prerrogativa de foro por ser deputada federal. Ao fim das investigações, caso a PGR encontre elementos suficientes que incriminem Jaqueline, o órgão apresentará denúncia ao STF contra a parlamentar. Ela pode ser enquadrada pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crime fiscal e formação de quadrilha.

• Caso a denúncia seja apresentada, o ministro relator do inquérito no STF intimará a deputada a prestar sua defesa antes de levar o caso para análise em plenário. Todos os 11 ministros participam de eventual julgamento, no qual a Suprema Corte decidirá por aceitar ou não a denúncia. Caso fosse aceita, o STF então abriria uma ação penal contra a parlamentar, que passaria à condição de ré.

• As ações penais costumam demorar anos para serem julgadas pelo STF. Nessa fase do processo, o relator do caso busca elementos e analisa por inteiro os indícios e provas apontados na denúncia da PGR. Na etapa final, o relator prepara seu voto e leva o caso ao plenário. Para um parlamentar ser condenado, é necessário que pelo menos seis dos 11 ministros posicionem-se pela condenação. Em plenário, há ainda a possibilidade de pedidos de vista, o que costuma atrasar ainda mais o desfecho dos processos.

Renúncia

• A possibilidade de Jaqueline Roriz renunciar ao mandato de deputada federal é mínima. Desde que a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor, em 2010, a renúncia para escapar de eventual perda do cargo deixou de ser vantajosa ao parlamentar, já que a lei prevê inelegibilidade de oito anos, contados do período em que o mandato terminaria, para quem abandonar o cargo com o objetivo de escapar da cassação. Na Câmara, é improvável que a filha de Joaquim Roriz seja investigada por quebra de decoro — uma vez que o flagrante dela e do marido recebendo dinheiro de Durval Barbosa ocorreu em 2008, antes, portanto, do atual mandato de Jaqueline —, fato que reduz ainda mais a possibilidade de ela pensar em renúncia.

Expulsão

• A repercussão provocada em torno da recente divulgação do vídeo torna Jaqueline vulnerável a um pedido de expulsão feito pelo partido com o qual a filha de Roriz se elegeu deputada federal. Uma iniciativa como essa, possivelmente geraria um processo na Justiça. A providência foi a alternativa política para partidos como o DEM, que forçou a saída de Arruda, Paulo Otávio e Leonardo Prudente, e o PSC, que expulsou Rogério Ulysses, ex-distrital, que estava entre os acusados de participar o esquema revelado na Caixa de Pandora.

Inefidelidade partidária

• Num eventual pedido de expulsão de iniciativa do PMN, o partido só teria respaldo legal se conseguisse comprovar justa causa e respeitando o regimento da própria legenda. Há precedentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sentido de que o mandato parlamentar pertence ao partido, e não ao político. Em outro cenário, caso Jaqueline decida sair da sigla, ela poderá enfrentar uma ação de infidelidade partidária, que prevê três hipóteses para que o parlamentar deixe o partido sem perder o cargo: se a legenda sofrer fusão ou for incorporada por outra; se houver mudança substancial do devido do programa partidário; ou, ainda, se houver grave discriminação pessoal, contra o mandataria.

Suplência

• A instabilidade política de Jaqueline pode ser reforçada pela expectativa de poder do partido que ficou na suplência da deputada que será investigada por corrupção. Há a hipótese de que o PSC de Laerte Bessa, o primeiro substituto da parlamentar, reclame na Justiça a titularidade do mandato. Para chegar a esse ponto, o PSC teria de alinhar o pensamento com o PSC, que pede abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. Há que se lembrar, no entanto, que o PSC de Bessa é o partido de Joaquim Roriz que tem como presidente local Valério Neves, braço direito do ex-governador. Uma costura como essa seria um movimento do diretório nacional do partido.

Perda do mandato

• Pode se dar por dois caminhos. Por meio de uma representação por quebra de decoro parlamentar, ação que será proposta pelo PSC, ou por meio de um processo cível. Entre as punições previstas para quem é condenado por improbidade administrativa está a perda do cargo ou da função e a suspensão dos direitos políticos. Em ações como essa, é comum que o Ministério Público peça na Justiça a indisponibilização dos bens do acusado, como meio de garantir que, caso fique comprovada corrupção, os cofres públicos sejam recompensados.

...inclusive nada

• Duas circunstâncias contam a favor de Jaqueline. Uma delas é o tempo. A Justiça é lenta. Um processo por improbidade administrativa, por exemplo, começa na primeira instância e cabem uma série de recursos para garantir ao acusado o amplo acesso à defesa. Seu desfecho pode levar anos. A mesma coisa se aplica ao costume de demora. Para ser uma ideia, as denúncias contra os acusados de envolvimento com o mensalão do PT, até hoje, não foram analisadas, apesar de o escândalo ter vindo à tona em 2005. Em 2007, o Supremo aceitou a denúncia e abriu a ação criminal contra os suspeitos, mas até hoje os réus não foram julgados. Fazendo um paralelo com o caso de Jaqueline, seria tempo o suficiente para que ela cumprisse todo o seu mandato.

• Outra conjuntura pró-Jaqueline é a falta de vontade política de colegas da Câmara de investigá-la. Deputados têm um entendimento de que denúncias contra parlamentares só geram processo por quebra de decoro se estiverem no curso do mandato exercido pelo político. Alegam falta de competência para apurar situações pretéritas. A tese pode salvar Jaqueline de uma eventual cassação de mandato.



Joelson Miranda/CEB/DA Press

Segunda-feira, 7 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

CEDOC/ GLAUCYA BRAGA

CAIXA DE PANDORA

Roriz (E) parecia prever o fim político da família. Weslian, Karina Rosso, Jaqueline e Laerte Bessa não acreditavam nisso



É a pá de cal nos Roriz

■ **Estudiosos creem que vídeo de Jaqueline elimina futuro político do clã**

● **Leandro Quirino**

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

Se a derrota de Weslian Roriz para Agnelo Queiroz ainda suscitava dúvidas sobre se o clã sobreviveria, o vídeo no qual a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) aparece pegando dinheiro joga a pá de cal nas pretensões políticas da família. Essa é a avaliação feita por cientistas políticos ouvidos pelo **Jornal de Brasília**.

O ex-governador vê sua filha ser alvo de investigações, que deverão ser instauradas na Procuradoria-Geral da República e na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Além disso, pesa contra sua mulher ação movida pela

SAIBA +

Dois episódios gravados podem ajudar a sepultar os Roriz nas próximas eleições.

O primeiro foi quando a então deputada distrital Jaqueline Roriz chamou a ex-distrital

Eurides Brito de cara de pau, quando ouviu a acusação de que o dinheiro que colocara na bolsa (conforme vídeo de Durval Barbosa) era para pagar dívida de campanha e que fora buscá-lo a mando do ex-governador.

O segundo foi quando o próprio Joaquim Roriz, em programa partidário, se disse "envergonhado" com o escândalo da Caixa de Pandora e com os vídeos de Durval.

coligação de Agnelo, que a acusa de fraude eleitoral ao prometer, durante a campanha do ano passado, perdoar dívidas de IPVA.

"A população de hoje já não se ilude com tanta facilidade. O eleitor é mais consciente e informado, (e está) acompanhando o desenrolar da política de uma forma mais geral, em momentos específicos. O sentimentalismo desenvolvido por ele (Roriz) nos discursos já não cola mais", afirma o cientista político Luiz Gonzaga Mota, da Universidade de Brasília (UnB). Ele acredita que o desgaste da imagem dos Roriz se deve também ao novo cenário político.

Restaria ao ex-governador preparar sua filha mais nova, a deputada distrital Liliane Roriz (PRTB), para levar adiante a bandeira política da família. Mas por ser neófito, faltaria a ela consistência.

"Se Joaquim Roriz tivesse colocado seu vice e amigo Jofran Frejat para concorrer a eleição com Agnelo, a disputa teria sido mais equilibrada", acredita Gonzaga Mota.

Para o cientista político David Fleischer, também da UnB, a marca Roriz permaneceu impressa na cidade durante muitos anos, apoiada pela prática do "clientelismo", o que gerou uma "eterna

gratidão" da população mais carente, que costumava receber diversos benefícios.

"Muita gente foi beneficiada por ele. Receberam lotes, conseguiram empregos para parentes. Com isso, criou-se uma dívida política e as pessoas beneficiadas viam a necessidade de retribuir votando nele", observou.

Fleischer diz ainda que a sucessão de erros – o patriarca apoiou o governador-tampão Rogério Rosso (PMDB) e indicou a mulher para a disputa do GDF – fizeram com que a imagem do clã virasse sinônimo de descrença.

"Os erros consecutivos que

Roriz cometeu para ficar no poder só complicaram a sua situação. Isso ficou muito evidente quando sua mulher foi lançada candidata ao governo sem o menor preparo, algo que ficou claro nos debates".

DESGASTE POLÍTICO

O desgaste do clã começou em 2007, quando Roriz renunciou ao cargo de senador para fugir de processo de cassação após ter sido denunciado pela Operação Aquarela, da Polícia Civil, por receber R\$ 2,2 milhões do então presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Tarcísio Franklin. Na época, justificou que o cheque recebido seria utilizado para a compra de uma bezerra e para ajudar financeiramente um primo.

Em 2010, para fugir de uma possível inelegibilidade prevista pela Lei da Ficha Limpa, com base no processo aberto em 2007, Roriz indicou a mulher Weslian para disputar o GDF, mesmo sem experiência política. Apesar do despreparo, Weslian conseguiu levar a disputa com Agnelo para o segundo turno.

Cidades

+ política e economia no DF

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski.dfgabr.com.br
Tels.: 3214-1119 • 3214-1180
Fax: 3214-1185
cidades.dfgabr.com.br

Brasília, terça-feira, 8 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 19

8 DE MARÇO

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o **Correio** conta a história de moradoras do DF que enfrentam os desafios femininos.

PÁGINAS 24 e 25



Elie Rizzo/Exp. CB/DA Press

VIOLÊNCIA

Policial militar reage a assalto em pizzaria (foto) no Guarã I e mata criminoso. Um outro bandido ficou ferido.

PÁGINA 26



Pedro Franco/Exp. CB/DA Press

TRABALHO ALÉM DA CONTA

Estudo do Dieese revela que 61% dos funcionários do setor varejista (foto) têm jornada superior a 50 horas semanais.

PÁGINA 29

CAIXA DE PANDORA

Deputado Eduardo da Fonte garante que tomará providências sobre as denúncias contra Jaqueline Roriz, flagrada recebendo dinheiro de Durval Barbosa. O PSol, por sua vez, já avisou que vai provocar a investigação esta semana

Corregedor diz que será rigoroso

» LILIAN TAHAN
» DIEGO ABREU

Uma das etapas fundamentais em um processo por quebra de decoro ao qual Jaqueline Roriz (PMN) está vulnerável é o papel da Corregedoria. É nessa instância que se procede a investigação política propriamente dita e de onde sai um parecer sobre se há ou não elementos contundentes para que o processo seja encaminhado à Comissão de Ética. Por meio de uma nota, o corregedor da Câmara, deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), afirmou que o órgão "será rigoroso" a respeito do caso. Ele se manifestou sobre o episódio no qual a filha do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) eleita deputada federal aparece em vídeo recebendo maço de dinheiro de Durval Barbosa, homem que destampou a Caixa de Pandora recheada de episódios de corrupção. O corregedor, que quebrou o silêncio desde a última sexta-feira, disse ontem que tomará as providências quando "for absolutamente provocado" e "assim que estiver de posse de todas as informações a respeito do caso".

Se depender do PSol, não será por falta de provocação que a Corregedoria deixará de apurar a conduta da parlamentar que, em 2006, quando era candidata a distrital, foi filmada ao lado do marido, Manoel Neto, pegando dinheiro das mãos de Durval. "Tão logo o gabinete da Corregedoria abra as suas portas, entraremos com ofício para que o corregedor investigue as graves denúncias documentadas, que serão objeto inclusive de inquérito que o Ministério Público Federal vai abrir", afirmou ao **Correio** o líder do PSol na Câmara, deputado Chico Alencar (RJ). Ele considerou que em um caso como esse, a Corregedoria poderia, inclusive, tomar providências por conta própria. "Minha opinião é que ele (Eduardo da Fonte) deveria agir de ofício e chamar a deputada a se explicar", ressaltou.

Com a sinalização de Eduardo da Fonte, os atos da filha de Roriz serão apurados por três diferentes esferas. No último sábado, o

1/Betina/Ag. Câmara - 26/03/09



Em nota, o corregedor da Câmara, Eduardo da Fonte, afirma que agirá "assim que estiver de posse de todas as informações a respeito do caso"

procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ao **Correio** que, no primeiro dia útil depois do carnaval, portanto na quinta-feira, pedirá ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para investigar Jaqueline. Esse procedimento é pré-forma, já que a Suprema Corte não costuma negar ao MPF que faça o seu trabalho. No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a tendência é que Jaqueline responda a uma ação de improbidade administrativa, a exemplo dos outros deputados flagrados em situações parecidas à dela.

Compromisso

A declaração de Eduardo da Fonte é um compromisso com o peso da função de corregedor, mas não é suficiente para garantir que o processo de investigação na Câmara seja efetivo. Uma apuração eficaz dependeria antes da boa vontade dos deputados em apurar o caso. Em reportagem no último sábado, o **Correio** mostrou que não existe esse ambiente. Vários colegas de

» Caminhos na Câmara

A deputada federal Jaqueline Roriz poderá ser investigada por quebra de decoro parlamentar na Câmara. Veja quais são os passos de uma eventual investigação na Casa Legislativa:

» A Mesa Diretora ou algum partido podem pedir à Corregedoria da Câmara para investigar as denúncias e analisar se há elementos para a abertura de um processo de cassação por quebra de decoro.

» Se o processo for aberto, o procedimento passa a ser analisado pelo Conselho de Ética, composto por 15 deputados.

» Se a resposta for negativa, a investigação é interrompida. Nesse caso, haveria ainda a opção de algum partido acionar diretamente o Conselho de Ética.

» O Conselho de Ética faz a análise preliminar das denúncias para verificar se há fundamentos para que o processo tenha encaminhamento. Para a parlamentar ter o mandato cassado, é necessário que a maioria dos integrantes do Conselho votem pela cassação e, depois, que a maioria absoluta do plenário também opte por retirar o mandato da deputada.

» Tanto na Corregedoria quanto no Conselho de Ética são dados ao parlamentar acusado por quebra de decoro amplo direito à defesa. Há vários casos de deputados que conseguiram a absolvição política. Foi o que ocorreu com alguns dos envolvidos no escândalo do PT, como o ex-líder do Partido Progressista (PP), José Janene e o deputado federal Pedro Henry (PP-MT).

Jaqueline defenderam a tese de que investigação por quebra de decoro só abrangia atos praticados no curso do mandato. Assim se posicionaram o líder do DEM na Casa, ACM Neto (BA), Luciano Castro (PR-RR), Jovair Arantes (PTB-GO) e Ricardo Berzoini (PT-SP).

Jaqueline Roriz faz parte da recém-criada Comissão Especial de Reforma Política da Câmara, cujo presidente, deputado Almeida Lima (PMDB-SE), se esquivou de tomar qualquer atitude contra a colega. Empurrou para o presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), a responsabilidade de se posicionar em relação a uma possível investigação contra a filha de Roriz. E o comandante da Câmara, por sua vez, limitou-se a dizer que pedirá as informações sobre as denúncias ao Ministério Público. Desde o episódio do mensalão do PT, os deputados federais têm optado por não avançar nas investigações por quebra de decoro quando a denúncia se refere a fato anterior ao atual mandato. A despreocupação dos parlamentares em preservar a imagem da Câmara pode

fazer com que Jaqueline escape sem maiores problemas de um processo no Conselho de Ética.

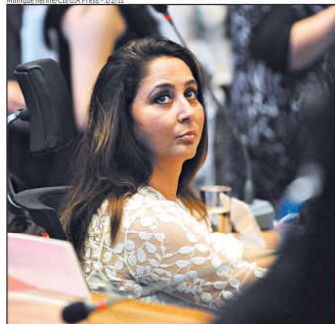
Em 2007, quando era deputado federal e membro do Conselho de Ética da Câmara, o atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, escreveu um parecer, acatado pelos colegas, no qual definiu que a Casa só abriria processo contra atos parlamentares ocorridos após a posse na legislatura em curso. O entendimento beneficiou os deputados Paulo Rocha (PT-PA) e Valdemar Costa Neto (PR-SP), réus no processo do mensalão, que escaparam de responder a processos de quebra de decoro. Ambos renunciaram a seus mandatos em 2005, mas voltaram ao Congresso após serem eleitos no pleito do ano seguinte. Ainda em 2007, essa mesma tese ajudou o senador Gim Argello (PTB-DF) a se manter no cargo. Na época, ele acabava de assumir o posto em lugar de Roriz, que havia renunciado para escapar da cassação.

Ação

Tão logo ocupou a cadeira no Congresso, Gim foi alvo de uma ação por quebra de decoro promovida pelo PSol. Na representação, o partido lembrava denúncias que pesavam contra o político, como participação em uma transação imobiliária suspeita. Ainda na condição de distrital, ele teria facilitado a venda de um terreno de 80 mil metros quadrados a Wighberto Tartuce (conhecido como Vigão), negócio que rendeu lucro de R\$ 23 milhões.

Líder do partido que apresentará ação contra Jaqueline, Clécio Alencar cobrou "uma atitude imediata" do presidente da Câmara, Marco Maia, no sentido de exigir que o PMN indique um novo nome para integrar a Comissão Especial de Reforma Política. "É um paradoxo ela ser titular de uma comissão que vai tratar de um tema que se torna tão mais relevante quando se sucedem os procedimentos condenáveis pelos quais é acusada. Não dá para pedir para tubarões reorientarem cardumes de sardinha", provocou o líder do PSol.

Manique Roriz/CB/DA Press - 1/2/11



Liliane pode ser a única a defender a irmã na Câmara Legislativa

Filha do ex-governador sem defesa política

Remanescente de um grupo enfraquecido, Jaqueline Roriz (PMN) enfrentará seu tormento político praticamente sozinha. Com o pai fora de cena desde que foi impedido pela Justiça de concorrer, a tendência é que a parlamentar não consiga reunir muitos aliados dispostos a fazer sua defesa pública. Nem entre os colegas de Congresso nem no meio de ex-colegas da Câmara Legislativa. Uma das poucas vozes que deve se empenhar em favor de Jaqueline é a da própria irmã, a distrital Liliane Roriz (PRTB). Se provocada, Liliane usará um discurso já ensaiado de que a culpa pelo episódio é do cunhado Manoel Neto. Dirá que foi ele quem pegou no dinheiro. Liliane e Manoel nunca tiveram uma boa relação,

o que tornará o processo menos doloroso. Aliás, ela e irmã viveram momentos de afastamento em função da política.

Ainda na Câmara Legislativa, os olhares vão se voltar para Celina Leão (PMN). A distrital coordenou a campanha de Jaqueline em 2006, depois assumiu a chefia de gabinete da filha de Roriz e se elegeu agora pelo mesmo partido da amiga. As duas têm boa relação, apesar de terem se estranhado durante o processo eleitoral em função de estrutura de campanha. Mas Celina sabe que tomar as dores de Jaqueline pode ser, no mínimo, constrangedor. "Quem proceder à defesa, puxa a suspeita para o próprio colo", disse um distrital petista.

Chances

Mesmo entre distritais que sempre mantiveram bom relacionamento com o grupo de Roriz, como é o caso de Eliana Pedrosa (DEM) e Olair Francisco (PTdoB), as chances de a filha do ex-governador conseguir palavras de conforto é muito pequena. Eliana é uma parlamentar experiente, se procurada pode até agir nos bastidores para ajudar, mas não faria isso publicamente. Apesar de ter origem nas hostes rorizistas, Olair deve se preservar. No dia a dia do mandato, ele tenta descolar sua imagem da do ex-governador. Não seria em meio a um escândalo que Olair demonstraria proximidade. Um dos representantes da oposição na Casa, Washington

Mesquita (PSDB), tem mantido um discurso alinhado com o de Liliane e Celina. Mas eleito com a ajuda dos fiéis da Igreja Católica, Washington também não tomara partido numa questão como a crise que cerca Jaqueline. A ala governista na Câmara se dividirá entre petistas, que podem até levantar o debate contra Jaqueline, e do PMDB, que, por ter representantes acusados de envolvimento na Caixa de Pandora, certamente, vai preferir a discrição sobre ao episódio de Jaqueline. Quando ao Congresso, a parlamentar também está em desvantagem. Exceção numa bancada do DF formada por governistas, que Jaqueline pode esperar dos colegas é um discurso mais afinado com a cobrança. Pelo menos, publicamente. (LT)

Terça-feira, 8 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

ENTREVISTA - FRANCISCO CAPUTO

Jaqueline: cassação clara

Leandro Quirino

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

O presidente da seccional DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Francisco Caputo, afirma que vai acompanhar de perto o processo que será instaurado contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN), flagrada em vídeo recebendo dinheiro do ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, para custear a campanha eleitoral em 2006. Para Caputo, os integrantes da Câmara dos Deputados deverão ter uma postura ética ao optar pela cassação da deputada, afastando o incômodo e o desgaste de conviver com uma pessoa que se encontra numa situação comprometedor e degradante.

O presidente da OAB-DF também espera que a Justiça quebre o sigilo de novos vídeos, para que a cidade não permaneça na situação de insegurança jurídica que tomou conta do cenário do DF no ano passado. Acredita ainda que a população do DF amadureceu e terá plenas condições de cobrar posturas enérgicas das autoridades assim que apareçam outros personagens que estejam ligados a qualquer esquema de corrupção.

Qual será a posição da OAB-DF com relação ao caso da deputada Jaqueline Roriz, flagrada em vídeo recebendo dinheiro público para custear sua campanha em 2006?

A gente continua com a mesma posição desde o início: exigir das autoridades públicas, principalmente da polícia, do Judiciário e do Ministério Público uma apuração profunda, séria, e uma punição exemplar não apenas à deputada Jaqueline Roriz, mas a todos os políticos e agentes públicos que se envolveram nesse escândalo de desvio de dinheiro. Tenho certeza que a atual direção da Câmara, liderada pelo deputado Marco Maia, e os novos deputados que assumiram o mandato não vão tolerar conviver com uma pessoa flagrada numa situação tão constrangedora quanto a deputada Jaqueline Roriz.

Há, no entanto, uma divisão de opiniões na Câmara com relação ao futuro da deputada. Existe a possibilidade de se parlamentar se livrar de um processo na Casa?

Até me surpreendi com essa posição de algumas lideranças no Congresso, principalmente da Câmara dos Deputados. Isso não me parece nem um pouco razoável — que os deputados admitam conviver com uma pessoa que foi filmada cometendo ato ilícito. Para mim pouco importa se esse ilícito é fruto de corrupção, do mensalão ou de financiamento ilícito de campanha política, e muito menos se ocorreu em 2006. O importante é que a Câmara não pode tolerar que

um membro seu seja exposto e exponha toda a Casa. Uma instituição que não tolera o ilícito. Eu não acredito que as lideranças da Câmara Federal vão admitir conviver com uma pessoa que se encontra nesta situação. A cena, como o próprio procurador da República disse, é muito forte. Eu tenho certeza que após o Carnaval os deputados vão tomar uma atitude completamente diferente do que essas lideranças manifestaram.

O surgimento de novos vídeos mostram que há uma nova fase da operação Caixa de Pandora. O clima de insegurança jurídica pode rondar a cidade novamente?

Isso tudo vai depender da extensão das investigações. Brasília não suportaria viver uma crise como a de 2010. Um envolvimento tão forte da cúpula do Legislativo com o Executivo, inclusive com o envolvimento de pessoas do próprio Ministério Público. É preciso esperar a conclusão das investigações. Assim, tudo poderá vir à tona e será possível entender a extensão. Independentemente se forem um, dois ou cem suspeitos. O importante é exterminarmos da vida pública essas pessoas que traíram a confiança do povo.

Com o surgimento gradativo de novos vídeos, subentende-se que pode haver uma jogada política. É possível fazer esse tipo de análise?

Isso é uma coisa que nos preocupa muito. Brasília não pode viver esses sobressaltos. Então, a gente tem que pedir ao Judiciário que tire o segredo de justiça em que

RAPHAEL RIBEIRO/CEDOC/01/10/2010



tramita o primeiro inquérito da Caixa de Pandora. Se houver outros vídeos, que esses venham à tona o mais rápido possível. Eu tenho dito que se o vídeo da deputada Jaqueline Roriz tivesse aparecido antes do dia 3 de outubro, ela não teria merecido os milhares de votos que recebeu. Com certeza a população iria repelir sua candidatura, assim como fizeram com outros envolvidos no escândalo. A gente precisa, de uma vez por todas, desvendar todos esses mistérios que envolvem esquemas de compra de apoio político no Executivo e no Legislativo. Concluído os inquéritos, será possível exterminar da vida pública esses políticos que não honram o mandato.

Comenta-se que novos vídeos podem trazer à tona nomes de parlamentares da CLDF. Assim, a Casa sofrerá um novo desgaste. O senhor acredita que pode haver nova instabilidade no Legislativo?

A gente precisa aguardar as investigações, pois ainda estamos em meio às especulações. Agora, o mais importante é a população se mobilizar e ficar atenta às mo-

"O importante é exterminarmos da vida pública essas pessoas que traíram a confiança do povo."

Francisco Caputo, presidente da OAB-DF

bilizações das autoridades, cobrando posições firmes contra pessoas que cometem esses desvios éticos. Brasília já não suporta nem tolera esse tipo de comportamento. É essa a mensagem que a gente deve passar para esses políticos que cometem esses delitos. Por isso que a OAB-DF vai cobrar com muita firmeza posturas enérgicas contra essas pessoas.

Em meio aos escândalos envol-

vendo o ex-governador Joaquim Roriz e, agora, sua filha Jaqueline, é possível pensar no fim político do clã no Distrito Federal?

O governador Joaquim Roriz já demonstrou por diversas vezes a sua força política. Eu não acredito que esses episódios sejam suficientes para acabar com a liderança que ele exerce perante uma boa parcela da população. Agora, temos que alertar a população, que eventualmente pode ser ludibriada. Não me refiro necessariamente ao ex-governador, pois pelo que me consta ele não foi condenado em nenhuma ação. O jogo político é muito dinâmico. Os adversários de ontem podem ser os aliados de hoje.

Em meio a tanta descrença com a política local, é possível aferir se a população está mais crítica ao acompanhar o jogo político no DF?

Não tenho dúvidas. Temos passado por um amadurecimento político intenso. Tenho certeza de que em pouco tempo vamos olhar com muito orgulho para aqueles que detêm o mandato popular.



CMYK



Cidades

+ política e economia no DF

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski@iglabr.com.br
Tels.: 3214-1119 • 3214-1180
Fax: 3214-1185
cidades.df@iglabr.com.br

Brasília, quarta-feira, 9 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 19

CARNAVAL

No último dia de festa, brasilienses saíram às ruas (foto) para se despedir da festa. Pacotão e blocos encerraram a programação.

PÁGINA 22



Monique Henri/CS/O.A. Press

CRACK

Mesmo com reforço na segurança, consumidores da droga (foto) e traficantes continuam circulando livremente na área central de Brasília.

PÁGINA 24



Carlos Moura/CS/O.A. Press

VIOLÊNCIA

No Novo Gama, quatro homicídios foram registrados durante o carnaval. Onda de violência assusta os moradores.

PÁGINA 26

CAIXA DE PANDORA / Antônio Reguffe promete ingressar, amanhã, com projeto para alterar o Código de Ética da Câmara dos Deputados. Com isso, fatos ilícitos anteriores ao mandato do parlamentar poderão resultar em punição

» LILIAN TAHAN
» DIEGO ABREU

A representação do PSol que pedirá à Corregedoria da Câmara dos Deputados a abertura de processo contra Jaqueline Roriz (PMN) por quebra de decoro parlamentar não será a única iniciativa com potencial de gerar uma punição política para a deputada flagrada em vídeo ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo dinheiro das mãos de Dural Barbosa. O deputado federal eleito pelo DF José Antônio Reguffe (PDT) vai protocolar, também amanhã, um projeto de resolução para emendar o Código de Ética da Câmara. O parlamentar quer incluir no texto o seguinte artigo: "Em caso de ilicitude no exercício do mandato ou para obtenção desse, o fato será objeto de investigação pela Câmara e de deliberação pelo Conselho de Ética". Um crime tipificado como espécie de estelionato eleitoral.

O item vai de encontro a um precedente aberto na Casa em 2007, segundo o qual os parlamentares acordaram que investigação por quebra de decoro só vale para fatos ocorridos durante o curso do mandato. A proposta de Reguffe estabelece que atos ilegais cometidos para facilitar a vitória nas urnas devem ser alvo de investigação pela Corregedoria e de análise no Conselho de Ética. "Não é um projeto pessoal, é de todos", afirma o deputado. Apesar de não estar rotulada, a providência é sob medida para o caso de Jaqueline Roriz. A defesa da deputada será construída com base no argumento de que, na ocasião em que o vídeo foi gravado, ela não tinha mandato. Hoje, esse discurso poderia evitar a abertura de processo por quebra de decoro contra Jaqueline. Vários deputados citam o entendimento de que a investigação só se limita a condutas praticadas no decorso do mandato com base em um parecer de 2007. Nessa época, o atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, então deputado federal e integrante do Conselho de Ética, escreveu um parecer respaldado pelos colegas estabelecendo que a Casa só abriria processo contra fatos suspeitos ocorridos após a posse do parlamentar. A medida ajudou a salvar deputados envolvidos no mensalão do PT.

A proposta de Reguffe tem potencial para reacender o debate de como a Câmara deve tratar os escândalos políticos envolvendo seus integrantes. Não é preciso ir longe para mostrar casos divergentes da tese de que a Casa Legislativa não tem legitimidade para apurar fatos preferidos. A ex-deputada federal e atual deputada estadual Euzébio Brito (PMDB), por exemplo, teve o mandato cassado em 2010 por protagonizar enredo muito parecido com o de Jaqueline. Em 2006, assim como a filha de Roriz, foi filmada por Dural Barbosa pegando dinheiro.



Diário de um escândalo

Confira os desdobramentos das denúncias envolvendo Jaqueline Roriz nos últimos cinco dias:

Sexta-feira (4)

» Surge um vídeo gravado por Dural Barbosa no qual a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) e o marido, Manoel Neto, recebem um pacote de dinheiro (avaliado em R\$ 50 mil) das mãos do delator da Caixa de Pandora. Na gravação, um "250", o casal aparece na sala que ficou famosa por ser o cenário onde os deputados da meia, da bolsa e da oração protagonizaram cenas parecidas com a de Jaqueline. Na ocasião, a parlamentar pede estrutura de campanha. Diz que quer cargos. Dural responde que, em vez dos cargos, conseguiria o dinheiro. Enquanto isso, Manoel Neto pega o dinheiro das mãos de Dural e guarda na mochila.



Bruno Ferreira/CS/O.A. Press - 2/9/10

» No mesmo dia da divulgação do vídeo, Toninho do PSol anuncia que pedirá a cassação da deputada federal por meio de representantes do partido na Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Marco Maia (PT-RR), ao saber da existência da gravação, diz que vai pedir informações sobre as denúncias ao Ministério Público.

Sábado (5)

» O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, informa com exclusividade ao Correio que na quinta-feira após o carnaval vai entrar com um pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar as condutas suspeitas da deputada Jaqueline Roriz. Gurgel considerou as cenas divulgadas "fortíssimas" e a situação como "extremamente grave". Segundo afirmou o procurador, "as imagens não deixam dúvida de estado da política no DF".

» Paralelamente à ação do Ministério Público Federal, promotor de Justiça do DF avalia a possibilidade de apresentar uma ação de improbidade administrativa contra a deputada federal. Nesse caso, Jaqueline estará sujeita a punições como a perda do cargo, dos direitos políticos, a ter de devolver dinheiro aos cofres públicos e ter os bens indisponibilizados.

» Deputados demonstram pouca disposição em investigar Jaqueline. O líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA), Luciano Castro (PR-RR), Jovair Arantes (PTB-GO) e Ricardo Berzoini (PT) citaram argumentos incluindo no Código de Ética da Casa segundo o qual investigação por quebra de decoro só abrange atos praticados no curso do mandato. O presidente da Comissão Especial de



Edilson Rodrigues/CS/O.A. Press - 1/2/11



J. Brito/Agência Câmara



Reforma Política, Almeida Lima (PMDB-SE), diz que quem deve se posicionar a respeito do caso é a presidência da Câmara.

Domingo (6)

» Diante da repetição do caso, alguns espionhos se colocam na trajetória política da filha do ex-governador Joaquim Roriz. Ela poderá ser alvo de ações penais civis, está vulnerável a um processo por quebra de decoro parlamentar e terá de enfrentar a reação de seu partido, que pode pedir a expulsão da parlamentar. A denúncia é uma hipótese remota, pois desde a publicação da Lei da Ficha Limpa, em junho de 2010, a renúncia deixou de ser vantagem para os políticos, pois a norma prevê ineligibilidade de oito anos para o parlamentar que deixa o cargo para escapar de processo por quebra de decoro.

» O deputado federal do PSol, Chico Alencar (RJ), cobra uma resposta da corregedoria da Câmara e da presidência da Casa sobre o caso de Jaqueline Roriz.

Segunda-feira (7)

» Em silêncio sobre o caso Jaqueline desde a sexta-feira, o corregedor da Câmara dos Deputados, **Edson de Almeida Lima** (PP-PA), divulga uma nota na qual afirma que será rigoroso a respeito do episódio. Diz, no entanto, que tomará as providências quando for formalmente provocado e assim que estiver de posse de todas as informações sobre o fato.

» Chico Alencar (PSol-RJ) avisa ao Correio que tão logo as portas da Corregedoria se abram amanhã, ele estará lá com a representação pedindo a abertura de processo por quebra de decoro contra Jaqueline. Alencar critica o corregedor da Casa, dizendo que Eduardo da Fonte deveria tomar a iniciativa de investigar a parlamentar por ofício, sem esperar a provocação de terceiros.

Terça-feira (8)

» Pela primeira vez, o governador Agnello Queiroz (DF) comentou as denúncias envolvendo a filha do meio do ex-governador Joaquim Roriz (PSol). No Colâmbrodo, onde prestigia o último dia de desfile das escolas de samba, disse que cabe ao Ministério Público, à Justiça e às autoridades policiais investigarem os fatos. Agnello derrotou Wellington Roriz, irmão de Jaqueline, nas urnas.

Iniciativa válida

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, considera válida a iniciativa parlamentar de alterar o Código de Ética da Câmara. Ele não concorda com o argumento segundo o qual ao ser eleito o deputado recebe uma espécie de "anistia". "Não há mais ou menos ética, há ética. A partir do momento em que o homem público assume o mandato e se descobre alguma irregularidade que ele tenha cometido no passado, isso por si só já dá ensejo para a abertura do processo por quebra de decoro", avalia. Para ele, o argumento de que só se pode punir fatos ocorridos no mandato é uma forma de o parlamentar se autoprotetor.

O jurista Eduardo Alckmin, por sua vez, considera que o projeto de resolução a ser apresentado por Reguffe, em tese, poderá ser considerado inconstitucional, uma vez que, segundo ele, viola um direito adquirido do parlamentar, o de responder a um eventual processo conforme as atuais regras em vigor da Câmara. Alckmin afirmou que não se pode admitir a criação de uma lei que atinja fatos passados. "Seria um atentado à segurança jurídica, algo absurdo", observou.

Representantes da bancada federal do DF dizem que apoiam a iniciativa de Reguffe. "Se a população elege sem saber se ocorrerá alguma ilegalidade no meio do caminho, não é certo partir do pressuposto que o parlamentar foi anistado. Concordo que nesses casos a Câmara deve ter a obrigação de investigar a denúncia", disse o presidente do PT no DF deputado federal Roberto Policarpo. O colega Izakel Lucas (PR) também afirmou que não teria dificuldades em apoiar uma proposta como a de Reguffe. "Tem que se avaliar toda a vida pública", disse. Ex-porta voz do governador Joaquim Roriz, o assessor de imprensa Paulo Foga reagi à atitude de Reguffe. "O deputado do PDT deve estar querendo atingir alguns de seus companheiros de partido e os do mensaleiro do PT", criticou Foga.

O governador Agnello Queiroz (PT), comentou, ontem, no Colâmbrodo, as denúncias envolvendo a filha de Roriz. "Fiz minha parte ganhando as eleições. Agora, cabe ao Ministério Público, à Justiça e à polícia apurarem os fatos".

Para saber mais

Tramitação é rápida

O projeto de resolução é um mecanismo com eficácia de lei ordinária destinado a regular matérias de competência interna da Câmara dos Deputados. Contudo, ser analisado com celeridade, pois não há a necessidade de que seja apreciado pelas comissões temáticas. No plenário, basta maioria simples.

CMYK



CAIXA DE PANDORA

Jaqueline: cerco se fecha

■ **Procurador da República pedirá ao STF abertura de investigação contra deputada**

O futuro da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), flagrada num vídeo recebendo dinheiro do esquema de corrupção do Distrito Federal, começa a ser definido nos campos político e jurídico. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, informou ontem, por meio de sua assessoria, que pretende requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um inquérito para investigar a parlamentar. O PSOL, por sua vez, promete pedir até sexta-feira que a Câmara apure o envolvimento de Jaqueline Roriz, filha do ex-governador Joaquim Roriz, com o escândalo que ficou conhecido como "mensalão do DEM".

O corregedor da Câmara, deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), anunciou, durante o feriado de Carnaval, que adotará uma postura "rigorosa" em relação ao vídeo que complicou a situação de Jaqueline. O pedido do PSOL para investigar a parlamentar deve ser entregue à Corregedoria da Câmara, órgão responsável por apurar supostas condutas ilícitas dos deputados.

O vídeo, divulgado com exclusividade pelo portal estado.com.br, sexta-feira passada, mostra Jaqueline e o marido, Manoel Neto, recebendo um maço de dinheiro das mãos de Durval Barbosa, ex-secretário de Relações Institucionais do governo do DF. Durval foi o delator do esquema de corrupção na capital federal.

Até hoje, a deputada se manteve em silêncio sobre o caso. Por meio de sua assessoria, ela disse que não havia tomado conhecimento do vídeo e que seu ad-

vogado divulgaria uma nota oficial depois do Carnaval.

Na gravação, o casal reclama com Durval do valor, supostamente abaixo do combinado. Segundo as investigações, ela teria recebido, naquele encontro, R\$ 50 mil do delator. O vídeo foi feito em 2006, durante a campanha eleitoral. Jaqueline era candidata a deputada distrital. Foi eleita e, quatro anos depois, conseguiu eleger-se deputada federal.

Enquanto o procurador-geral da República sinaliza que vai ao STF pedir inquérito no âmbito criminal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) quer abrir uma ação por improbidade administrativa, que pode tramitar na primeira instância.

O "mensalão do DEM" foi desmantelado em novembro de 2009 pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, e acabou derrubando o então governador José Roberto Arruda. Jaqueline sempre negou ligação com o esquema.

INDÍCIOS FORTES

A revelação do vídeo reforça indícios contra ela apontados no inquérito sobre o escândalo. O nome de Jaqueline havia aparecido no relatório final entregue pela Polícia Federal ao Ministério Público e também numa planilha apreendida na casa do ex-deputado Leonardo Prudente, que ficou conhecido por ter colocado dinheiro de propina nas meias.

Planilhas apreendidas no cofre da casa e no escritório de José Geraldo Maciel, ex-chefe da Casa Civil no DF, apontaram para o pagamento de propina para os deputados distritais votarem a favor do projeto que mudou o Plano Diretor (PDOT) do Distrito Federal em dezembro de 2008. Numa tabela intitulada "PDOT", aparecem deputados.

Ao lado de alguns nomes, há números que variam de 1/6 a 4. Outros nomes, entre eles o de Jaqueline (então deputada distrital), estão sem essas referências numéricas.

mulher, Weslian, para "representá-lo" na disputa.

Por ser de fora da família, o então vice na chapa Jofran Frejat foi logo descartado. Assim como não quiseram arriscar a eleição de Jaqueline à Câmara dos Deputados, conquista considerada certa pelo clã.

SAIBA +

Reportagem publicada pelo Jornal de Brasília anteontem mostra que o clã Roriz cada vez mais parece sem opções de apresentar um continuador.

Quando o patriarca Joaquim Roriz foi apeado da pretensão de voltar ao GDF por causa da Lei da Ficha Limpa, recorreu à

ABR



Gurgel agora pretende colocar a PGR nos calcanhares da ex-distrital, flagrada levando R\$ 50 mil num vídeo de Durval Barbosa

Aparição no PDOT

O Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial (PDOT) era a menina dos olhos dos especuladores imobiliários de Brasília. O projeto foi aprovado por 19 dos 24 deputados distritais. Para a Polícia Federal, isso reforça o depoimento do ex-secretário de relações Institucionais do GDF, Durval Barbosa, em que ele contou que cada deputado recebeu R\$ 420 mil para ficar a favor do PDOT.

O relatório da PF foi divulgado em agosto. Na época, Jaqueline Roriz negou qualquer envolvimento com o escândalo de corrupção. Inclusive, enviou carta ao Jornal de Brasília contestando a edição especial em que foi lembrado o escândalo da Caixa de Pandora um ano depois, publicado em 26 de novembro passado – o esquema veio à tona em 27 de novembro de 2009. O nome da ex-distrital aparecia numa lista de ci-

tados no inquérito, mas, na carta, ela fazia questão de deixar claro que nada havia contra ela. Tampouco o Jornal de Brasília a acusou de qualquer coisa.

Já no documento apreendido na casa de Leonardo Prudente, o nome de Jaqueline está numa tabela em que são relacionados os nomes de outros deputados e, ao lado, valores entre R\$ 10 mil e R\$ 14 mil ao lado. No caso da filha de Roriz, o registro é de R\$ 12 mil.

Quando os documentos foram divulgados, os deputados, inclusive Jaqueline, disseram que a planilha tratava-se de salários de cargos de confiança que estavam sendo divididos entre os parlamentares da Câmara Distrital. Eleita deputada federal em outubro, Jaqueline jamais foi apontada herdeira política do pai. À Justiça Eleitoral, ela declarou um patrimônio de R\$ 2,8 milhões.



Cidades

+ política e economia no DF

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski@dabr.com.br
Tels.: 3214-1119 • 3214-1180
Fax: 3214-1185
cidades.df@dabr.com.br

Brasília, quinta-feira, 10 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 29

RISCO DE MORTE
Polícia considera fundamental o depoimento de adolescente acusado de matar o ciclista Claudimiro de Oliveira (foto) no Recanto das Emas.
PÁGINA 34



Constantino Moreno/CE/República/DA Press

SAÚDE
Brasília ganhará uma unidade do Hospital Sírio-Libanês, referência em tratamento de câncer. Serão realizados 800 atendimentos por mês.
PÁGINA 35



Carlos Moura/OD/DA Press

NO PÓDIO
Integrantes da Aruc (foto) começaram a comemorar no Celambódromo o título de campeã do carnaval 2011. A Aruremas foi rebaixada.
PÁGINA 36

CAIXA DE PANDORA

Em carta endereçada à secretária-geral do PMN, a deputada informa que não fará parte das discussões sobre a reforma política da Câmara. Partido diz que não tomará providências, por enquanto, sobre o escândalo envolvendo a parlamentar

Jaqueline Roriz se afasta de comissão

» LILIAN TAHAN

Em silêncio desde o surgimento do vídeo em que aparece com o marido, Manoel Neto, pegando dinheiro com Durval Barbosa, Jaqueline Roriz (PMN) manifestou-se ontem. Por meio de uma nota pública, a deputada federal anunciou o primeiro efeito colateral do flagrante que pode complicar sua carreira política. Sem citar o episódio da gravação, ela anunciou na carta endereçada à secretária-geral do partido, Telma Ribeiro dos Santos, que abre mão de integrar a Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados. "Aprendi que os interesses da sociedade, de um grupo político, devem prevalecer acima de qualquer interesse individual ou vontade pessoal e, neste contexto, solicito a minha substituição na Comissão Especial", representando o PMN. A direção nacional da legenda também resolveu se pronunciar. Considerou a hipótese de Jaqueline ter ido ao encontro de Durval "induzida por terceiros", na condição de "ingênuo" e avisou que, por enquanto, vai aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

Alheia ao escândalo que mobilizou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a propor abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar o conteúdo da gravação, Jaqueline Roriz fala na carta sobre a importância da reforma política e diz que continuará "contribuindo com propostas" para minimizar as injustiças sociais. A saída de Jaqueline faz parte da estratégia de defesa da deputada federal, que pode ser alvo de ação penal e deve ser processada por improbidade administrativa pelo Ministério Público do DF.

Na última sexta-feira, veio a público vídeo de 2'50" gravado pelo ex-secretário de Relações Institucionais do GDE, em 2006, no qual Jaqueline e o marido pedem estrutura de campanha e

Paulo de Araújo/CE/DA Press



Gabinete de Jaqueline Roriz ficou fechado ontem. Na carta divulgada, ela não cita o vídeo em que aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa

» Fora de cena

Pronunciamento da deputada federal Jaqueline Roriz, ontem, por meio de carta encaminhada ao PMN:

"Quando pleiteio uma vaga para o Partido da Mobilização Nacional, na Comissão Especial da Reforma Política, no colégio de líderes da Câmara dos Deputados, o fiz com a convicção de que o nosso PMN e seus militantes têm uma valiosa contribuição a dar a essa comissão.

A reforma política é necessária e essencial para o avanço da democracia no Brasil, para o seu aperfeiçoamento e

para toda a classe política. O atual modelo é falho e precisa ser revisto com a maior brevidade possível.

Aprendi que os interesses da sociedade, de um grupo político, devem prevalecer acima de qualquer interesse individual ou vontade pessoal e, neste contexto, solicito a minha substituição na Comissão Especial representando o PMN.

Continuarei contribuindo com propostas que façam com que o país encontre mecanismos eleitorais ainda mais democráticos, que ajudem a minimizar as injustiças sociais do nosso Brasil."

» Sem expulsão

Leia a seguir trechos da nota divulgada pelo PMN:

"Ao convidarmos, em 2009, a então deputada distrital para ingressar em nossas fileiras, o fizemos baseados nas informações então colhidas de se tratar de uma pessoa de boa índole e fácil trato, filha zelosa, mãe dedicada, esposa amantíssima, estimada pela população, com estabilidade financeira, interessada no exercício da ação política, permitindo-nos visualizar um futuro promissor e uma carreira em ascensão. Lamentamos

profundamente que com esse perfil — por moto próprio ou induzida por terceiros — tenha se deixado envolver em ingenuidade e desnecessariamente numa prática nefasta, própria de agentes políticos de pequena expressão, com tibieza ética, moral e intelectual, sem horizontes e carreira curta. Por fim, não pretendendo invadir a competência dos órgãos a que a matéria está e estará submetida, reserva-se esta direção, sem prejuízo das providências internas que achar conveniente adotar, aguardar o desenrolar dos acontecimentos."

Substituição

No lugar de Jaqueline na Comissão, como titular, assumirá o deputado Fábio Maia (RN). Já para a suplência, foi indicado pelo PMN o deputado Carlos Alberto (RJ).

pegam um maço de dinheiro das mãos do homem que três anos mais tarde, em 2009, ficou nacionalmente conhecido por delatar um engenhoso esquema de corrupção infiltrado no governo local e com participação de deputados e empresário.

Durval trocou as informações pela diminuição de sua pena na Justiça, pois responde a mais de 40 processos.

Com a desistência da Comissão, Jaqueline espera se livrar de um dos pontos de atrito em função do escândalo que agora

protagoniza. Ela foi orientada por assessores mais próximos a desistir da vaga antes que houvesse tempo para os integrantes da comissão se reunirem. Com a repercussão do caso, ela ficaria vulnerável, por exemplo, a um pedido de expulsão vindo de um

de seus pares. Na avaliação de seu grupo, uma situação como essa provocaria um problema a mais, desviando o foco da deputada, que agora é a sustentação de seu próprio mandato.

"Esposa amantíssima"

Assinada por Telma Ribeiro dos Santos, a nota do partido presidido no DF pela própria Jaqueline traça um perfil da deputada informando que ela ingressou nas fileiras do PMN por "se tratar de uma pessoa de boa índole e fácil trato, filha zelosa, mãe dedicada, esposa amantíssima, estimada pela população, com estabilidade financeira, interessada no exercício da ação política". Diante desse caráter, "lamentou profundamente" o PMN que Jaqueline "tenha se deixado envolver em ingenuidade e desnecessariamente numa prática nefasta, própria de agentes políticos de pequena expressão, com tibieza ética, moral e intelectual, sem horizontes e carreira curta".

Antes de encerrar o comunicado, Telma deixa a entender que o PMN não vai promover a expulsão sumária de Jaqueline. "Por fim, não pretendendo invadir a competência dos órgãos a que a matéria está e estará submetida, reserva-se esta direção — sem prejuízo das providências internas que achar conveniente adotar — a aguardar o desenrolar dos acontecimentos."

O procurador Roberto Gurgel pedirá hoje ao Supremo a abertura de inquérito para investigar Jaqueline. O Psoi confirmou que ingressará também nesta quinta com uma representação na Corregedoria da Câmara pedindo a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar. Enquanto isso, o Ministério Público do DF prepara ação por improbidade administrativa para responsabilizar a filha de Roriz, assim como ocorreu no caso de outros deputados que foram flagrados recebendo dinheiro de Durval.

Paulo de Araújo/CE/DA Press - 2/3/11



Desde que o escândalo estourou, Jaqueline não aparece em público

Empresas doadoras são investigadas

Empresas que fizeram doação para a campanha de Jaqueline Roriz (PMN), quando ela concorreu ao cargo de distrital, são investigadas por envolvimento com a Caixa de Pandora. Citadas por Durval Barbosa em vários trechos de seu depoimento ao Ministério Público, a Patamar Manutenção de Domínios Ltda. e a Sapiens Tecnologia de Informação Ltda. ajudaram Jaqueline em 2006 com a quantia de R\$ 100 mil — Patamar (R\$ 75 mil) e Sapiens (R\$ 25 mil). As duas firmas receberam quantias milionárias em contratos durante o governo de Joaquim Roriz (PSC) e, agora, estão na mira das investigações sobre a Caixa de Pandora.

Entre 2005 e 2006, os dois últimos anos da gestão Roriz, a

Patamar arrebANHOU R\$ 25,9 milhões em parceria com o GDE. Os contratos eram feitos justamente com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), presidida por Durval e considerada o foco dos esquemas de corrupção denunciados pelo próprio ex-integrante do governo. A Sapiens, por sua vez, foi contemplada com contratos ainda mais valiosos, que somaram R\$ 68,3 milhões. Toda essa quantia era concentrada nos convênios com a Codeplan.

Especializadas em tecnologia da informação, as duas empresas estão no Inquérito nº 650 do Superior Tribunal de Justiça, que investiga as denúncias da Caixa de Pandora. As firmas respondem a vários processos no Tribunal de

Contas (TCDF) e no Tribunal de Justiça do DF (TJDF), por dispensa ilegal de licitação. Só no TCDF tramitam cinco ações em desfavor da Sapiens.

Condenação

Contra a Patamar, há ainda uma condenação pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que julgou procedente uma representação que aplica multa de R\$ 4,8 milhões à empresa e proíbe a firma de participar de licitação do poder público. Isso porque a Patamar fez doações para várias campanhas de políticos além do limite permitido por lei, que é de 2% do faturamento bruto da pessoa jurídica.

Em depoimento ao Ministério Público, Durval afirmou que a

Sapiens e a Patamar contribuíram com R\$ 1,25 milhão para a campanha do ex-governador José Roberto Arruda, dinheiro que teria sido pago por meio da AB Produções, empresa que na época ficou encarregada de produzir vídeos dos programas eleitorais de Arruda.

Relatório da CPI da Codeplan na Câmara Legislativa informa que a Patamar é de propriedade de Jovair Ribeiro da Silva, irmão de Messias Ribeiro, que no relatório da CPI dos Bingos do Senado foi identificado como um conhecido "empresário do jogo do bicho em Goiás". Em 2006, a Patamar doou para a campanha de outros candidatos: Benedito Domingos (R\$ 45 mil), Izalci Lucas (R\$ 50 mil), Laerte Bessa (R\$ 45 mil) e Jofran Frejar (R\$ 95 mil). (LT)



Valor doado pelas empresas de tecnologia de informação Sapiens e Patamar à campanha da filha de Roriz

» Leia mais na página 30



CMYK

Política no DF

30 • Cidades • Brasília, quinta-feira, 10 de março de 2011 • CORREIO BRASILEIRO

CAIXA DE PANDORA

Presidente da Casa, Marco Maia garante que os parlamentares vão investigar denúncia contra Jaqueline Roriz e encaminha ao Ministério Público Federal pedido de informações sobre gravação em que a deputada aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa

Câmara promete apuração

» RICARDO TAITNER

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), considerou fortes as imagens que mostram a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) recebendo dinheiro de Durval Barbosa. Segundo o petista, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa terá de reavaliar as regras que tratam de punição para atos cometidos antes do mandato. "As imagens dão conta de uma situação ruim, em que uma figura pública aparece recebendo dinheiro de forma, até ali, ilícita. O ato precisa ser investigado pela Justiça e pelo Ministério Público e terá o tratamento adequado na Câmara dos Deputados", afirmou na tarde de ontem.

O Conselho de Ética será instaurado na próxima quarta-feira. Maia solicitou aos partidos que indiquem os 15 membros para dar início aos trabalhos. Depois de eleger o novo presidente do grupo, os deputados passarão a reavaliar o regimento interno e os trâmites adotados para a apuração de processos por quebra de decoro (veja quadro). A ideia é dar mais rapidez e efetividade à tramitação das representações. Segundo o deputado, o novo conselho poderá rever o entendimento de legisladores anteriores e cassar os colegas que tenham cometido delitos mesmo antes de terem sido eleitos.

A reavaliação vai ao encontro do projeto de resolução que o deputado federal José Antônio Reguffe (PDT-DF) apresentou hoje. Ele pretende incluir no Código de Ética da Câmara artigo que determina como objeto de investigação atos de ilicitude cometidos, inclusive, para a obtenção do mandato. O objetivo é reverter precedente aberto, em 2007, com parecer do deputado federal e atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso (PS-SP). Na ocasião, ele determinou que o Conselho de Ética só abriria processo para apurar fatos suspeitos ocorridos após a posse na Casa.

Maia julgou adequada a denúncia de Jaqueline da Comissão Especial de Reforma Política. "Ela tem se dedicado à sua defesa, a dar explicações perante a sociedade e a Câmara dos Deputados", disse. No entanto, ele reafirmou a ideia de corporativismo entre os deputados para beneficiar a classe. Segundo o parlamentar, a Casa precisa de regras claras para serem aplicadas em todos os casos, sem discriminação ou avaliação diferenciada para cada situação.

Munição

Ontem, o presidente da Câmara encaminhou ao Ministério Público Federal um pedido de informações.

Foto de André CND/DA Press



Vamos tomar todas as medidas possíveis para garantir que o Conselho de Ética e a Corregedoria da Casa tenham todas as informações necessárias para atuar"

Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados

OAB-DF cobra apuração

O presidente da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Francisco Caputo, se reuniu hoje, às 12h, com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS). Segundo o advogado, o fato de o vídeo conter imagens de fatos ocorridos no passado não impossibilita a abertura de investigações na Casa. Caputo acredita que, se as cenas tivessem sido divulgadas antes das eleições do ano passado, em 3 de outubro, a deputada não teria "merecido" os votos que recebeu. O presidente da OAB-DF diz que a entidade vai cobrar "posturas enérgicas" contra políticos que cometem delitos. O encontro ocorrerá no gabinete da Presidência da Câmara.

Segundo Maia, é preciso conhecer melhor quais são as acusações contra Jaqueline Roriz e saber se existem mais dados. O material servirá para municiar o corregedor, Eduardo da Fonte (PP-PE), e o Conselho de Ética. "O simples fato de pedir informações já é um processo de investigação", destacou Maia.

Depois de receber a resposta, o presidente encaminhará o caso para o corregedor, que promoverá

» Passo a passo

Veja quais são as fases para a análise de quebra de decoro na Câmara dos Deputados:

- Qualquer pessoa pode representar contra um parlamentar diretamente na Mesa Diretora.
- O presidente da Câmara encaminha a denúncia à Corregedoria da Casa, que é formada por quatro membros da Mesa e presidida pelo 2º vice-presidente (corregedor).
- O corregedor tem o prazo de 20 sessões plenárias para investigar o processo, apurando fatos e ouvindo testemunhas. Depois, ele apresenta parecer à Mesa Diretora, que decide sobre a abertura ou não do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
- Além da Mesa, somente os partidos podem enviar representação diretamente ao Conselho de Ética — que é formado por 15 deputados. Depois de instaurado, o processo é designado ao relator e o acusado é notificado.
- O deputado investigado tem prazo de cinco sessões para apresentar a defesa. As evidências são avaliadas pelo relator. Caso seja necessário, ele pode requerer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do investigado.
- O Conselho de Ética pode aplicar punições em diversos níveis: censura verbal, suspensão do mandato e expulsão. Nos dois últimos casos, o processo deve ser votado em plenário. Para cassar o parlamentar, são necessários 257 votos. Caso contrário, o deputado é absolvido.

as investigações antes da abertura do processo. Só após a aprovação do parecer pela Mesa Diretora, o caso pode ser enviado ao Conselho de Ética. Mas esse caminho deverá ser encurtado com a representação do PSol. Hoje, o recurso do Chico Alencar (PSol-RJ) pedirá a abertura de investigação à Corregedoria, mas, na próxima semana, o partido irá requerer a instauração de processo de cassação diretamente

no Conselho — ato permitido apenas à Mesa e às legendas.

Durante a tramitação do processo, a deputada terá a oportunidade de apresentar a defesa e indicar testemunhas. Com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, o recurso da renúncia para fugir da cassação deixou de ser tão interessante, visto que a nova norma deixa o político, nessa situação, inelegível por oito anos.

» Entenda o caso

Novo escândalo

Na última sexta-feira, foi divulgado um vídeo gravado pelo ex-secretário de Relações Institucionais do GDF Durval Barbosa mostrando o momento em que ele um pacote de dinheiro (avaliado em R\$ 50 mil) à deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) e ao marido da parlamentar, Manoel Neto. A gravação seria do ex-governador Joaquim Roriz (PSC) concorria a uma vaga na Câmara Legislativa. Além do montante recebido, a então candidata pede "cargos" para a estrutura de campanha, mas recebe a promessa de mais verba de Durval.

A deputada aparece em cenas similares às que tiraram o mandato de três distritos na Câmara Legislativa. Leonardo Prudente e Júnior Brunelli (ambos sem partido) renunciaram para fugir do julgamento dos colegas. Prudente foi filmado escondendo

dinheiro nas meias e protagonizou, com o colega, a conhecida oração da propina. Eurides Brito (PMDB) guardou os maços na bolsa e acabou cassado. Como o vídeo de Jaqueline foi divulgado somente na última semana, ela não sofreu qualquer sanção.

O PSol anunciou que pedirá a cassação de Jaqueline no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Por sua vez, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, informou que entrará com pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal para investigar o caso, considerado por ele como "extremamente grave". O Ministério Público local também avalia a possibilidade de apresentar ação de improbidade administrativa contra a deputada. Se condenada, além da possibilidade de perda do mandato e dos direitos políticos, ela pode ser obrigada a devolver dinheiro aos cofres públicos.

A solução é enfrentar o julgamento dos colegas, que podem puni-la com: censura, verbal ou escrita; suspensão de prerrogativas regimentais; suspensão temporária do exercício parlamentar; ou perda do mandato.

No caso de o Conselho de Ética decidir pela suspensão temporária ou cassação, o processo deverá ser encaminhado para apreciação do plenário — composto por 513

deputados. Para confirmar a perda de mandato, são necessários, pelo menos, 257 votos favoráveis. Se o quorum for inferior, a deputada é inocentada. "Deve acontecer de tudo. Ela pode ser cassada, pode ser punida. Vamos tomar todas as medidas possíveis para garantir que o Conselho de Ética e a Corregedoria da Casa tenham todas as informações necessárias para atuar", concluiu Maia.

Durval bancou ex com dinheiro desviado

» ANA MARIA CAMPOS

Por causa da delação premiada, Durval Barbosa vive hoje um inferno familiar. Ele está em guerra com a ex-mulher, Fabiani Barbosa, desde que detalhou em diversos depoimentos prestados durante os desdobramentos da Operação Caixa de Pandora o caso do dinheiro da corrupção custeou a vida privada da casal. As denúncias envolvem inclusive os negócios de Fabiani, dona da Dot Paper, uma papelaria de luxo frequentada pela elite da capital do país, no Centro Comercial Gilberto Salomão.

Além de denunciar o então governador José Roberto Arruda, deputados distritais e empresários, Durval admitiu em depoimentos que usou dinheiro desviado de contratos de informática do GDF para comprar grande parte de seu patrimônio pessoal. Bens teriam sido adquiridos em nome de laranjas, como um terreno na QL 10,

do Lago Sul, ao lado da casa onde Fabiani vive hoje. De acordo com Durval, o lote adjacente à casa em que viveu até se separar, em 2009, foi comprado, em 2006, por R\$ 2 milhões. A propriedade estava em nome de um testa de ferro. Hoje a propriedade está bloqueada por determinação judicial, assim como vários imóveis que o Ministério Público acredita ser fruto do esquema de corrupção iniciado quando Durval presidiu a Codelplan. A residência da QL 10 foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) durante a Operação Megabyte, em 2008, assim como a Dot Paper e diversas empresas de informática envolvidas no esquema.

Ao contribuir na Operação Caixa de Pandora e entrar na delação premiada, Durval confirmou aos investigadores a suspeita de que pagou, com dinheiro desviado, familiares de Fabiani, que supostamente funcionavam como laranjas

do casal. Em um dos depoimentos, Durval contou que a casa da sogra, mãe de Fabiani, foi usada durante a campanha eleitoral de 2006 para esconder dinheiro sujo destinado a candidaturas. Durval disse ter chegado a guardar R\$ 12 milhões em dinheiro na casa de parentes de Fabiani. O silêncio e a discricionariedade foram recompensados com R\$ 2,5 milhões que seriam só entregues à família de Fabiani.

Nos depoimentos, Durval contou com detalhes como montou na 208 Sul a primeira loja Dot Paper. Segundo ele, a instalação do negócio só foi possível com uma ajuda de R\$ 400 mil repassados pela Sapiens, empresa que prestou serviços de informática ao GDF e depois foi incluída na relação de investigados na Operação Caixa de Pandora. Durval também relatou aos investigadores parcerias que pagou, com dinheiro desviado, amigos para a Dot Paper permanecer no Gilberto Salomão.

Com a guerra instalada entre o casal, há sete semanas Durval não vê os dois filhos que leve com Fabiani, uma garota de cinco anos e um menino de dois anos. A briga virou caso de polícia e está descrita em representações feitas pelo ex-secretário de Relações Institucionais nas delegacias do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), do Lago Sul e de Proteção à Criança e ao Adolescente. Durval fez ainda denúncias ao MP O caso também está em sigilo numa Vara de Família.

Durval sustenta nas investigações que a ex-mulher inventa histórias de maus-tratos para afastar dos filhos. Para ele, o motivo principal da desavença é financeiro. As confissões nos depoimentos envolvem interesses financeiros de Fabiani. Antes de se casar com Durval, ela não era a empresária de sucesso de hoje. A loja do projeto e Fabiani passou a frequentar colunas e eventos sociais.



A casa na QL 10: segundo o delator, patrimônio em nome de laranjas

O casal foi subindo de vida na medida em que os negócios de Durval no governo cresciam. A pedido de Fabiani, eles teriam se mudado de uma casa no condomínio Estância Jardim Botânico para a QL 10 do Lago Sul. O casamento acabou na mesma época em que Durval começou a prestar os primeiros depoimentos que deflagraram a Caixa de Pandora. Hoje, eles só conversam por meio dos advogados. A empresária, por

suas vez, sustenta que o ex-marido maltrata os dois filhos. Por isso, entrou com pedido na Justiça para impedir a visita do pai às crianças. Durval tem reagido ao afastamento dos filhos e diz que está com a consciência tranquila e entregou tudo o que tinha ao Ministério Público. "Posso mostrar aos meus filhos quem eu sou e quem são os verdadeiros ladrões", disse Durval a pessoas próximas na semana passada.

CMYK



CAIXA DE PANDORA

Jaqueline abandona comissão

■ **Deputada divulga nota em que pede que a substituam e não menciona vídeo**

A deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) informou, por meio de nota oficial divulgada ontem, que deixará a Comissão Especial da Câmara que discutirá a reforma política. Na nota, ela não comenta o vídeo em que aparece recebendo R\$ 50 mil em dinheiro do delator do mensalão do DEM, o ex-secretário de relações Institucionais do GDF Durval Barbosa.

"Aprendi que os interesses da sociedade, de um grupo político, devem prevalecer acima de qualquer interesse individual ou vontade pessoal e, neste contexto, solicito a minha substituição na Comissão Especial representando o PMN", escreveu a deputada.

Em ofício protocolado às 15h49 na secretaria da Mesa da Câmara, o partido informa que líder do PMN na Casa, deputado Fábio Faria (RN), substituirá Jaqueline na vaga destinada ao partido na comissão.

A carta é uma resposta à direção do PMN, que a defendeu e lamentou em comunicado que Jaqueline tenha "se deixado envolver ingênua e desnecessariamente numa prática nefasta, própria de agentes políticos de pequena expressão".

O afastamento da Comissão Especial, composta por 40 deputados, era um dos pedidos do PSOL, que anunciou que entrará com uma representação na Corregedoria da Câmara. O partido também pretende entrar com processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética da Casa.

CHEIRO DE PIZZA

Desde o início da legislatura, a Câmara ainda não instalou o Conselho de Ética nem escolheu seus integrantes. Parte dos antigos conselheiros do colegiado, no entanto, mantém o entendimento de que, como a filmagem ocorreu antes do mandato, não caberia processo por quebra de decoro.

A Câmara terá sessão ordinária deliberativa apenas na semana que vem, apesar do fim do feriado de Carnaval.

Em trecho da nota, Jaqueline diz que "quando pleiteei uma vaga para o Partido da Mobilização Nacional, na Comissão Especial da Reforma Política, no colégio de líderes da Câmara dos Deputados, o fiz com a convicção de que o nosso PMN e seus militantes têm uma valiosa contribuição a dar a essa comissão".

Na próxima terça-feira, a Comissão se reúne para eleger seus vice-presidentes. Depois de definidos os vice-presidentes, poderá ter como primeira atividade deliberativa a análise da saída de Jaqueline.

Até o momento, apenas o presidente, deputado Almeida Lima (PMDB-SE), e o relator, deputado Henrique Fontana (PT-RS), foram escolhidos.

SAIBA +

Durante a coletiva que apresentou a Campanha da Fraternidade 2011, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Dimas Lara Barbosa, comentou o vídeo da deputada Jaqueline Roriz recebendo dinheiro para

financiar a campanha de 2006 a deputada distrital.

Mas não tomou posição: "Sabemos que a lei tenta, mas não consegue impedir todas as candidaturas corruptas. Temos que esperar as partes serem ouvidas e depois caberá ao judiciário decidir", disse dom Dimas.



MARGRIT SCHMIDT • E-mail: margrit@jornal

Cinzas

Acabou o Carnaval. Reza a tradição tupiniquim que o ano agora pode começar. Pode ser, mas talvez pela folia momesca ter acontecido tarde no calendário – já em meados de março –, a sensação é de que o ano já começou faz tempo. Já se pode até identificar temas recorrentes na pauta da imprensa num ano cujo começo coincide com o novo governo de Dilma Rousseff.

Claro, a hipótese de que o governo já nasceu velho, por ser continuidade do anterior, não é nada desprezível. Um dos temas que tem ocupado as páginas e provocado rugas de preocupação entre os analistas e colunistas é a economia.

Dissemina-se a percepção de que a eleição de Dilma aconteceu em detrimento do equilíbrio das contas públicas e os resultados já não podem ser varridos para baixo do tapete nem tampouco mitigados pela decoração dos cenários da propaganda governamental. O famoso estelionato eleitoral aparece com a face inteira na tela.

QUE OPOSIÇÃOZINHA...

A "Disneylândia" já era. O País já começa a encarar a "Dilmaland" com o aumento dos preços corroendo a renda, especialmente, como sempre, subtraindo valor do suado dinheirinho dos mais pobres.

Com esse tormentoso pano de fundo, outro tema tem mobilizado corações e mentes dos fazedores de jornais: a incompetência da oposição. Bem, incompetência não é bem o caso, pois só são incompetentes os que não dão conta de fazer seu trabalho direito. No caso da oposição, nem o trabalho que deveria lhe ser próprio está fazendo.

Ocupada em se auto extinguir, a oposição está proporcionando fatura de assuntos para a mídia no Carnaval, período conhecido por ausência de pautas políticas e que deixa de cabelo em pé os pobres dos editores dos cadernos relativos ao tema.

Para começar, o tal do partido que o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab resolveu fundar, o PDB, Partido da Democracia Brasileira. Outrora uma esperança de liderança da oposição, Kassab decide desaguar na mais sórdida das práticas políticas brasileiras: o fisiologismo, que consiste em abdicar de compromissos, públicos, doutrinários e pessoais em nome de algo como "meu pirão primeiro".

Não vai longe, pois tudo que requer muita explicação em política tende a não prosperar. E, convenhamos, sair como expoente do DEM e sua trajetória de oposição programática ao petismo nos dois governos Lula – que pretendeu até mesmo eliminá-lo da política no Brasil – é algo que carece de um caminho de explicações. Inclusive porque Kassab articula o futuro político do partido fazendo a fusão com a sigla PSB, Partido Socialista Brasileiro.

Não importa que o PSB de socialista não tenha mais nada e tenha sucumbido ao mais sem-vergonha dos fisiologismos há tempos. O resultado dessa manobra, que pode até acontecer, dado o grau de empobrecimento ético da política brasileira, vai obrigar tanto os partidários da nova sigla de Kassab, quanto os velhos e descorados socialistas a explicarem como pode um partido que segue os estatutos da cartilha leninista compor-se organicamente com os supostos liberais egressos do DEM. Bem difícil.

COMO SHAKESPEARE

O PSDB continua às voltas com seus dilemas shakespearianos expondo no seio da família da



Kassab decide desaguar na mais sórdida das práticas políticas do Brasil: o fisiologismo e falta de compromisso

social-democracia brasileira a condição de sua mais escancarada cruzeira, sem dó nem piedade, como o bardo, escarafunchando até as últimas profundezas das nossas fraquezas. Ainda velada da guerra entre o mineiro Azeiteiro de Tancredo Neves, e o paulista discípulo da linhagem de Mário Covas, Montoro – ambos representantes da resistência democrática – faz a trama de William parecer conto da carochinha.

A desmedida ambição em Ricardo II, a perfídia em MacBeth, o veneno letal do ciúme em Otelo, o véu de angústias e a alma de Hamlet.

Deslealdade filial, solidão riqueza e morte em Rei Lear. Ódio, paixão e morte em meio a fratricida de partidos e famílias nas cidades do século XVI, em Romeu e Julieta. Ciosidade e idealismo em Júlio César, de cujas saídas o mais prodigioso texto político da literatura: o discurso de Marco Antônio.

Uma mistura de todo o drama do velho desenrola na novela tucana. Está falta de patriotismo sincero, a bravura épica de um Rei Lear, com a comovente narrativa do Rei Lear, mas isso já seria pedir demais para quinta-feira pós-Carnaval no Brasil varo



4 QUARTOS COM 4 SUÍTES NO NOROESTE.



VIA POSITANO

MI R10 105.537 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do DF

3 OU MAIS VAGAS NA GARAGEM.

3905-4000

www.grupovia.com.br/noroeste

CEDOC/MINERVINO JUNIOR/08.0710/

CAIXA DE PANDORA

Mais duas ações para Jaqueline

■ **PSOL entrará com uma hoje na Corregedoria e outra tão logo se forme o Conselho**

● **Leandro Quirino**

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

O líder do PSOL na Câmara, deputado Chico Alencar (RJ), esteve ontem com o ex-candidato do partido ao GDF, Toninho do PSOL, numa reunião por conferência, para decidir que atitudes tomará em relação à deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF). A bancada decidiu que serão enviados à Câmara dois processos contra a parlamentar.

O primeiro será enviado hoje à Corregedoria da Câmara, pedindo abertura de processo contra a parlamentar. O pedido é assinado pelo líder Chico Alencar. O segundo será protocolado quarta-feira, imediatamente depois da posse do Conselho de Ética – até que os deputados não tomem posse, não é possível protocolar qualquer pedido de investigação parlamentar.

Um terceiro pedido chegou a ser elaborado em nome de Toninho do PSOL, no qual pedia o afastamento imediato da deputada Jaqueline Roriz da Comissão de Reforma Política. Como a deputada renunciou ao posto, o pedido tomou-se desnecessário.

O corregedor da Câmara, Eduardo da Fonte (PP-PE), informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que até o momento não há nenhum pedido protocolado na Corregedoria e que o Ministério Público não enviou as informações solicitadas a respeito da investigação contra Jaqueline, flagrada em vídeo recebendo

do dinheiro do ex-secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa, para financiar sua campanha a deputada distrital em 2006.

Toninho do PSOL diz que o fato envolvendo a deputada é “simplesmente absurdo” e que o Congresso não pode manter no cargo alguém que tenha agido desta forma, independentemente do tempo em que o ilícito tenha sido cometido.

“Não importa quando a deputada tenha se envolvido nesse escândalo. O que não dá é o Congresso permitir que faça parte de seu corpo alguém que tenha sua conduta questionada, ficando principalmente à frente de uma comissão que luta por uma reforma política no País”, cobrou.

INSEGURANÇA POLÍTICA

O fato de haver novos personagens envolvidos no esquema de corrupção no governo do DF tende a criar um cenário de insegurança política na cidade. Por isso, Toninho apela para que Durval Barbosa divulgue integralmente o que ainda está guardado, para desmascarar todos os envolvidos e fazer com que a cidade tenha a oportunidade de entrar definitivamente nos trilhos.

“Durval, se ainda resta em você algum respeito a Brasília, divulgue aquilo que ainda está escondido. Precisamos saber quem são aqueles que podem estar no poder e que continuam às escondidas. A cidade precisa virar essa página e recomçar sua história”, exortou.

Toninho avalia o escândalo como fruto de uma política pobre e considera o ex-governador Joaquim Roriz (PSC) mentor do esquema, ao lado de Durval.

Para ele, apesar de ainda considerar cedo para anunciar o fim do clã Roriz, é possível preparar, muito em breve, o “cortejo fúnebre da família, decretando seu falecimento no cenário político”.



Toninho exortou a Durval que mostre logo toda a sua “videoteca”

PMN defende deputada

Em nota divulgada ontem, o PMN lamentou o caso envolvendo a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), filha do ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PSC), flagrada em vídeo recebendo dinheiro das mãos do delator do mensalão do DEM, Durval Barbosa. O partido afirmou que irá aguardar o desenrolar dos acontecimentos e lastimou que ela tenha se deixado, “por moto próprio ou induzida por terceiros, envolver ingênua e desnecessariamente numa prática nefasta, própria de agentes políticos de pequena expressão, com tibieza ética, moral e intelectual, sem horizontes e carreira curta”.

Na nota, o PMN critica ainda a imprensa na condução do caso. “Lamentamos que – com elogiáveis exceções – alguns jornalistas venham se especializando em promover antecipadamente e a seu bel-prazer o linchamento moral de algumas pessoas, quando é visível o ‘poupanamento’ de outras cujo enriquecimento súbito causa estranheza, tanta vez que incompatível com o currículo de atividades até então exercidas”.

A nota diz ainda que, “ao convidamos, em 2009, a então deputada distrital para ingressar em nossas fileiras, o fizemos baseados nas informações então colhidas de se tratar de uma pessoa de boa índole e fácil trato, filha zelosa, mãe dedicada, esposa amantíssima, estimada pela população, com estabilidade financeira, interessada no exercício da ação política, permitindo-nos visualizar um futuro promissor e uma carreira em ascensão”.

SAIBA +

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou terça-feira que irá ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedir a abertura de inquérito contra a deputada.

Já o corregedor da Câmara, deputado Eduardo da Fonte

(PP-PE), prometeu rigor na apuração do caso. “A Corregedoria será rigorosa e tomará todas as providências necessárias assim que for formalmente provocada e estiver de posse de todas as informações a respeito do caso”, diz a nota da Corregedoria.



J LÍRIO AGUIAR
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS

— Há 38 anos —

Quer avaliar ou vender seu imóvel?

J. Lício Aguiar
Creci 950

PABX:
3328-0066 / 8212-1111

Honestidade, Competência
e Tradição

Ed. Brasília Trade Center - 18º andar - Brasília-DF
e-mail: jlirio@terra.com.br

Cidades

+ política e economia no DF

SERVIÇO PÚBLICO

Cerca de 19 mil funcionários públicos e pensionistas têm até 25 de abril para responder a censo previdenciário sob pena de não receberem o salário de abril.

PÁGINA 25



Carlos Silva/CRJ/A. Press.

FRAUDE

MEC e Ministério Público Federal vão apurar denúncia contra entidades suspeitas de vender irregularmente diplomas de pós-graduação. Entre elas, está o CAP (foto).

PÁGINA 26



Gustavo Moreno/CRJ/A. Press. - 13/2/09

SEU BOLSO

A gasolina está mais cara R\$ 0,06. Na maioria dos postos (foto) do Distrito Federal, o preço do litro do combustível custa R\$ 2,84.

PÁGINA 32

Brasília, sexta-feira, 11 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 21

CAIXA DE PANDORA

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pede ao STF abertura de inquérito para investigar a deputada do PMN que aparece recebendo dinheiro das mãos de Durval Barbosa. Ele quer que a Polícia Federal faça perícia no vídeo e ouça a parlamentar

Caso Jaqueline chega ao Supremo

» DIEGO ABREU

N o mesmo dia em que a Câmara dos Deputados foi acionada oficialmente pelo PSol para investigar a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN), o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de abertura de inquérito contra a parlamentar. Conforme havia antecipado no último sábado com exclusividade ao **Correio**, Gurgel entrou ontem com a solicitação na Suprema Corte, necessária para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) possa iniciar um processo criminal. Jaqueline e o marido, Manoel Neto, foram flagrados em vídeo recebendo dinheiro do ex-secretário de Relações Institucionais do GDF Durval Barbosa.

Uma semana depois de a gravação vir à tona, o cerco começou a se fechar contra a deputada nos poderes Legislativo e Judiciário. No pedido enviado ao STF, o procurador pede autorização para que a Polícia Federal (PF) realize duas diligências, a serem cumpridas em um prazo de 30 dias: uma para periciar as imagens gravadas por Durval e outra para que a deputada federal seja interrogada.

Escolhido por sorteio, o relator do caso no STF é o ministro Joaquim Barbosa. É praxe na Suprema Corte que os pedidos de abertura ou arquivamento de inquérito apresentados pelo procurador-geral da República sejam irrecusáveis. Para se ter ideia, jamais houve negativa por parte dos integrantes do STF em requerimentos apresentados por Gurgel para iniciar investigação contra autoridades com prerrogativa de foro, como é o caso de Jaqueline.

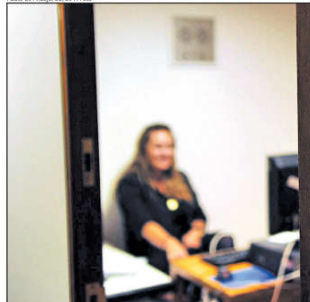
A íntegra do pedido da PGR, que contém 12 páginas, não foi divulgada. No site do Supremo, o assunto está descrito como "crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral/peculato". Procurado pela reportagem, o ministro Joaquim Barbosa não foi localizado. Assessoros mais próximos informaram que ele se encontra em viagem e só estará no Supremo na segunda-feira próxima. A previsão é de que o ministro abra o inquérito na semana que vem.

Relator do processo do mensalão do Partido dos Trabalhadores, Joaquim Barbosa é conhecido por sua fama de ser implacável contra políticos suspeitos de envolvimento em casos de corrupção. Foi ele quem sugeriu em plenário aos demais colegas, em 2007, a abertura de ação penal contra os 39 réus do mensalão — hoje são apenas 38, pois o ex-deputado José Janene morreu no ano passado.

Importância

• No que depender de Joaquim Barbosa, pessoas próximas dizem que Jaqueline será investigada até

Paulo de Araújo/CRJ/A. Press.



Funcionários do gabinete de Jaqueline trabalharam ontem. Segundo assessores, ela está em viagem e, por enquanto, não vai se pronunciar

Jeff Varella/CRJ/A. Press. - 27/8/09



Decisão de Gurgel de pedir investigação ao STF foi antecipada pelo Correio

as últimas consequências. Relator do inquérito, será ele o responsável por levar a plenário uma eventual denúncia a ser apresentada pela PGR contra a deputada. Havendo indícios de que a parlamentar tenha cometido atos irregulares, Barbosa certamente votará pela abertura de uma ação penal contra a deputada do PMN. O voto do relator é sempre considerado o mais importante em um julgamento, já que o ministro designado passa a ser aquele que mais agrega informações sobre o processo e tem como papel convencer os colegas a seguirem o seu entendimento.

A Polícia Federal informou ao **Correio** que, tão logo seja notificada a fazer as diligências, irá atender a todas as solicitações feitas pela PGR e determinadas judicialmente. As investigações deverão ser conduzidas pelo delegado Alfredo Junqueira, da Diretoria de Inteligência Policial. Ele comanda, desde novembro de 2006, as apurações referentes à Operação Caixa de Pandora, que revelou um esquema de corrupção que envolvia representantes dos poderes Executivo e Legislativo do DF.

Pressionado por colegas no

Congresso Nacional, Jaqueline informou na quarta-feira, por meio de nota oficial, que não fará mais parte da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados. Esse foi o primeiro efeito colateral do escândalo que pode acarretar até na perda do mandato da parlamentar, que também deverá responder à ação civil na Justiça do DF, por improbidade administrativa. Além da suspensão dos direitos políticos, ela pode ser obrigada a devolver dinheiro aos cofres públicos. O vídeo no qual Jaqueline foi flagrada teria sido gravado em 2006, na época em que ela fazia campanha para disputar nas urnas uma vaga de deputada distrital. A quantia recebida por Jaqueline e o marido é estimada em R\$ 50 mil.

• Ao contrário da quarta-feira de cinzas, o gabinete de Jaqueline abriu normalmente ontem. Ela, no entanto, não apareceu para trabalhar. Procurada, a assessora da deputada disse que ela está viajando e que não vai comentar, por enquanto, o pedido de investigação apresentado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. No sábado, ele considerou as denúncias contra ela como "gravíssimas".

Trâmite do processo

Veja os caminhos a partir do pedido de abertura do inquérito



» A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem a abertura de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para iniciar as investigações contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN). Por sorteio, o ministro Joaquim Barbosa foi designado relator do caso.

» O inquérito será aberto pelo ministro, que deve, de prontidão, autorizar que as investigações sejam iniciadas. Joaquim Barbosa também deverá dar despacho com a solicitação para que a Polícia Federal (PF) faça uma perícia no vídeo em que Jaqueline Roriz e o marido, Manoel Neto, aparecem recebendo dinheiro do delator da Caixa de Pandora, Durval Barbosa, e ainda para que interroge a deputada, conforme solicitou a Procuradoria-Geral da República (PGR).

» A PF terá prazo de 30 dias para realizar as duas diligências solicitadas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O prazo, porém, poderá ser prorrogado por igual período e em até duas vezes, conforme a necessidade da corporação.

» Ao fim das investigações, caso a PGR encontre elementos suficientes que incriminem Jaqueline Roriz, o órgão apresentará denúncia ao STF contra a parlamentar. Ela pode ser enquadrada pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crime fiscal e formação de quadrilha. Caso ela não esteja mais com mandato na Câmara, uma eventual denúncia poderá ser apresentada à Justiça do Distrito Federal.

» Uma vez apresentada a denúncia, o ministro relator do inquérito intimará a deputada a prestar sua defesa antes de levar o caso para julgamento em plenário. Todos os 11 ministros participaram de eventual análise, na qual o Supremo decidirá por aceitar ou não a denúncia. Caso aceite, o STF, então, abre uma ação penal contra a parlamentar, que passará à condição de ré.

» Tradicionalmente, o STF demora anos para julgar as ações penais. Nessa fase do processo, o relator do caso busca elementos e analisa por inteiro os indícios e provas apontadas na denúncia da PGR. Na etapa final, o relator prepara seu voto e leva o processo para julgamento em plenário. Para um parlamentar ser condenado, é necessário que pelo menos seis dos 11 ministros posicionem-se pela culpa. Em plenário, há ainda a possibilidade de pedidos de vista, o que acarretará em mais alguns meses de atraso para o desfecho do processo.

Thiago Fagundes/CRJ/A. Press.

Opinião do internauta

Leitores do **Correio** comentaram no site a reportagem em que a Procuradoria-Geral da República pede abertura de inquérito no STF para apurar as denúncias contra Jaqueline Roriz. Veja algumas opiniões:

» Eduardo Farias

"Vale mais ter um bom nome do que muitas riquezas. E o ser estimado é melhor do que a riqueza e o ouro."

» Silva André

"Cadeia para Durval e tome todo seu patrimônio e de sua ex-mulher. Cadeia para todos os envolvidos."

» Marcos Igreja

"Pessoal, o vídeo foi de 2006, estamos em 2011. Já pensaram quanto ela já faturou depois disso?"

» Carlos Romeu

"Miguelita, calabreza ou portuguesa? Prefereis à moda da casa?"

» Wagner Nunes

"Espero que o sr. Gurgel dê atenção requerida à minha denúncia, que lhe encaminhei em 2010, sobre inclusive participação na Caixa de Pandora e de ex e atuais diretores e gestores da CEB."

» João Botelho

"Por que a imagem não foi divulgada antes da eleição? Alguém ficou sem receber uma parte do bolo."

» Maria Cabral

"É ótimo saber que Joaquim Barbosa será o relator desse processo, pois é um ministro que tem decisões firmes e coerentes. Que a lei da ficha limpa seja julgada logo pelo STF. Limpeza já na Câmara!"

» Rony Ferre

"Parabéns à PGR! Devolva o seu mandato, senhoria."

» Dimas Moreira

"Aí agora parece que as autoridades estão atentas e ágeis. Vamos ficar de olho para não deixar que tudo se transforme em pizza."

» Marcus Cardozo

"É muita cara de pau dessa Jaqueline Roriz em se dizer ingênua diante das imagens dela recebendo dinheiro e achando pouco os R\$ 50 mil repassados por Durval."

» Leia mais na página 22

Sexta-feira, 11 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Bancada do DF quer JAQUELINE

Erika apoia e Reguffe impetra ação contra deputada, assim como PSOL

Leandro Quirino

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

Se depender de lideranças partidárias e da bancada do DF na Câmara, a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) está com os dias contados no parlamento. Ontem, o senador Randolphe Rodrigues (PSOL-AP) e o ex-candidato ao GDF, Toninho do PSOL, protocolaram, na presidência da Casa, o requerimento para a cassação de mandato da parlamentar, flagrada em vídeo recebendo

lações Institucionais do DF Durval Barbosa, para financiar sua campanha em 2006. O requerimento será encaminhado à Corregedoria da Câmara, que iniciará as investigações.

E já prevendo a utilização de uma brecha no regimento do Conselho de Ética que possa livrar a parlamentar da perda do mandato, o deputado Reguffe (PDT-DF) apresentou também ontem projeto que amplia a atuação do colegiado com a imposição de sanções a deputados envolvidos em ilícitos. A proposta leva em consideração atos praticados antes do exercício do mandato que colaboraram para que o parlamentar chegasse à legislatura.

"Qualquer ilicitude que provoque reflexos no mandato, de forma direta ou indireta, é preciso que tenha punição", defendeu Reguffe. Com a proposição, ele espera que a Casa tome as medidas necessárias e casse o mandato de Jaqueline.

SAIBA +

Em nota, o deputado Reguffe diz que é "pública e notória a indignação" da sociedade "com os sucessivos escândalos políticos provocados por autoridades públicas que, tanto no mandato quando em períodos eleitorais".

No texto apresentado por Reguffe ao Conselho de Ética, salienta que a medida servirá para "corrigir a distorção desse regimento, e assim resgatar a credibilidade do trabalho na Câmara dos Deputados".

A deputada Erika Kokay (PT-DF) endossou a afirmação de Reguffe e pediu que uma comissão especial apure as denúncias com rigor. "É preciso investigar e dar resposta à população. O ato indigno de ontem continua hoje, principalmente todos aqueles que estão escondidos do povo", avaliou.

REFORMA NO CONSELHO

Em paralelo à entrega do requerimento formulado pelo PSOL, Reguffe e Erika ainda defenderam em plenário uma reforma no Conselho de Ética da Câmara. O objetivo é que não apenas o caso de Jaqueline, mas o de todos os parlamentares envolvidos no escândalo – desvendado pela operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal – respondam por quebra de decoro parlamentar. Inclusive caso venha à tona algo que comprometa ainda mais a conduta dos envolvidos, mesmo que o

delito tenha ocorrido antes do período da legislatura.

Com relação à possibilidade do processo não seguir adiante no Conselho de Ética, já que o fato antecede o mandato da parlamentar, Randolphe Rodrigues acredita que, mesmo assim, a Câmara dará seriedade ao assunto.

"Nós fizemos a provocação com este requerimento. Vamos apostar que a Casa apure a fundo as investigações. A bancada do PSOL deve acompanhar de perto o andamento". No requerimento, o partido exige rigorosa investigação de Jaqueline e sua cassação.

Para Toninho do PSOL, a questão temporal não impede que a deputada seja cassada. "Quando um marginal é pego após cometer um crime, ele paga por isso, não importa o momento em que ele tenha cometido o ato. Ela não tem compromisso ético e moral para estar à frente de um mandato representando a população".

FORA

Cidades

+ política e economia no DF

PLANEJAMENTO

O GDF prepara o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília para impedir que a área tombada seja ainda mais afetada.

PÁGINA 28



Carlos Silva/Ep/CGO A Press

PÓS-GRADUAÇÃO

A Faculdade Darwin rompeu o contrato com o CAP (foto), instituído acusado de emitir irregularmente diplomas. Entidade é alvo de novas denúncias.

PÁGINA 28



Carlos Veiros/Ep/CGO A Press

FUNCIONALISMO

Metade dos servidores do GDF tem crédito consignado. Entre os endividados está Elied Barbosa (foto), que trabalha no Hospital de Base.

PÁGINA 21

Brasília, sábado, 12 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 21

PANDORA/ Além de ser investigada por aparecer em vídeo recebendo dinheiro, deputada responde à ação por falsidade ideológica

Novo processo no STF contra Jaqueline

» RICARDO TAFNER

O Supremo Tribunal Federal (STF) receberá nos próximos dias mais um processo contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN). Desta vez, a parlamentar é acusada em ação penal de ter cometido o crime de falsidade ideológica quando era sócia da Agropecuária Palma. O processo foi encaminhando na quinta-feira para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), visto que só o STF tem competência para julgar atos referentes a membros do Congresso Nacional. O Supremo também analisa o pedido de abertura de inquérito feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por conta do vídeo em que Jaqueline aparece, ao lado do marido, recebendo dinheiro de Durval Barbosa.

Ex-funcionários da fazenda processaram a agropecuária por conta de problemas de acertos trabalhistas na rescisão contratual. Alegação é de que teriam sido usados documentos falsos, assinados em branco. No processo n.º 026031-9, a Justiça pede o enquadramento de Jaqueline e do engenheiro Waldo de Araújo Meireles nos artigos 304 (uso de documento falso) e 299 (falsidade ideológica) do Código Penal. Ambos são considerados como crimes contra a fé pública e podem ser punidos com reclusão de um a cinco anos e multa.

Os trabalhadores foram contratados para a construção de pontes e cercas na Fazenda Palma. O advogado de defesa da deputada, Cleber Lopes, afirma que a contratação foi intermediada pela empresa de Meireles na forma de empreitada e que não houve qualquer participação de Jaqueline. De toda forma, a parlamentar figura no contrato social da agropecuária como sócia responsável por esse tipo de ato. "A jurisprudência mostra que não adianta ser sócia, tem de ter participado ativamente", defende Lopes. Meireles é considerado amigo pessoal da família e já foi acusado, no passado, de ter agido como laranja na compra de terras em Luziânia (GO) — município onde fica a Fazenda Palma.

Esta é a segunda vez que o



Jaqueline Roriz: com foro privilegiado, processo do TRF da 1ª Região foi remetido ao STF

» Próximos passos

A investigação contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) ganha fôlego a partir da semana que vem. Veja quais são os principais desdobramentos:

» Abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do caso é o ministro Joaquim Barbosa.

» Caso a Corte aceite o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), a Polícia Federal terá 30 dias para fazer perícia no vídeo em que Jaqueline Roriz e o marido, Manoel Neto, aparecem recebendo dinheiro do delator da Caixa de Pandora.

Durval Barbosa. Os policiais terão também que investigar a deputada durante o período.

» A PGR deverá encaminhar informações sobre o processo da Operação Caixa de Pandora à Presidência da Câmara dos Deputados. Dependendo do volume das informações, o caso poderá ser levado diretamente a análise no Conselho de Ética da

Câmara, que precisa ser constituído.

» A Corregedoria da Câmara dos Deputados deverá receber a representação do PSol para apurar a denúncia de suposto recebimento de propina revelada no gravação, e para averiguar a situação de Jaqueline no processo no qual ela é acusada de receber R\$ 12 mil para votar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) do DF.

processo muda de instância. Instaurada em 2007 no Juízo Federal da Subseção Judiciária de Luziânia (GO), a ação penal havia sido remetida, no mesmo ano, para o TRF-1 por conta da eleição de Jaqueline como deputada distrital. Agora, com o foro especial de parlamentar, o desembargador federal Carlos Olavo teve de remeter a ação ao STF. "No crime objeto deste feito, prevalece a competência do Supremo Tribunal Federal para

atuar neste inquérito", diz o magistrado na decisão. Jaqueline se viu livre recentemente de outra ação que tramitava na 11ª Vara Federal. A deputada e os familiares estavam sendo executados pela Fazenda Nacional por conta de dívidas fiscais da Agropecuária Palma. Jaqueline teve os bens bloqueados no ano passado e precisou pedir a liberação da conta-corrente que usava para receber os salários de distrital — que na época estava com

R\$ 32.926,36. Em 25 de fevereiro deste ano, a juíza federal Magdália Silva da Gama e Souza extinguiu o processo que corria desde 2005, após o pagamento do débito.

Ontem, o governador Agnelo Queiroz voltou a falar sobre o vídeo envolvendo Jaqueline Roriz. Segundo ele, cabe à Justiça e ao Ministério Público prosseguirem com as investigações. "O povo do DF já tomou a primeira providência, ao derrotar o governo anterior", afirmou o petista.

Bancada exige apuração

» LUIZA MEDEIROS

Mobilização

Se depender da bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, Jaqueline Roriz (PMN) não será poupada das investigações e ainda terá que dar explicações públicas sobre o vídeo no qual aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa. Os colegas parlamentares consideram "graves" as acusações contra a deputada, inclusive os mais próximos, como Izalci Lucas (PR), que fez parte da mesma coligação da parlamentar na última eleição. A repercussão de mais um episódio do escândalo da Caixa de Pandora fez com que alguns políticos do DF na Casa propusessem a criação de instrumentos que respaldem a apuração de fatos ocorridos antes do exercício do mandato. A maioria deles derruba a tese de que os acontecimentos progressos não possam ser investigados.

Dos oito parlamentares que formam a bancada do DF na Câmara, dois não foram localizados ontem pelo **Correio** para falar sobre a situação da parlamentar, que até agora não se pronunciou sobre o vazamento da gravação que teria sido feita em 2006. Ronaldo Fonseca (PR) também não retornou as ligações da reportagem. Apesar de ainda não ter ocorrido uma reunião formal com toda a bancada, os parlamentares mostraram discurso alinhado sobre o que deverá ocorrer com a colega. A investigação das denúncias é um ponto consensual entre eles.

"Têm que ser apuradas integralmente as denúncias ocorridas antes, depois e durante o mandato. Fica difícil fazer qualquer defesa dela, a não ser que haja manipulação da fita", afirmou Izalci Lucas, deputado federal pelo PR.

Os petistas Erika Kokay e Roberto Policarpo tentam mobilizar a bancada para reunir-se na próxima semana a fim de definir uma posição sobre o caso Jaqueline. Erika apresentou dois projetos de resolução na Câmara que alteram o Código de Ética retirando a temporalidade para questões ocorridas antes do mandato parlamentar. José Antônio Reguffe (PDT) também protocolou proposta com o intuito de deixar claro na regra interna a necessidade de investigar os colegas. Erika defende ainda a apreciação urgente do projeto de emenda à constituição (PEC) n.º 76, cuja objeto é similar. "O que foi indigno no passado não deve ser indigno nos dias de hoje. A bancada pode se posicionar acerca do fato e definir alguns encaminhamentos no sentido de proceder a investigação, não se pode deixar que a tela cronológica impeça que o parlamento resgate o próprio decoro", argumenta ela.

Os deputados Augusto Carvalho (PPS) e Roberto Quirino (PRB) fazem questionamentos sobre a definição da bancada sobre o tema. "Não é a decisão da bancada que vai definir o que vai acontecer. Acho muito mais proveitoso fazer o debate sobre a questão de como analisar a temporalidade das irregularidades cometidas por parlamentares", disse Carvalho, acrescentando que é preciso saber se os colegas do PT mudariam o entendimento criado pelo próprio partido no passado de que não seria possível investigar ações cometidas antes do mandato.

2011 MAIS ECONÔMICO, MAIS ESPAÇOSO E MAIS BARATO QUE O HONDA CIVIC. E COM 5 ANOS DE GARANTIA!

CÂMBIO DE 6 MARCHAS AUTOMÁTICO OU MANUAL

A PARTIR DE **R\$53.400** + VISTA FRETE

COM 62.211,00

PRONTA ENTREGA

126 CV DE POTÊNCIA

AIR CONDICIONADO DIGITAL

COMPUTADOR DE BORDO E ENTRADA USB PARA IPOD

KEYLESS COM CHAVE TIPO CUNIVETE

TRITO ELÉTRICO

Respeite a sinalização de trânsito

Proibição válida até 10/03/2011, no término do trecho de 15 unidades, a que ocorrer primeiro. Kia Cerato mais barato 2010/2011: 108.622,12 (sem IPI 15,45%) a vista. Termino do governo do DF em 10/03/2011. Em, a que ocorrer primeiro. Foto: Luciana Reis/Repositor

KIA

SIA TRECHO 2 3363-1616

KIA Moderna

Sábado, 12 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Miller

Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Jaqueline é caso de Justiça

■ Agnelo destaca que versão de que o esquema não começou no governo Roriz cai por terra

Agnelo: "Acho que o povo tomou sua providência ao derrotar essa visão, esse projeto anterior"



ANDRESSA ANHOLETE

● Francisco Dutra

francisco.dutra@jornaldebrasil.com.br

Está nas mãos da Justiça. Assim avaliou o governador Agnelo Queiroz o vídeo mostrando a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) e seu marido, Manoel Neto, recebendo R\$ 50 mil das mãos de Durval Barbosa, delator do escândalo do Mensalão do DEM.

"Aí eu acho que tem que ser a Justiça, não é? (Ela) que tem que prosseguir fazer a investigação. É isso que tem que ser feito", afirmou.

Até a divulgação das imagens, as suspeitas se limitavam ao período do ex-governador José Roberto Arruda. Mas o novo vídeo levantou a dúvida sobre se o esquema teria raízes na administração de Joaquim Roriz (PSC), pai de Jaqueline. Na corrida eleitoral 2010, Roriz e sua família afirmaram repetidas vezes que a rede de corrupção, investigada pela operação Caixa de Pandora, não tinha laços com o período em que estiveram no poder. Só que agora, segundo Agnelo, esse argumento caiu por terra agora.

SAIBA +

Nos bastidores, comenta-se que a publicação do vídeo de Jaqueline Roriz pegando dinheiro teria duas explicações. Em uma delas, a veiculação das imagens teria uma motivação de causar-lhe a cassação do mandato por quebra de decoro parlamentar.

Na outra, Durval Barbosa teria sido pressionado a expor as imagens pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. A pressão teria sido feita para o aprofundamento das investigações.

"Lá fora, nos outros estados, a imagem do DF ainda está muito abalada

com esse caso", disse o presidente regional do PT, Roberto Policarpo.

As apurações da Caixa de Pandora ainda estão em curso na Justiça. Imagens do ex-governador José Roberto Arruda recebendo dinheiro de Durval implodiram seu governo em poucos meses.

"Claro, claro. Caiu por terra, absolutamente. A Justiça tem que prosseguir, o Ministério Público, (tem que) tomar todas as providências, não é? Acho que o povo do Distrito Federal tomou sua providência ao derrotar essa visão, esse projeto anterior. O povo já disse 'não'. Foi muito importante. E agora cabe, obviamente, à Justiça completar essas investigações", cobrou.

O vídeo levou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a pedir abertura de inquérito contra a deputada no Supremo Tribunal Federal (STF). Em função disso, on-

tem, o advogado da deputada, Herman Barbosa, fez o requerimento das imagens na íntegra e devidamente periciadas pela Polícia Técnica. Além de Barbosa, a defesa de Jaqueline deverá contar com mais um advogado, cujo nome ainda não foi divulgado.

Procurada pelo **Jornal de Brasília**, a assessoria de imprensa de Jaqueline declarou que a estratégia da defesa será tomar qualquer posicionamento apenas após a análise das imagens solicitadas. Segundo a assessoria, a deputada ainda está em viagem e deve retornar ao DF na

próxima semana e não havia previsão de quando ela falaria sobre o vídeo. Desde a divulgação das imagens nas quais ela aparece pegando R\$ 50 mil, Jaqueline não se pronunciou.

ESTADO POLICIAL

Para o PT, partido do governador Agnelo Queiroz, é importante que todos os vídeos ou informações publicáveis sobre o Mensalão do DEM sejam divulgadas de uma só vez. Uma crítica que já foi disparada pela Ordem dos Advogados do Brasil no DF (OAB) nesta semana e por outros

personagens da cena política no DF.

"Brasília não merece esse estado quase policial. Esses vídeos aparecendo a conta-gotas acabam prejudicando a cidade. O desgaste não é apenas para os envolvidos. Quem quer fazer a boa política fica inseguro. Porque não sabe se um novo vídeo levantando suspeitas sobre novas pessoas. Todo mundo olha torto, desconfiado. Isso atrapalha a política, a população e a imagem da cidade. Era melhor que divulgassem tudo de uma vez, do que ficar remoendo a história de tempos em tempos", ponderou o presidente regional do PT e deputado federal, Roberto Policarpo.

Quanto ao caso específico do vídeo de Jaqueline, Policarpo afirma que antes de qualquer julgamento prévio a deputada deve ter o amplo direito de defesa assegurado. "Ela não se pronunciou ainda", lembrou o parlamentar.

Segundo Policarpo, independentemente da filiação partidária, todos os envolvidos devem ser investigados. E caso a apuração comprove a culpa, a punição deve ser tomada de pronto e imediato.

ciudades

+ política e economia no DF

VIOLÊNCIA

Homem de 34 anos é executado com quatro tiros em um estacionamento de um prédio no 413 Sul (foto). A polícia suspeita de acerto de contas.

PÁGINA 32



Ruber Lima/CPA Press

ALTARES LOTADOS

Os casamentos continuam em alta no DF, onde são realizadas 44 cerimônias por dia. Por falta de igreja, Paula Martins (foto) casará em uma terça-feira.

PÁGINA 33



Monique Renner/CPA Press - 10/2/11

GUIA DE INFLAÇÃO

Com queda nos preços de alimentação, inflação no DF fica estável em fevereiro. Mesmo assim, aluguel e serviços domésticos pesam no bolso.

PÁGINA 36

CAIXA DE PANDORA / Flagrada recebendo dinheiro de Durval Barbosa, deputada federal Jaqueline Roriz terá que se defender em três esferas: processo por quebra de decoro na Câmara, inquérito no STF e ação na Justiça comum

Os riscos de Jaqueline

» RICARDO TAFFNER
» LUISA MEDEIROS

Os advogados de Jaqueline Roriz (PMN) precisam se dividir em três frentes para defender a parlamentar. A deputada federal deverá passar por processo ético na Câmara dos Deputados, ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF) e ação de improbidade administrativa na primeira instância. Para cada uma, será adotada estratégia diferente a fim de tentar manter a parlamentar na vida política. As tramitações são independentes e o resultado de um julgamento não interfere na decisão da outra esfera. As sanções dependerão das denúncias, mas podem resultar, entre outras, em cassação do mandato na Câmara, perda dos direitos políticos e ressarcimento ao erário público.

Na quinta-feira, foram dados os primeiros passos concretos para instaurar os procedimentos administrativos e judiciais para a investigação dos atos cometidos pela deputada em 2006. Ela aparece em vídeo, ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo um maço de dinheiro (estimado em R\$ 50 mil) de Durval Barbosa. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, protocolou no STF o pedido de abertura de inquérito. Ele também quer a autuação para que a Polícia Federal realize, em até 30 dias, a pericia das gravações e o interrogatório de Jaqueline. O inquérito n.º 3113 foi designado, por meio de sorteio, ao ministro Joaquim Barbosa, que também é o relator do Mensalão do PT.

Segundo o advogado Antônio Alberto do Vale Cerqueira, conselheiro seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) e especialista em direito penal, a tendência é pela abertura do inquérito. "As provas são patentes e requerem uma investigação aprofundada", avalia. Caso sejam encontrados elementos suficientes, contra ele instaurada a ação penal contra a deputada. Com isso, Jaqueline pode ser denunciada pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Só para esta última tipificação, a previsão de pena é de um a três anos de reclusão. O Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) também se prepara para entrar com ação de improbidade administrativa, assim como fez com outros acusados de fazer parte do suposto esquema de corrupção que deu origem à Operação Caixa de Pandora. Ao contrário do que ocorre com as questões penais, não existe foro privilegiado para os membros do Congresso Nacional nas ações civis. Por isso, o processo correrá no Tribunal de Justiça do DF (TJDFT). Provavelmente, Jaqueline percorrerá o mesmo caminho de sete ex-colegas da Câmara Legislativa que tiveram os bens declarados indisponíveis pela Justiça. "A medida serve para impedir que os réus se desfaçam do patrimônio antes do julgamento", explica Cerqueira.

Decoro

Na Câmara dos Deputados, existem duas iniciativas em curso. O presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), pediu mais informações sobre o caso ao MP a fim de ministrar a Corregedoria e o Conselho de Ética e Decoro. Na quinta-feira, o presidente regional do Psol-DF, Antônio Carlos de Andrade, o To-

Reprodução de TV - 5/2/11



O vídeo em que Jaqueline e o marido, Manoel Neto, aparecem na sala do delator da Caixa de Pandora: investigações

Há um ano



Na última sexta-feira, a defesa de Jaqueline Roriz foi ao STF pedir a integral do vídeo em que ela aparece recebendo dinheiro e o resultado da pericia da PF. "Queremos conhecer o inteiro teor das imagens e saber se elas são fidedelidades", diz o advogado Herman Barbosa. Além do vídeo envolvendo Jaqueline, há bastos de que Durval Barbosa divulgou em breve novas gravações. As imagens teriam poder de comprometer deputados distritais, ex-integrantes do GDF e até o governador Agnelo Queiroz.

Uma das fotos é um vídeo onde

Agnelo, então pré-candidato ao DF, aparece assistindo a várias fotos, conforme o Corredor divulgou em janeiro do ano passado. Na época, Agnelo admitiu ter se encontrado com Durval em julho de 2009 e assistido aos vídeos. Inclusive o que mostra o ex-governador Arruda recebendo dinheiro. Na ocasião, Agnelo disse não ter tomado qualquer providência porque as fotos estavam editadas e porque o material não lhe foi entregue por Durval. O encontro se deu em uma sala no anexo do Palácio do Brasil, onde Durval mantinha câmeras ocultas.

Entenda o caso

Vídeo comprometedor

Em 4 de março, foi divulgado o vídeo gravado por Durval Barbosa em que ele aparece entregando um pacote de dinheiro (avaliado em R\$ 50 mil) à deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) e ao marido da parlamentar, Manoel Neto. A gravação é de 2006, quando ela ainda concorria a uma vaga na Câmara Legislativa. Além do montante recebido, a então candidata pediu "cargos" para a estrutura de campanha, mas recebeu a promessa de mais verba do ex-secretário de Relações Institucionais, delator do suposto esquema de corrupção que deu origem à Operação Caixa de Pandora.

A deputada aparece em cenas similares às que tinham o mandato de três distritos na Câmara Legislativa. Leonardo Prudente e Jânior Brunelli (ambos sem partido) renunciaram para fugir da cassação. Prudente foi filmado escondendo dinheiro nas meias e, com o

colégio, protagonizou a conhecida "Oração da Propina". Eurides Brito (PMDB), por sua vez, guardou os maços na bolsa e acabou cassado pelos colegas. Ex-secretário de Educação do governo de Joaquim Roriz, Eurides chegou a dizer que teria pego o dinheiro com Durval a mando do ex-governador para pagar dívidas de campanha. No plenário, Jaqueline Roriz (PMN) saiu em defesa do pai e chamou a colega de "grande cara de pau".

O Psol anunciou que pedirá a cassação de Jaqueline no Conselho de Ética da Câmara. Por sua vez, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar a situação "extremamente grave". O Ministério Público local (MPDFT) também avalia a possibilidade de apresentar ação de improbidade administrativa contra a deputada.

Cenários

Vê o que pode acontecer com a deputada Jaqueline Roriz

Na Câmara dos Deputados

- » Qualquer pessoa pode representar contra um parlamentar diretamente na Mesa Diretora.
- » O presidente da Câmara encaminha a denúncia à Corregedoria, que é formada por quatro membros da Mesa e presidida pelo 2º vice-presidente da Casa (o corregedor).
- » O corregedor tem o prazo de 20 sessões plenárias para investigar a denúncia, apurando fatos e ouvindo testemunhas. Depois, ele apresenta parecer à Mesa, que decide sobre a abertura do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

» Além da Mesa Diretora, só os partidos podem enviar representação diretamente ao Conselho de Ética — que é formado por 15 parlamentares. Depois de instaurado, o processo é designado ao relator e o acusado é notificado.

» O deputado investigado tem o prazo de cinco sessões para apresentar a defesa. As evidências são avaliadas pelo relator. Caso seja necessário, ele pode requerer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do acusado.

» O Conselho de Ética pode aplicar diversos níveis de punições, como censura verbal, suspensão do mandato e expulsão. Nos dois últimos casos, o processo deve ser votado em plenário. Para cassar o parlamentar, são necessários 257 votos favoráveis. Caso contrário, o deputado é absolvido.

No STF

» O ministro Joaquim Barbosa, do STF, analisará o pedido de abertura de inquérito apresentado na quinta-feira pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

» Aberto o inquérito, a Polícia Federal deverá promover em até 30 dias as investigações solicitadas pela PGR. A PF fará a pericia do vídeo e internará Jaqueline Roriz. O prazo poderá ser prorrogado por duas vezes por igual período.

» Caso sejam encontrados indícios suficientes contra Jaqueline, a PGR apresentará denúncia ao STF. A deputada pode ser enquadrada nos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crime fiscal e formação de quadrilha.

» Jaqueline será intimada a apresentar a sua defesa antes de o caso ir para julgamento no plenário. Os 11 ministros decidirão se acenam a denúncia e instauram ação penal contra a deputada. Só então ela virará ré.

» A fase seguinte será de instrução e análise dos indícios e provas contra Jaqueline. Por conta do foro privilegiado de Jaqueline, a Justiça pode pedir a junção dos fatos de todos os envolvidos na Caixa de Pandora, o que pode fazer com que o processo demore mais tempo para ser julgado.

» Somente após o término do trabalho do relator, o caso vai a plenário para julgamento final. Para a condenação, é necessária maioria simples dos votos.

Bens bloqueados

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF deferiu ação cautelar ajuizada pelo MPDFT e determinou o bloqueio dos bens de sete deputados ou ex-distritais: Benedito Domingos (PP), Roney Nemer (PMDB), Rogério Ulysses (sem partido), Leonardo Prudente (sem partido), Eurides Brito, (PMDB), Jânior Brunelli (sem partido) e Aylton Gomes (PR).

O corregedor, Eduardo da Founte (PP-PE), deverá apresentar, em até 20 sessões ordinárias do plenário, à Mesa Diretora parecer pela abertura de processo de quebra de decoro no Conselho de Ética ou pelo arquivamento. Além da Mesa Diretora, só as legendas podem protocolar denúncia diretamente no conselho. Os membros do Psol prometem apresentar a representação contra Jaqueline assim que a formação do conselho for concluída, o que é previsto para a próxima quarta-feira. Na semana passada, Maia pediu que os partidos indicassem os 15 membros do grupo.

Penalidades

As penalidades que poderão ser aplicadas para Jaqueline na Câmara dos Deputados dependerão da fundamentação das representações protocoladas. O artigo 4º do Código de Ética, que trata de crimes como abuso de prerrogativa parlamentar e recebimento de vantagens indevidas,

prevê a perda de mandato. Antes disso, os membros do Conselho deverão decidir se um deputado pode ser punido por ato cometido antes de assumir o cargo.

Desde a criação do Conselho de Ética, em outubro de 2001, apenas quatro deputados foram cassados e, em nenhum dos processos, os atos questionados tinham ocorrido antes do exercício do mandato. Técnicos da Casa afirmam que o peso das imagens é determinante para a abertura do processo. Foi o que aconteceu com o ex-deputado André Luiz Lopes da Silva, primeiro parlamentar a ser cassado pelo Conselho. O caso teve ampla repercussão depois que ele foi flagrado em vídeo tentando extorquir R\$ 4 milhões do empresário de jogos Carlos Cachoeira. O ex-parlamentar está inelegível até 2015.

O advogado de Jaqueline Roriz, Herman Barbosa, afirma que o caso tem todas as características para cada processo. No entanto, ele aguarda as notificações

da Justiça e da Câmara sobre a abertura dos procedimentos para definir os caminhos da defesa.

"O momento agora é de espera." Para o cientista político David Fleisher, uma eventual condenação de Jaqueline Roriz no Conselho de Ética pode abrir precedente histórico. "Deputados de outros estados que também forem flagrados cometendo crimes estarão sob risco", argumenta. Segundo ele, o tratamento que a Câmara dará ao caso pode causar consequências nos processos contra distritais citados na Caixa de Pandora. "Isso poderá comprometer os deputados da Câmara Legislativa atingidos até agora de rapta", pondera. Por sua vez, a cientista política Ana Paula Volpe diz que o resultado das investigações contra Jaqueline dependerá, exclusivamente, de vontade política e da mobilização social. "Se as pessoas começarem a se manifestar e a mostrar insatisfação, isso será considerado pelos políticos e pelos representantes do Judiciário."

Domingo, 13 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [millena.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Dois pesos, duas medidas

■ Alteração no Código de Ética da Câmara ganha força. Mas seria prudente fazê-lo?

● **Francisco Dutra**
francisco.dutra@jornaldebrasil.com.br

A regra dos dois pesos e duas medidas parece ganhar força dentro do Congresso. Após a exibição do vídeo no qual a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) aparece ao lado do marido Manoel Neto recebendo um maço de R\$ 50 mil das mãos de Durval Barbosa, pivô do escândalo do Mensalão do DEM, a ideia de alterar a norma do Código de Ética da Câmara dos Deputados para punir parlamentares que tenham cometido crimes antes de se elegerem ganhou força.

O único problema dessa história é que o código foi modificado justamente neste item pelo Congresso, na época do Mensalão do PT, em 2005. A mudança fez com que a atuação do Conselho de Ética da Câmara – responsável por julgar os parlamentares da Casa envolvidos na prática de atos ilícitos – se restringisse apenas à apuração de crimes cometidos durante seus mandatos. Por isso, a alteração no regimento agradou e tranquilizou vários políticos da base governista.

Aos olhos do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim, a mudança é plenamente possível do ponto de vista jurídico. Mas para o especialista em Legislação Eleitoral, dificilmente os políticos levarão a proposta a cabo, pois “por tabela” podem reabrir a possibilidade de que parlamentares com o passado em xeque entrem na mira do Conselho de Ética, inclusive aqueles ligados ao Mensalão do PT.

Segundo Torquato, a movimentação pela mudança na norma é uma estratégia para os parlamentares se capitalizarem “politicamente” sobre o caso de Jaqueline. Veja o que ele pensa:

ALTERAÇÃO DA NORMA

No campo da política, a regra muda a todo momento. É natural e lógico. São muitas as éticas e a ética na vida política é bem diferente da ética da população em geral. A punição de um parlamentar por algo feito antes da posse não é inédita. No Acre, teve um caso de um deputado que foi cassado porque teria envolvimento com o narcotráfico. O tal também foi acusado de serrar a perna de pessoas.

VIABILIDADE DA MUDANÇA

A alteração normativa é perfeitamente viável. Na Constituição, a cláusula sobre a quebra de decoro parlamentar é aberta. Tudo pode ser incluído, seja antes ou depois da eleição. A intenção é que o histórico dos parlamentares tenha condições éticas de cumprir o mandato e que honre e mostre dignidade para a população. A própria Lei da Ficha Limpa é uma prova disso.

SAIBA +

A defesa da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) entrou com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso à íntegra do vídeo na última sexta-feira.

Segundo os advogados da deputada, só depois que ela tiver acesso à íntegra do vídeo periciado será possível elaborar a defesa.

CASUÍSMO

Essa é uma boa questão para análise. Ficar alterando a regra a todo instante pode mesmo gerar essa impressão. Cria-se essa sensação. Mas não podemos nos esquecer a lógica da política, que é a lógica de resultados. O político pensa que tem que ganhar. É assim nas eleições e nas movimentações políticas. O que vale é o resultado. Como dizem: o Congresso é uma casa de vencedores.

EFEITO COLATERAL

Se a mudança ocorrer, ela poderá prescrever e atingir outras pessoas, até mesmo parlamentares com suposto envolvimento no Mensalão do PT. Por isso, acredita-se que não irão mexer na norma. Não acho que vão abrir a guarda desse jeito. É mais um movimento de retórica política. Acho pouco provável que essa ideia seja levada a cabo. Não sabem quem ela vai pegar no fi-

nal. É o caso da Ficha Limpa com o Roriz, que pode afetar outros políticos. É o efeito colateral.

QUAIS AS REAIS INTENÇÕES?

Acho que simplesmente querem ganhar politicamente sobre o fato. É apenas muito barulho.

ISSO É POLÍTICA?

Quem faz política é uma pessoa flutuante. Magalhães Pinto já dizia que a política é como as nuvens: cada vez que você olha para elas, têm uma forma, um formato diferente. E isso sempre muda. Quando Fernando Henrique Cardoso era presidente, a posição do PT na discussão do salário-mínimo era uma. Agora que está no poder, a bancada do PT vota completamente diferente. Eles votaram a favor aumento de (aproximadamente) 5% no salário-mínimo e saíram comemorando.

ENTÃO, QUAL É O RUMO DO CASO?

Em tese, com o pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, cabe ao Supremo Tribunal Federal abrir ou não inquérito. E a Comissão de Ética deve analisar a questão na Câmara. Mas acho que não foi por acaso que Durval (Barbosa, delator do Mensalão do DEM) soltou esse vídeo.

QUAL DEVE SER A POSIÇÃO DE JAQUELINE?

No momento em que ela não pode mais renunciar, ela tem que preparar bem a defesa. Ela deve ter garantidas todas as condições para fazer isso. A democracia garante a todos o direito a amplo de defesa.



Cidades

+ política e economia no DF

Editor: Marcelo Tokarski
marcelotokarski.dfg@abr.com.br
Tels.: 3214-1119 e 3214-1180
Fax: 3214-1185
cidades.dfg@abr.com.br

Brasília, segunda-feira, 14 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE • 21

TRAGÉDIA

Acidente na BR-020, a 230km de Brasília, mata seis pessoas e deixa sete feridos. Van (foto), que havia saído de Anápolis, pegou passageiros em Samambaia.

PÁGINA 24



PH/União

SOB CONTROLE

Após o Hospital Regional da Asa Sul isolar dois bebês por causa da KPC, Secretaria de Saúde nega risco de propagação da superbactéria.

PÁGINA 25



LEILÕES VIRTUAIS

Conheça as vantagens e saiba que cuidados tomar na hora de comprar em leilões na internet que vendem produtos por centavos.

PÁGINA 30

CAIXA DE PANDORA

Semana decisiva para o futuro de Jaqueline

A partir de hoje, ministro Joaquim Barbosa, do STF, decide se abre inquérito para investigar a deputada federal, flagrada em vídeo recebendo dinheiro de Durval Barbosa. Na quarta-feira, PSol pedirá sua cassação ao Conselho de Ética da Câmara

» JULIA BORBA

O futuro das investigações sobre o vídeo em que a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa começa a se definir ao longo desta semana. Ainda hoje o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do caso, Joaquim Barbosa, começa a analisar o pedido para abertura de um inquérito contra a parlamentar, feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na quinta-feira passada. A tendência é de que ele autorize a PGR a dar largada no processo de investigação criminal — deputados federais têm foro privilegiado. O ministro também deve analisar o pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que a deputada seja interrogada pela Polícia Federal (PF) em um prazo de até 30 dias. O mesmo tempo foi recomendado para que seja feita uma perícia na gravação divulgada há 10 dias.

As imagens de Jaqueline Roriz e do marido dela, Manoel Neto, guardando o dinheiro em uma mochila também motivaram o PSol a tomar providências dentro do Congresso Nacional. Ontem, o presidente do partido no Distrito Federal, Antônio Carlos de Andrade, o Toninho, confirmou que a sigla pretende encaminhar nesta quarta-feira à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados um pedido de cassação por quebra de decoro e de ética parlamentar contra Jaqueline. "Esse é o nosso próximo passo. Marcamos a data após recebermos a indicação do presidente da Casa, deputado Marco Maia (PT-RS), de que seria este o mesmo dia da instalação da Comissão", explicou.

A previsão é de que todos os líderes sejam indicados a tempo para que a Comissão de Ética esteja instalada às 14 horas desta quarta-feira. De acordo com o secretário-geral da Mesa, Sérgio Sampaio, o caso de Jaqueline Roriz fez aumentar a pressão sobre a definição dos nomes. "Já tínhamos pedido a indicação, mas agora vai haver mais pressão", afirma.

Na semana passada, o PSol já havia levado à Câmara um pedido formal para que se investigue não só a conduta, mas também as declarações de bens da deputada. O documento deve ser encaminhado ao corregedor Eduardo da Fonte (PP-PE) esta semana. Apenas após a análise dele poderá ser aberta uma nova representação no Conselho de Ética ou pedido o arquivamento do caso.

OAB

O presidente da seção da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), Francisco Caputo, pediu uma audiência com a Procuradoria-Geral da República para tratar do caso, mas ainda não há uma previsão para que ele seja recebido.

Breno Fortes/CF/DA Press - 23/3/10



Joaquim Barbosa, relator do pedido de abertura de inquérito contra Jaqueline: investigação criminal deve ser autorizada

Defesa

O advogado da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), Herman Barbosa, fez um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira passada, para obter uma cópia da gravação em que a parlamentar aparece recebendo dinheiro de Durval Barbosa. Segundo ele, a gravação seria muito mais extensa do que o trecho divulgado. A partir do conteúdo, ele poderá formular com mais precisão a defesa da parlamentar.

Na quinta-feira da semana passada, ele esteve na Câmara dos Deputados para conversar com o presidente do Legislativo e defender a abertura de um processo contra a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF). Ele afirmou que as imagens justificam a abertura imediata de uma investigação e considerou o vídeo "constrangedor", podendo inclusive justificar a cassação da parlamentar.

No dia anterior, Jaqueline Roriz havia divulgado uma nota oficial comunicando que deixaria a Comissão Especial da Reforma Política da Câmara, sem mencionar o vídeo que pode tirá-la do poder. Foi a única manifestação pública da

Edilson Rodrigues/CF/DA Press - 2/3/10



Jaqueline Roriz: a deputada ainda não se explicou publicamente

parlamentar depois do surgimento do vídeo, e ainda assim ela não tratou do assunto. "Aprendi que os interesses da sociedade, de um grupo político, devem prevalecer acima de qualquer interesse individual ou vontade pessoal", limitou-se a justificar. A legenda optou por substituí-la pelo deputado federal Fábio Faria (PMN-RN).

Fora da vitrine

A decisão acabou soando como uma estratégia ou acordo para tirá-la da vitrine. Principalmente porque veio acompanhada de uma nota do partido, divulgada no mesmo dia. O texto criticou a abordagem adotada

pela imprensa, acusando jornalistas de promover um linchamento moral. A protagonista do último vídeo que veio a público gravado por Durval Barbosa também teria se deixado levar de maneira ingênua em uma "prática de agentes políticos de pequena expressão e carreira curta", colocou o partido.

As imagens mostram a deputada do PMN, ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo e guardando um pacote de dinheiro, estimado em R\$ 50 mil, dentro de uma mochila. As imagens foram registradas em 2006, quando Durval Barbosa presidia a Codeplan e Jaqueline Roriz estava em campanha para ser eleita deputada distrital.

» Comentários

Veja a opinião dos internautas do www.correioabraziliense.com.br:

Jaqueline quer a cópia do DVD para concorrer ao Oscar?

Bernardo Marques

Eu creio que a Jaque tem razão: não era ela na fita, mas um dublê! Também não era o Durval, mas o Papai Noel. Outrossim, o dinheiro era dólar americano, o que inocenta de vez a deputada, pois foi na verdade iludida com promessas de campanha! Coitadinha, deem uma chance a ela, seus crápulas!

Willkar Ramirez

Neste caso, ela só poderá reclamar que não teve tempo de se maquiar para sair melhor no vídeo. Lamentável! Neste país, as pessoas não têm dignidade nem para admitir erros e pedir desculpas.

Carlos Eduardo Neves

A Justiça pode até ser cega, mas o povo não é bobó não, Jaque.

Neylon Barros

Jaqueline tinha mais é que pedir pra sair. Fora Jaqueline, fora, você nos traiu.

Juliano Damasceno

Eu quero só ver se ela será punida.

Paulo Furtado

"...mas podem resultar, entre outras, em cassação do mandato na Câmara, perda dos direitos políticos e ressarcimento ao erário público...". O povo espera que estes três procedimentos sejam cumpridos à risca. É o momento de todos os órgãos envolvidos agilizarem os processos para um julgamento rápido.

Dimas Moreira

O engraçado de tudo isso é que a assessoria da deputada diz que ela só irá dar explicações se for solicitada pelo Conselho de Ética ou pela Justiça. Ela deve estar achando que não deve se explicar a seus ingênuos (pra não dizer outra coisa: eleitores! Alguém duvida que ela conseguirá se reeleger?)

Felipe de C.

Político canalha é igual a erva daninha mesmo: a gente arranca uma, nasce outra no lugar.

Jorge Malcher

Esse tal de foro privilegiado é uma grande palhaçada, só serve para proteger ladrões de cofres públicos.

José Araújo

E ainda tinha gente reclamando do Tirinica...

Francisco Vieira

E os eleitores dessa senhora? Como será que se sentem?

Carlos Moreira

» Memória

Só quatro cassações

Dos quatro parlamentares que perderam o mandato após a criação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, três estavam envolvidos no escândalo do Mensalão do PT, conhecido como o esquema de pagamento de propina à base aliada em troca de apoio político na Casa. Roberto Jefferson (PTB) denunciou a prática e desencadeou a maior crise política na primeira gestão do então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar de estar licenciado da função de deputado, o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu (PT), descrito pelo Ministério Público Federal como o "chefe do organograma delituoso", não foi poupado pelos colegas parlamentares e, assim como Jefferson, acabou cassado. Ele chegou a recorrer da decisão no Supremo Tribunal Federal, mas a corte entendeu que o petista era detentor do mandato à época das denúncias.

Pedro Corrêa (PP) também foi barrado pelo Conselho de Ética. Ele foi acusado de ter autorizado o PP a receber recursos do caixa d'água do PT por meio do empresário Marcos Valério. Corrêa admitiu ter recebido R\$ 700 mil, mas disse que o dinheiro foi usado para pagar a defesa do ex-deputado Ronivon Santiago, processado por compra de votos no Acre. Já na versão de Marcos Valério, a quantia doada foi de R\$ 4 milhões.

Segunda-feira, 14 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabiogrecchi@jornaldebrasil.com.br]. Subeditora: Millena Lopes [milenla.lopes@jornaldebrasil.com.br]. Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Pressão de todos os lados

■ **Bancada local do Congresso se reúne hoje para discutir situação de Jaqueline Roriz e futuro do DF**

● **Leandro Quirino**

leandro.quirino@jornaldebrasil.com.br

Em meio a uma nova crise política no Distrito Federal, protagonizada pela deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), a bancada da cidade no Congresso Nacional começa a se mobilizar. A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), os deputados Reguffe (PDT-DF), Roberto Policarpo (PT-DF) e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) convocaram para hoje uma reunião com o objetivo de discutir a postura ética dos parlamentares e os rumos que o cenário político deve seguir em meio ao caos. Principalmente porque o Ministério Público Federal já confirmou ter em seu poder outros vídeos.

Jaqueline Roriz continua como tema central da pauta, mas o encontro não deve se resumir a isso. Segundo Erika Kokay, o momento será para discutir a gravidade do assunto e o que ainda está por vir. "A bancada precisa mostrar sua força independentemente de filiação partidária. Nós, como representantes do povo, não podemos deixar que o caos se configure desta forma", destaca.

SAIBA +

O PSOL já protocolou um pedido de abertura de inquérito na Conselho de Ética da Casa contra a deputada Jaqueline Roriz.

Na próxima quarta-feira um novo requerimento em nome do presidente nacional do PSOL Afrânio Bopp será

entregue ao grupo que fará parte do Conselho de Ética da Câmara.

Em meio às acusações, a deputada Jaqueline Roriz adotou a política do silêncio. A assessoria diz que a deputada está em viagem e incomunicável.

Kokay ainda explica que o fato de haver morosidade no surgimento de novos vídeos exige que a bancada mantenha uma postura íntegra e cobre das autoridades competentes medidas enérgicas para que a cidade não sofra um novo desgaste e uma consequente paralisação, igual ao que ocorreu durante todo o ano de 2010.

O senador Cristovam Buarque enfatiza a importância do encontro, não para discutir o caso Jaqueline Roriz em si, mas os rumos que a política brasileira precisa tomar. "O momento será importante para discutir a desmoralização pública da política bra-

sileira. Analisar tudo o que já foi revelado por Durval e pensar ainda no que está por vir", destaca.

O senador enfatiza que apesar de nefasto o período que se encontra a política brasileira, todos os acontecimentos servirão de subsídio para que o Congresso Nacional discuta uma reforma que afaste a imagem de corrupção e falta de ética que hoje dominam a Casa. Por se tratar de um encontro reunindo partidos distintos, ao final deverá ser elaborado apenas um manifesto de repúdio e um pedido à Câmara para agilizar as investigações contra a parlamentar.

Muita especulação

As especulações sobre novos vídeos têm gerado muita confusão e expectativa na política local. Em matéria divulgada ontem, *Jornal O Globo* disse que há vídeos não revelados da ex-secretária de Administração Cecília Landim, da deputada distrital Celina Leão (PNM-DF), do ex-chefe de Gabinete de Roriz, Valério Neves, e o próprio governador do DF, Agnelo Queiroz.

A deputada Celina Leão divulgou, por meio de sua assessoria, que está tranquila, pois nunca pegou dinheiro de Durval Barbosa. Cecília Landim e Valério Neves não foram encontrados para comentar o caso.

Quanto a citação de Agnelo, o fato já foi esclarecido. Em janeiro do ano passado ele havia comentado com a imprensa que teve acesso a parte dos vídeos divulgados por Durval,

mas como não tinha como se certificar da autenticidade deles, ficou quieto. Para acabar de vez com todas essas especulações, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no DF pediu o fim da delação premiada de Durval Barbosa. O Ministério Público, porém, descarta a hipótese, já que Durval tem colaborado.



Cidades

+ política e economia no DF

TRÂNSITO
Após um mês e meio de reparos na sua estrutura, a Ponte JK (foto) foi reaberta ontem para o fluxo normal de veículos, incluindo caminhões.
PÁGINA 32



George Osorio/Ep/Correio da Manhã - 12/11

TRANSPORTE
O primeiro dia de greve no metrô (foto) foi de transtorno para 160 mil usuários do sistema. Eles tiveram de esperar até 45 minutos pelos trens.
PÁGINA 33



Carlos Silva/Ep/Correio da Manhã - 12/11

Brasília, terça-feira, 15 de março de 2011
CORREIO BRAZILIENSE - 25

FINANCIAMENTO
A Secretaria de Trabalho vai reabrir, no próximo mês, o Banco do Povo, que empresta pequenas quantias a microempreendedores.
PÁGINA 36

CAIXA DE PANDORA

Inquérito aberto no Supremo permite que a Procuradoria-Geral da República apure as denúncias contra a deputada eleita pelo PMN. Polícia Federal tem 30 dias para periciar vídeo em que ela aparece recebendo dinheiro de Durval

Sinal verde para investigar Jaqueline

» RICARDO TAFFNER
» DIEGO ABREU

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o início das investigações contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN). Segundo o relator, ministro Joaquim Barbosa, o inquérito nº 3.113 foi aberto para que o Ministério Público Federal possa apurar a suposta prática de crime contra a administração pública. No último dia 4, foi divulgado o vídeo em que Jaqueline e o marido, Manoel Neto, aparecem recebendo um maço de notas de dinheiro (estimado em R\$ 50 mil) de Durval Barbosa — o principal delator do esquema que deu origem à Operação Caixa de Pandora. Em nota divulgada ontem, a deputada admitiu que a prática ocorreu "algumas vezes" e os recursos foram destinados para a campanha de deputada distrital, em 2006, mas não foram contabilizados.

O pedido de abertura do inquérito foi feito na quinta-feira passada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. No despacho, o ministro Joaquim Barbosa informa que Gurgel acrescenta fatos novos. Isso porque o procurador sustenta que a deputada "teria recebido propina do então candidato ao governo do Distrito Federal, José Roberto Arruda (sem partido). Em contrapartida, Jaqueline não deveria pedir votos a favor da coligação da candidata Maria de Lourdes Abadia (PSDB)". Na época, as duas concorreram às eleições pelo mesmo partido. Abadia terminou a corrida pelo Palácio do Boré em segundo lugar, faltando apenas 6,6 mil votos para empurrar a decisão para o segundo turno. Por sua vez, na ocasião,

Carlos Moura/Correio da Manhã - 16/3/09



Joaquim Barbosa autorizou a abertura das investigações contra a deputada federal Jaqueline Roriz

Jaqueline foi eleita para a Câmara Legislativa com 24.129 votos. Gurgel juntou ao pedido de abertura de inquérito o vídeo e os depoimentos prestados por Durval. Segundo o chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), a informação é de que o dinheiro repassado a Jaqueline tinha como procedência prestadores de serviços de informática no GDF. Durval teria operado o suposto esquema de corrupção quando foi presidente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto

Central (Codeplan) — onde foram gravados vídeos com pagamentos a ex-deputados distritais. Os recursos foram supostamente desviados dos contratos feitos na época com o órgão.

Diligências

Além do início das investigações, Joaquim Barbosa deferiu duas diligências solicitadas pela PGR. A primeira trata da descrição do conteúdo e do diálogo contido no vídeo e da certificação da

autenticidade da gravação. No outro pedido, Gurgel requiriu que Jaqueline seja interrogada. "Diante da existência de indícios da prática de crime pela investigada, de termino o prosseguimento do inquérito e defiro as diligências requeridas pela Procuradoria-Geral da República", decidiu o ministro. O processo será encaminhado à Polícia Federal, que terá 30 dias para realizar as diligências.

Caso seja necessário, a PF poderá prorrogar duas vezes, pelo mesmo tempo, o prazo para terminar

» O trâmite

- » Após a abertura do inquérito, a Polícia Federal deverá fazer, até o próximo dia 14, a perícia na fita de vídeo gravada por Durval. Além disso, a PF deverá interrogar Jaqueline.
- » Se forem constatados os indícios contra a parlamentar, a PGR apresentará denúncia ao STF. Caso sejam confirmadas as irregularidades, a deputada pode responder pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crime fiscal e formação de quadrilha.
- » Se for oferecida a denúncia, Jaqueline terá de apresentar sua defesa em plenário. Somente após o término do trabalho do relator, o caso vai a julgamento. Para a condenação, é necessária maioria simples de votos dos ministros (são 11 no total).

O Procurador-Geral da República sustenta que a parlamentar, na condição de Deputada Distrital, teria recebido propina do então candidato a Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, "sendo em vista o compromisso de que Jaqueline Roriz não poderia votar a favor da coligação da candidata Maria de Lourdes Abadia, sua companheira de Partido" (RFA, 17).

Diante da existência de indícios da prática de crime pela investigada, determino o prosseguimento do inquérito e defiro as diligências requeridas pela Procuradoria-Geral da República. Encaminhem-se os autos à Polícia Federal, para a realização das diligências no prazo de 30 dias.

No despacho, ministro cita denúncia de pagamento de propina

as investigações. Se forem encontrados indícios de irregularidades, poderá ser oferecida denúncia contra a deputada. Na etapa seguinte, o relator deverá apresentar o voto e o plenário do Supremo — composto por 11 ministros — decidirá sobre a instauração da ação penal. Só então Jaqueline se tornará ré do processo. Diferentemente do que ocorre nos casos dos demais acusados de participação na Caixa de Pandora, o processo de Jaqueline tramita no STF por conta do foro privilegiado da

deputada federal. Ela também deverá enfrentar processo de guerra de decoro no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e pedido de instauração de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público do DF. A partir de agora, novas diligências requisitadas sobre o caso deverão ter autorização do ministro Joaquim Barbosa, que, como relator do inquérito, é o responsável por qualquer ação relacionada à apuração. No entanto, quem vai conduzir a investigação será a PGR.

Pressão da bancada

» LUÍSA MEDEIROS

A bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados pediu ontem uma investigação sobre a denúncia de caixa dois envolvendo a colega Jaqueline Roriz (PMN), mas evitou defender a cassação do mandato dela. Seis dos oito integrantes da bancada — faltaram Ronaldo Fonseca e a própria Jaqueline — se encontraram à tarde, na sala de reuniões da Mesa Diretora da Casa, para discutir o assunto. Os políticos devem divulgar hoje uma carta contendo o discurso combinado, que não trará novidades. Além da apuração do caso no Conselho de Ética da Câmara, independentemente da época em que ocorreu a gravação do vídeo, eles incentivaram o Judiciário a pressionar Durval para divulgar todas as eventuais informações da Caixa de Pandora.

Os deputados Erika Kokay, Roberto Polycopio, ambos do PT, José Antônio Reguffe e o senador Cristovam Buarque, que

pertencem ao PDT, mobilizaram os colegas para acertar uma posição unânime, que será levada ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS). Ronaldo Fonseca (PR) justificou a ausência com a morte do pai, ocorrida no último domingo. A bancada do DF solicitou a Maia agilidade na instauração do Conselho de Ética, bem como manifestará apoio às críticas feitas pelo presidente da Casa ao benefício da delação premiada concedido a Durval Barbosa.

Gravidade

Erika Kokay afirmou que os fatos envolvendo Jaqueline são de "profunda gravidade" e merecem uma rigorosa apuração, independentemente da temporalidade. "As denúncias são de uma gravidade imensa, se tivessem sido publicitadas à época, a deputada não teria o mandato", disse. Questionada sobre a possível cassação do mandato da colega, a petista

Paulo de Araújo/Correio da Manhã



Parlamentares do Distrito Federal defendem apuração, mas não falam em pedir cassação da colega

não avançou. "A bancada do DF deliberou sobre a necessidade de uma profunda investigação. Obviamente se o processo se der na imparcialidade que exige o Estado de Direito e da

profundidade que exige a própria sociedade, nós teremos um resultado justo. Nós defendemos a apuração", ponderou. Para Reguffe, o atual Código de Ética e Decoro Parlamentar

da Casa é um obstáculo regimental para se investigar condutas suspeitas antes do mandato. "Essa legislação é indistritaria da imparidade", criticou a parlamentar.

» Mais uma representação

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados recebeu, ontem, uma nova representação contra a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN). Depois do PSol, foi a vez de um cidadão comum pedir a abertura de investigação na Casa sobre o vídeo no qual a parlamentar aparece ao lado do marido, Manoel Neto, recebendo um maço de dinheiro de Durval Barbosa. O enfermeiro Ivan Rodrigues da Rocha, protocolou a representação na Secretaria-Geral da Mesa, às 10h11. Ele afirmou ao *Correio* não ter nenhum vínculo com partido ou político e que temou a iniciativa para cobrar uma posição da Câmara dos Deputados. "A população é a maior fiscalizadora dos parlamentares e temos de buscar as respostas sobre os atos deles. O Congresso não pode apenas fechar os olhos", diz. Essa não é a primeira vez que o enfermeiro ingressa com uma ação contra um deputado. Em 2009, ele representou contra Fábio Faria (PMN-RN) pelo uso de cota de cotas da Casa para a ex-namorada Adriane Galisteu.

» Leia mais nas páginas 26 a 28

26 • Cidades • Brasília, terça-feira, 15 de março de 2011 • CORREIO BRAZILIENSE

Deputada admite caixa 2 e se licencia

» ILLIAN TAHAN

Jaqueline apresentou à Câmara atestado médico para se manter afastada por cinco dias da Câmara

deputada afirmou que aguarda a resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pedido feito por seus advogados para tomar conhecimento completo do teor da gravação. Com a nota divulgada ontem,

Jaqueline anexou um atestado médico do Instituto do Coração Dom Eugênio de Araújo Sales, que funciona no Rio de Janeiro. No documento, o médico diz que a paciente está em acompanhamento ambulatorial e foi

orientada a se submeter a uma reavaliação em uma semana. Ou seja, Jaqueline deve continuar afastada dos holofotes por um tempo. Usará a condição de saúde e o fato de ainda não ter tido acesso à filmagem como

Confira a íntegra do pedido de licença de Jaqueline Roriz:

1 Durante a campanha eleitoral de 2006, estive algumas vezes no escritório do senhor Durval Barbosa, a pedido dele, para receber recursos financeiros para a campanha distrital, que não foram devidamente contabilizados na prestação de contas.

2 Aguardo a resposta do Supremo Tribunal Federal sobre o pedido dos meus advogados para tomar conhecimento completo do teor do vídeo.

3 Por recomendação médica, estou entrando de licença médica na Câmara dos Deputados por cinco dias.

Deputada federal Jaqueline Roriz
Presidente do PMN do Distrito
Federal

justificativa para se manter em silêncio por mais tempo.

Estratégia

Admitir o caixa dois faz parte da estratégia de defesa de laque-

line e do marido, Manoel Neto, que também aparece na gravação de Durval. Não há previsão da irregularidade no Código Penal e, mesmo na legislação eleitoral, a fraude não é explícita. O artigo nº 350 do Código Eleitoral proíbe omitir em documento público ou particular declaração que deveria constar toda a movimentação financeira durante a campanha. O candidato que burlar essa norma fica vulnerável a pagamento de multa e pode pagar

Mesmo que Jaqueline tente restringir seu erro ao caixa dois, dificilmente vai se livrar de uma possível responsabilização criminal. Na tarde de ontem, o Supremo autorizou o Ministério Público Federal a iniciar as investigações sobre os atos da deputada, o que pode gerar um processo penal contra o parlamentar. Uma das circunstâncias que devem pesar contra Jaqueline é o fato de Durval já ter contado ao MP a origem desses recursos. Estimulado pela delação premiada, o ex-secretário de Relações Institucionais do GDF disse que o dinheiro distribuído a políticos era de propina paga pelo empresário para obter o cargo durante anos um engenho- so esquema de corrupção no Distrito Federal.

SUPLEMENTO ESPECIAL FÓRMULA 1. O CORREIO BRAZILIENSE SAIU NA FRENTE.

O Correio Braziliense traz um suplemento com o conteúdo mais relevante sobre a temporada 2011 de Fórmula 1. Fique por dentro das principais informações sobre o campeonato e acompanhe a nossa cobertura completa do mundial. É o conteúdo do Correio colocando você à frente de tudo. Desta vez, na Fórmula 1.

Calendário de corridas • Desenhos e características das pistas
Perfis dos pilotos e escuderias da temporada • Histórias das equipes
Cobertura completa no Super Esportes e no www.correio braziliense.com.br, no canal Super Esportes.

NÃO PERCA!
25/3
no Correio Braziliense.

Especial

F1

Patrocínio:

RENO CHEVROLET

CHEVROLET

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

Terça-feira, 15 de março de 2011

POLÍTICA & poder

Jornal de Brasília

Editor Executivo e Coordenador: Fabio Grecchi [fabio grecchi@jornaldebrasil.com.br], Subeditora: Milena Lopes [milena.lopes@jornaldebrasil.com.br], Fone: 3343-8152

CAIXA DE PANDORA

Jaqueline levou ainda MAIS GRANA

Foi o que disse procurador-geral da República, após ouvir Durval depor sexta-feira

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ontem que, em depoimento sexta-feira passada ao Ministério Público Federal, Durval Barbosa disse ter feito outros repasses de dinheiro à deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF), além daquele que aparece em um vídeo divulgado no último dia 4. Dia 10 passado, o procurador pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar a deputada.

Segundo Gurgel, os outros pagamentos que Jaqueline teria recebido de Barbosa seriam uma retribuição pela atuação dela na campanha eleitoral para governador do Distrito Federal em 2006. Na ocasião, a deputada integrava a coligação que apoiava a candidata Maria de Lourdes Abadia (PSDB). José Roberto Arruda (DEM), um dos adversários de Abadia, ganhou a eleição. Ano passado, ele foi cassado e preso após o escândalo do chamado mensalão do DEM.

"Os recursos se destinariam a uma retribuição a Jaqueline Roriz por uma atuação na campanha

eleitoral e, digamos, por não fazer campanha efetiva em favor da candidata da coligação que ela integrava [Maria Abadia]", afirmou o procurador-geral.

"Ele (Durval) fez referência a que teriam havido outros pagamentos. Na verdade, tudo isso será objeto de investigação. O depoimento dele não é particularmente rico em detalhes", lamentou Gurgel.

Sobre o vídeo, o procurador-geral afirmou que há indícios de utilização indevida de recursos públicos. "São as investigações vão mostrar. Mas tudo aponta no sentido de que [a origem do dinheiro] seja ilícita".

Gurgel afirmou que não há registro nos depoimentos de Durval sobre eventuais pagamentos a pessoas ligadas ao ex-governador Joaquim Roriz.

DELAÇÃO PREMIADA

O procurador afirmou não ter condições de avaliar se a divulgação do vídeo em que Jaqueline e o marido aparecem recebendo dinheiro de Durval teria ferido o acordo de delação premiada. Pelo acordo, Barbosa obtém benefícios legais por colaborar com as investigações. Gurgel disse ter recebido o vídeo pouco antes da divulgação pela imprensa.

"Estamos acompanhando declarações, novos fatos e tudo mais, mas não temos condição de fazermos esse juízo", disse o procurador-geral sobre a possibilidade de suspensão da delação premiada do ex-assessor.

ANÁLISE

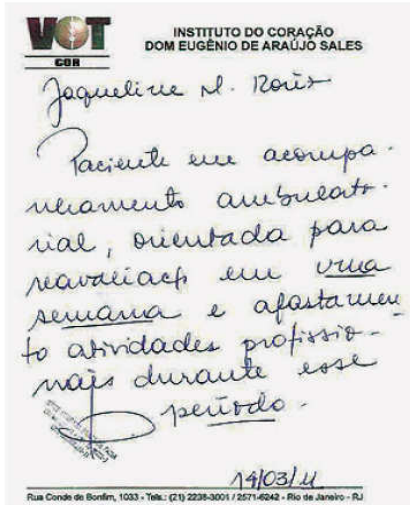
A falta de punição aos mensaleiros do PT criou a desculpa oficial para a farra de recursos que voam em malas, na época da eleição. É o já maltratado jargão do "dinheiro não contabilizado". Uma desculpa rota que os assaltantes dos cofres públicos

utilizam para justificar o fato de terem sido descobertos. Trata-se de um ato ilícito, mas não de crime. Era natural que Jaqueline Roriz dissesse que o pacote que seu marido coloca gostosamente na mochila fosse "dinheiro não contabilizado".

REPRODUÇÕES



Contente, Jaqueline exige de Durval mais dinheiro não contabilizado



Atestado apresentado por Jaqueline para se licenciar da Câmara

Ela admite: pegou sim

A deputada Jaqueline Roriz divulgou nota ontem na qual admite ter recebido dinheiro de Durval Barbosa. E adianta que pediu licença médica de cinco dias das atividades na Câmara.

Em um texto de três parágrafos (veja a íntegra abaixo), Jaqueline afirma que os recursos financiaram a sua campanha para deputada distrital, em 2006, e não foram informados na prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral.

"Durante a campanha eleitoral de 2006, estive algumas vezes no escritório do senhor Durval Barbosa, a pedido dele, para receber recursos financeiros para a campanha distrital, que não foram devidamente contabilizados na prestação de contas da campanha", diz o texto da nota.

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal, quinta-feira passada, a abertura de inquérito para investigar a deputada - cuja condição lhe dá foro privilegiado, daí porque só pode ser investigada em inquérito com autorização do STF.

Eis a nota de Jaqueline:

"1. Durante a campanha eleitoral de 2006 estive algumas vezes no escritório do senhor Durval Barbosa, a pedido dele, para receber recursos financeiros para a campanha distrital, que não foram devidamente contabilizados na prestação de contas da campanha.

"2. Aguardo a resposta do Supremo Tribunal Federal sobre o pedido dos meus advogados para tomar conhecimento completo do teor do vídeo.

"3. Por recomendação médica, conforme atestado, estou entrando de licença médica na Câmara dos Deputados por 5 dias.

"Deputada Federal Jaqueline Roriz, Presidente do PMN do Distrito Federal"